



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Guilherme dos Santos Cavotti Marques

**A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda  
Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**

São Gonçalo

2017

Guilherme dos Santos Cavotti Marques

**A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na  
Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**

Dissertação apresentada, como  
quesito parcial para obtenção do  
título de Mestre, ao Programa de  
Pós-Graduação em História Social,  
da Universidade do Estado do Rio  
de Janeiro. Área de concentração:  
História Social.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik

São Gonçalo

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

M357 Marques, Guilherme dos Santos Cavotti.

A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores) / Guilherme dos Santos Cavotti Marques. – 2017.  
168f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Migração – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Refugiados – Teses. I. Reznik, Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 314.15(815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Guilherme dos Santos Cavotti Marques

**A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na  
Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**

Dissertação apresentada, como  
quesito parcial para a obtenção do  
título de Mestre, ao Programa  
de Pós-Graduação em História  
Social, da Universidade do Estado  
do Rio de Janeiro. Área de  
concentração: História Social.

Aprovada em 14 de agosto de 2017.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luis Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Fábio Koifman

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Hélio Póvoa Neto

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Maurício Barreto Alvarez Parada

Pontifícia Universidade Católica

São Gonçalo

2017

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, o meu refúgio e morada!

## AGRADECIMENTOS

Finalmente, a dissertação. A conclusão de mais esta etapa, com toda certeza, não seria possível sem a ajuda, apoio e incentivo de um conjunto de pessoas, entre família e amigos, aos quais gostaria de dirigir alguns breves agradecimentos.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado força, paciência e a determinação para a conclusão deste trabalho. Deus que, para tanto, foi o farol, iluminando meus passos e a minha mente, e também como porto seguro, ao qual recorria, muitas vezes em silêncio, para me reencontrar e apascentar meu coração.

Aos meus pais, entusiastas desde a primeira hora de minha trajetória acadêmica. Agradeço por toda a paciência pelos momentos que me encontrava ansioso, pela fortaleza que para mim representavam quando davam uma palavra de incentivo, pelo carinho nos momentos de indecisão, pelo incentivo sempre demonstrado e por todo amor sempre presente.

À minha madrinha Mariza, por toda acolhida em sua casa, local onde sempre encontrei toda a paz e concentração para a escrita de parte significativa deste trabalho, muitas vezes madrugada adentro. Igualmente, sou muito grato pelas palavras de incentivo, e pelo amor que tão simbólico de minha segunda mãe.

À minha querida amiga e professora Martha Muniz, por toda a paciência comigo, as minhas tantas ausências em aula para a consecução deste trabalho, às palavras de determinação que, sem dúvidas, me incentivam sempre a seguir adiante, em busca de maior conhecimento e especialização. Obrigado pelos ensinamentos para a vida.

Aos meus queridos amigos, por todos os momentos de reflexão e compartilhamento das experiências que marcaram essa trajetória no mestrado. Mas, sobretudo, vos agradeço pelos momentos de descontração, que sempre me trouxeram paz, alegria e leveza, sentimentos fundamentais para a realização de um bom trabalho.

Aos professores Fábio Koifman e Maurício Parada que acompanham a realização deste trabalho desde a primeira hora, e por todos apontamentos feitos na banca de qualificação, indicações essas preciosas. Agradeço, igualmente, ao professor Hélio Póvoa pelas indicações de leituras e compartilhamento de experiências desde meu primeiro período no mestrado e, claro, por fazer parte de minha banca de defesa juntamente aos professores anteriormente citados.

Por fim, mas certamente não menos importante, agradeço a toda equipe do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores, por todo auxílio, colaboração e incentivo para a

concretização desta etapa. Em especial, gostaria de agradecer ao meu orientador professor Luis Reznik por todos os apontamentos, sugestões, trocas e conhecimento no decorrer desta caminhada. Agradeço, sobremaneira, toda a dedicação e ensinamento.

A todos vocês meu sentimento de gratidão e carinho!

## RESUMO

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *A Porta de Entrada do Brasil: a recepção dos refugiados no pós-Segunda Guerra na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2017.

O objetivo deste trabalho é estudar a recepção realizada na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores aos refugiados no imediato pós-segunda guerra como parte integrante da política imigratória brasileira. Nesse sentido, procuramos analisar a recepção a partir de facetas diversas, observando as reformas, e os debates engendrados em torno destas, na estrutura física da hospedaria; a discussão verificada na imprensa sobre o refugiado ideal a imigrar para o Brasil, bem como propostas e apontamentos sobre os serviços desenvolvidos para sua recepção e, por fim, as narrativas memoriais construídas pelos refugiados que vivenciaram essa experiência sessenta anos atrás. Buscamos argumentar que a recepção ocupava uma centralidade nas discussões sobre a política imigratória, fato este que levou a uma série de reformas na estrutura física da hospedaria, tendo por meta realizar uma boa acolhida. Notadamente, a presença constante da hospedaria nas páginas dos jornais nos serve como parâmetro para observar o tema da recepção como aquele que era digno de ser reportado, analisado e publicizado. Em outras palavras, a hospedaria, e, por conseguinte a recepção, era destacada como etapa fundamental para a adaptação dos recém-chegados ao Brasil. Ademais, a recepção é destacada na memória daqueles que por lá passaram e, notadamente, as narrativas se mostraram positivadas, sobretudo pelas memórias de deslocamentos forçados. Fica-nos claro que a recepção aos refugiados no pós-segunda guerra estava presente nos debates que se publicizavam e ainda se fazem presentes nas memórias dos refugiados, dada a sua importância.

Palavras-Chave: Recepção. Refugiados. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Memória. Imigração.



## ABSTRACT

MARQUES, Guilherme dos Santos Cavotti. *The Gateway of Brazil: the Post-Second War reception of refugees at the Flowers Island Immigrant Inn*. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2017.

This work aims to study the reception which took place at Ilha das Flores Immigrant Inn to the refugees in the immediate post second world war as integrant part of Brazilian immigration policy. Thus, we are analysing the reception from different points of view, observing renovations to the physical structure of the place; the discussion verified by the press about the ideal refugee to come to Brazil, as well as the purposes and appointments about the services developed for the reception and, in the end, the memorial narratives which have been built by the refugees who lived those experiences sixty years ago. We also try to discuss the reception as a central position in the immigration policy. Because of this fact, the renovations were made in the building of the Inn, having target of offering the best accommodation to them. Notedly, the constant presence of the Inn in the newspapers and magazines pages is for us as a parameter to observe the reception theme as that which was important to be reported, analysed and published. In other words, the Inn and the reception were highlighted as fundamental steps to the adaptation of the newcomers to Brazil. Furthermore, the reception is highlighted in the memories of those who had been there and, notably, the narratives showed to be positive especially because os the sad memories they have of the forced displacements. It is clear for us the reception offered to the refugees in the post second war was present in those discussions which were published and still present in the refugees memories, because your importance.

Keywords: Reception. Refugee. Ilha das Flores Immigrant Inn. Memory. Immigration.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparativo do Cais de Desembarque.....	42
Figura 2 – Pavilhão 3 necessitando reformas.....	46
Figura 3 – Reportagem sobre reformas na hospedaria.....	52
Figura 4 – Proposta brasileira para imigração de refugiados.....	54
Figura 5 – Visita do ministro Negrão de Lima à hospedaria.....	56
Figura 6 – Notícia sobre a vinda de trabalhadores italianos.....	57
Figura 7 – Pavilhão sanitário após ser reformado.....	60
Figura 8 – Gabinete sanitário da hospedaria da Ilha das Flores.....	61
Figura 9 – Pavilhão 4 , ala sul da hospedaria.....	65
Figura 10 – Depósito de combustíveis e oficina de barcos.....	66
Figura 11 – Navio de guerra americano Gal. S.D Sturgis.....	78
Figura 12 – Reportagem sobre a primeira leva de refugiados.....	81
Figura 13 – Famílias de deslocados pertencentes à segunda leva.....	83
Figura 14 – Diagramação de revista de variedade.....	84
Figura 15 – Edição matutina do Diário da Noite.....	90
Figura 16 – Edição vespertina do Diário da Noite.....	91
Figura 17 – Modelo de ficha consular de qualificação.....	97
Figura 18 – Apostila treinamento vocacional das OIR.....	99
Figura 19 – Senadores e deputados visitam a Ilha das Flores.....	105
Figura 20 – Manchete anticomunista e antissoviética do A Noite.....	110
Figura 21 – Chamada às classes patronais.....	113
Figura 22 – <i>Displaced Persons</i> na escola SESI.....	117
Figura 23 – “Você era um Estranho e o Brasil o acolheu”.....	129
Figura 24 – Refeitório da hospedaria.....	131
Figura 25 – Chegada de uma leva de refugiados à hospedaria.....	140
Figura 26 – Irene Popow em um <i>displaced camp</i> .....	146
Figura 27 – Símbolo utilizado nos campos de trabalho forçado.....	147

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Contribuição anual à OIR em 1947.....	25
--	----

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>UM RETRATO EM MINIATURA DO BRASIL: O APARELHAMENTO DA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES</b> .....	36
2	<b>ENTRE TÉCNICOS E REBOTALHOS: OS <i>DISPLACED PERSONS</i> E A HOSPEDARIA NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS</b> .....	73
3	<b>“A ILHA DAS FLORES É UM PARAÍSO”: MEMÓRIAS DOS REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA</b> .....	121
3.1	<b>Trajetórias e ritos: a longa caminhada da Europa à Ilha das Flores</b> .....	122
3.2	<b>“Como era bonita a Ilha das Flores”: memórias sobre a recepção</b> .....	132
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	153
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	159

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os processos de recepção e acolhida dos refugiados da Segunda Guerra Mundial na única hospedaria oficial sob jurisdição do governo brasileiro, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. É sabido que cerca de 29 mil refugiados vieram para o Brasil no período do pós-segunda guerra, através de acordos celebrados pelo então governo brasileiro e as agências especializadas sobre o tema.

Para que consigamos discutir a recepção e, por conseguinte, a importância desta no processo migratório dos refugiados, dividimos nossa análise em três frentes capitulares. A primeira delas refere-se às intervenções em pedra e cal que foram realizadas na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A segunda frente baseia-se na cobertura da imprensa sobre a chegada das levas de refugiados, assim como compreender as análises feitas nos periódicos sobre a sua recepção. Por fim, mas não menos importante, procuramos ouvir e examinar as memórias dos refugiados as quais tivemos acesso, lançando mão da metodologia da história oral.

Desse modo, no primeiro capítulo analisamos a funcionalidade de uma hospedaria, no caso específico a da Ilha das Flores, observando desde o ano de sua fundação os serviços ali desenvolvidos bem como as modificações que se verificaram em sua estrutura desde 1883. Certamente, na perspectiva que nosso recorte cronológico para análise da recepção dos refugiados é 1946 a 1952, demos ênfase as intervenções estruturais que se desenvolveram ou que se projetaram a partir dos anos 1940. Para tanto, cotejamos diferentes fontes.

Analisamos artigos publicados em revistas especializadas sobre imigração, como a Revista de Imigração e Colonização (RIC), que versavam sobre a funcionalidade da Hospedaria naquele momento histórico, bem como as necessidades de reaparelhamento e adaptação às mudanças políticas que o mundo, e o Brasil, passavam naquele momento em termos migratórios. Além destes, analisamos também relatório do Departamento Nacional de Povoamento (DNI) sobre o período em que a Ilha recebeu um presídio de guerra (1942-1945), verificando possíveis mudanças naquele espaço, igualmente, o relatório do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ministério este responsável pela administração da Ilha, possibilitou importantes informações sobre aquele espaço. Ademais, incluímos nesse primeiro momento reportagens de jornais que se detinham sobre a relação de levas imigratórias e a necessidade de reformas e adaptações da hospedaria. Afinal, fica-nos o questionamento, por

que reaparelhar a hospedaria, qual a necessidade deste movimento? Foi o que pretendemos responder.

No segundo capítulo, nos detivemos mais especificamente à cobertura que a imprensa, jornais e revistas, tiveram sobre as levas de refugiados que ora chegavam ao Brasil. Os meios de comunicação são importantes meios de divulgação dos debates e ideias que se produziam sobre a imigração, sejam estas apresentadas pelo governo, por seus ideólogos, ou mesmo por jornalistas. O fato é que, a imigração dos refugiados da Segunda Guerra Mundial tornou-se notícia, desde os processos de seleção realizados na Europa, até o encaminhamento destes após passarem um período, hospedados na Hospedaria da Ilha das Flores.

A imprensa, como meio de influência e, de certo modo, divulgadora das tensões existentes na opinião pública, são fontes interessantes para se analisar a discussão em torno dos refugiados. Assim, procuramos analisar as críticas e elogios aos trabalhos que foram desenvolvidos na seleção destes nos *displaced camps*, quais características foram elencadas de modo a criar um refugiado de “tipo ideal” para vir para o Brasil, assim como ressaltar as necessidades que deveriam ser envidadas para uma boa recepção destes no país. Em relação a este último, intensos debates se verificaram sobre as demandas de reaparelhamento da hospedaria, assim como propostas de ações a serem lá desenvolvidas para que se alcançasse exitosamente uma das etapas do alojamento, o acolhimento e adaptação destes a cultura brasileira. Por seu caráter multifacetado, e pela dinamicidade com que a imprensa se apresentava, ora favorável aos refugiados, ora crítica, sendo essa questão também válida para a recepção, verificamos, por fim, como se construía a imagem da recepção destes para a sociedade brasileira.

Já no terceiro capítulo, procuramos analisar a construção das memórias dos refugiados que entrevistamos acerca do período que estiveram hospedados na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Tivemos como norte verificar quais foram os marcos estruturantes das narrativas memoriais sobre a recepção. Notadamente, pudemos perceber, dentre outros elementos, que a comida, e a adaptação necessária à mesma, foi ponto marcante nas falas daqueles que vivenciaram aquela experiência. Nesse sentido, ressaltamos ainda que alguns elementos teóricos foram levados em conta. Certamente, a ideia de futuro, ou seja, compreender o momento e de onde o refugiado constrói essa narrativa memorial no presente é fundamental, e de que maneira influencia nessa construção. Por outro lado, não pudemos deixar de atentar as conexões existentes entre as experiências vividas na Europa devastada pela guerra com os destaques dados a determinadas categorias no momento da recepção. Outro fator que muito nos chamou atenção foram as diferentes narrativas que foram

construídas em diferentes faixas etárias, quer dizer, quando a recepção foi vivida na infância, alguns dados foram colocados em primeiro plano, enquanto que quando adultos outros tantos foram enumerados. Por fim, buscamos analisar e compreender as narrativas a partir de experiências individuais, levando em conta a estruturação dos discursos memórias a partir de elementos subjetivos.

Acreditamos, porém, e antes de entrar em nosso trabalho propriamente dito, ser fundamental discutir nessa introdução os conceitos de refugiado e deslocado – *displaced persons* – que foram fortemente utilizados no desenvolvimento deste trabalho. Cabe-nos igualmente ressaltar que não faz parte de nossas pretensões esgotar todas as questões envolvendo a temática, tampouco fazer uma análise única. Entendemos que a realidade do século XXI, o momento de produção deste trabalho, nos leva a importantes reflexões sobre experiências pretéritas sobre o fenômeno dos refugiados. Notadamente, a questão da recepção, do acolhimento destes nos países de destino.

Igualmente, nesta introdução se fez necessário uma narrativa sobre o contexto histórico no qual o mundo estava mergulhado. De fato, o período entre guerras, a Segunda Guerra Mundial e o imediato pós-segunda guerra, ensejou mudanças estruturantes nas políticas imigratórias. Nesse período, verificou-se a redefinição do conceito de refugiado por diversas vezes, mas, em contrapartida, viu nas migrações forçadas uma marca que iria singularizar o século XX dentre as experiências imigratórias pretéritas. Não por acaso, é nesse período que se verificaram tentativas de erigir agências e sistemas de assistências as pessoas nessas condições, que migravam em busca de proteção, que tinham na defesa da vida seu principal motivo.

### **A crise de deslocados: auxílio e refúgio**

A Segunda Guerra Mundial representou um importante marco na reconfiguração do sistema global. A maior destas novidades foi a criação de uma instituição global que congregasse Nações de todo mundo<sup>1</sup>. Neste sentido, em junho de 1945 fundou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) cujas principais ações consistiam em assegurar a paz e a segurança internacionais, bem como promover a cooperação internacional a fim de atingir o desenvolvimento socioeconômico, sobretudo através de seu Conselho Econômico e Social

---

<sup>1</sup> Autores como Maria do Rosário Salles afirmam que este foi, de fato, o evento novo neste processo. Ver: SALLES, Maria do Rosário. Os Deslocados de Guerra e a política imigratória brasileira no pós segunda guerra mundial- uma leitura dos artigos dos Boletins e da Revista de Imigração e Colonização. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, Mg. Outubro de 2007.

(ECOSOC), e o respeito aos Direitos Humanos<sup>2</sup>. Em relação a este último aspecto, vale destacar que o conflito global marcou igualmente uma nova concepção de direitos humanos, qual seja, a defesa da dignidade humana.

Quando se vivencia uma experiência extrema, como no caso da Segunda Guerra Mundial, há uma ruptura paradigmática em diversos âmbitos da sociedade, uma delas certamente é os direitos humanos. Quando dessas experiências, onde o *tudo é possível*<sup>3</sup> é inaugurado, fazendo da natureza humana um elemento descartável e supérfluo, antigas premissas da pessoa humana não fazem mais sentido nesse cenário de horror. De fato, há o esfacelamento de padrões caros à tradição ocidental, fortemente baseado no Direito Natural, que tinha sua pedra angular na construção da pessoa humana enquanto *valor fonte*<sup>4</sup>.

Como nos alerta Lafer, as interpretações de Arendt se faz notar na construção cultural da própria modernidade, pois,

A ruptura no plano jurídico surge quando a lógica do razoável que permeia a reflexão jurídica não consegue dar conta da não razoabilidade que caracteriza uma experiência como a totalitária. Esta não resultou de uma ameaça externa, mas foi gerado no bojo da própria modernidade, como um desdobramento inesperado e não razoável de seus valores<sup>5</sup>.

Verifica-se, pois, através de tal apontamento, que a concepção do ser humano enquanto superfluidade viceja uma forte contestação e trágica ruptura do valor humano enquanto *valor fonte*. Em termos de organização de sociedade, e as relações estabelecidas em seu interior, os direitos humanos vão ao encontro aos direitos dos povos pois, enquanto premissa dessa corrente, entendia-se um padrão de distribuição de seres humanos em Estados de que eram nacionais. Todavia, os conflitos que marcaram o século XX vieram, definitivamente, a esfacelar todo esse escopo jurídico, pois com o surgimento de refugiados e apátridas em larga escala, o tripé Povo-Estado-Nação não mais se sustentaria como tradicionalmente pensado<sup>6</sup>.

Ainda segundo Lafer, a ruptura trazida pelas experiências totalitárias acarretou, no pós-guerra, a sedimentação de um *Direito Internacional Penal*, cujo foco seria o controle e gestão dos valores e interesses internacionais, procurando proteger juridicamente, “não apenas

---

<sup>2</sup> MOREIRA, Julia Bertino. MOREIRA, Julia Bertino. A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais). Dissertação mestrado. Programa San Tiago Dantas, 2006.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2012.

<sup>4</sup> ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.

<sup>5</sup> LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados 11, (30). 1997. P. 57

<sup>6</sup> Idem. P. 58



comunidades nacionais, grupos étnicos, raciais, ou religiosos minoritários, mas a própria comunidade internacional”<sup>7</sup>.

Ademais, foi a partir do amadurecimento de tais conceitos, embebidos pela prática, certamente, que no imediato pós-ssegunda guerra viria a surgir a Declaração Universal dos Direitos dos Homens, em 1948, tornando-se esta o novo paradigma humanitário. Desse modo, tais direitos seriam salvaguardados a todas as pessoas, cidadãos ou não. Nesse específico, incluíam-se os refugiados como depositários de direitos internacionalmente reconhecidos, tais como o direito à vida e o direito à liberdade de circulação. Afinal,

- a) Ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado (artigo 9º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens);
- b) Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países (artigo 14º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens);
- c) Todo indivíduo tem direito a ter nacionalidade. (artigo 15º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens);
- d) Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado (artigo 13º da Declaração Universal dos Direitos dos Homens)<sup>8</sup>.

Os maiores deslocamentos humanos na história foram causados por guerras, ainda mais se restringirmos nossa análise ao século XX. Outrossim, a Segunda Guerra não foi diferente, afinal, estima-se que cerca de 40 milhões de pessoas foram deslocadas de seus locais de origem devido ao conflito. Diante desse quadro, em todo o continente europeu, soluções foram pensadas para atender a demanda dos deslocados e refugiados que, atentemos, era concebido como um problema temporário e que findaria no imediato pós-guerra. Para tanto, uma série de organismos foram criados tendo por meta minorar o sofrimento dos milhares de deslocados e refugiados.

Nesse sentido, com o findar do conflito, ocorreu a retomada do processo imigratório internacional, que no período entre 1947 e 1951, esteve intimamente ligado a quadros de exclusão, segregação, intolerância e conflito, além, como indica Paiva, das necessidades de distensionamento social naquele continente<sup>9</sup>.

Todavia, devemos atentar para o fato de que os organismos criados durante a Segunda Guerra ou no pós-ssegunda guerra não seriam os primeiros organismos especializados sobre o

---

<sup>7</sup> LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados 11, (30). 1997. P. 59

<sup>8</sup> Organização das Nações Unidas. Direitos Humanos e Refugiados. Ficha Informativa nº 20. Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 1995-2004.

<sup>9</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: A Influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 2008.

tema. Antes mesmo, mais especificamente no interior da Liga das Nações, estes já se faziam presentes. Devido a este fato, regressaremos temporalmente à década de 1930 para compreendermos essas experiências em sua média duração.

A Liga das Nações fora um órgão de adesão voluntária e possuía muitos limites colocados para as suas ações, ainda mais se pensarmos que grandes potências não se faziam representar em suas cadeiras, como os Estados Unidos, por exemplo. Quando o assunto era a proteção a ser dada aos refugiados, as divergências entre as Nações eram claras. Ainda assim, foi criado o Alto Comissariado da Liga das Nações para os Refugiados (ACLNR), no ano de 1938<sup>10</sup>. Sua criação fora igualmente motivada pela extinção do Escritório Nansen e do Alto Comissariado para a Alemanha<sup>11</sup>.

Ainda que sua criação fosse destinada a oferecer proteção às pessoas que se encontrassem na situação de refúgio, o Alto Comissariado da Liga não executaria diretamente as atividades direcionadas a este fim. O *modus operandi* da organização se dava em arregimentar fundos por subvenção governamental, ou mesmo através de doações privadas, e distribuí-los às organizações privadas, sendo estas sim as responsáveis pelo contato junto aos refugiados.

As responsabilidades do ACLNR poderiam ser resumidas nas seguintes proposições:

- a) Prover proteção política e jurídica aos refugiados;
- b) Monitorar a entrada em vigor e a aplicação do estatuto jurídico dos refugiados, como definido nas Convenções de 1933 e 1938;
- c) Facilitar a coordenação da assistência humanitária;
- d) Auxiliar os governos e as organizações privadas em seus esforços com vistas a promover a emigração e o assentamento permanente<sup>12</sup>.

Não obstante, o Alto Comissariado da Liga não obteve êxito no cumprimento de todas as suas atribuições, afinal, com o início da Segunda Guerra a supervisão da proteção jurídica realizada pela Liga ficou deveras limitado. Ainda que tivesse tantas dificuldades, estima-se que o ACLNR conseguiu dar guarida entre 60.000 a 80.000 refugiados.

Como destaca Andrade, as dificuldades encontradas com o início dos conflitos fizeram com que a “responsabilidade de proteção, incumbida ao Alto Comissariado, fosse então transferida, temporariamente, para o Comitê Intergovernamental para Refugiados”.<sup>13</sup>

<sup>10</sup> ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 113

<sup>11</sup> Para mais informações sobre tais organismos, aqui apenas citados, ver: ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996.

<sup>12</sup> Idem. P. 116.

O Comitê Intergovernamental para Refugiados surgiu após a percepção, por parte do presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, de que a Liga das Nações exercia cada vez menos influência nas negociações internacionais. Um comunicado fora enviado a mais de trinta países para se reunirem e discutir sobre oportunidades de reassentamento.

Para se debater as ações a serem iniciadas, 32 países, dentre eles o Brasil, reuniram-se na Conferência de Evian ocorrida no mês de julho de 1938, cujo escopo estaria direcionado para os refugiados provenientes da Alemanha nazista, ainda que compreendessem que o quadro de refugiados fosse complexo e de difícil solução. Importante destacarmos que em 14 de julho de 1938 a resolução pertinente a criação do Comitê Internacional foi adotada, contendo em seu bojo diversas recomendações, dentre as quais, o que devia ser entendido pelo termo “refugiado”<sup>14</sup>.

Ao definir o termo “refugiado”, a Resolução adotada para o Comitê trazia, em sua primeira recomendação,

Que as pessoas que se encontram no âmbito do Comitê Intergovernamental devem ser:

- a) Pessoas que ainda não partiram de seu país de origem – Alemanha, incluindo a Áustria -, mas que devem emigrar em razão de suas opiniões políticas, credos religiosos ou origem racial;
- b) Pessoas definidas no item anterior que já partiram de seu país de origem e que ainda não estabeleceram permanentemente alhures<sup>15</sup>.

A partir da análise do conteúdo da primeira recomendação do comitê, verificamos o surgimento de um novo conceito que teria importância central no desenvolvimento das ações no pós-guerra, qual seja, o termo “deslocados” ou “pessoas deslocadas” (*displaced persons*). Segundo Andrade, tal problemática introduziu um novo conceito de migração planejada<sup>16</sup>.

Assim, o primeiro órgão criado com a denominação “Nações Unidas” foi a Administração das Nações Unidas para Auxílio e Reestabelecimento (ANUAR)<sup>17</sup>, criada em novembro de 1943. Segundo Andrade, o organismo “não deveria se incumbir da assistência aos refugiados, mas, sim, da coordenação de programas de repatriamento, o que a tornou uma organização pioneira”.<sup>18</sup>

---

<sup>13</sup> ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 120.

<sup>14</sup> Idem. P. 123.

<sup>15</sup> Idem. P. 127.

<sup>16</sup> Idem. P. 128.

<sup>17</sup> Em inglês, United Nations Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA).

<sup>18</sup> ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 142.

Para a plena atividade deste órgão, foram utilizadas as definições de refugiado aqui já apresentadas, que encontrou na Conferência de Bermudas, realizada em abril de 1943, um alargamento temporal do conceito, onde o referido termo a partir de então abarcava “todas as pessoas de qualquer procedência que, como resultado de acontecimentos na Europa, tiveram de abandonar seus países de residência por terem em perigo suas vidas ou liberdades, devido a sua raça, religião ou crenças políticas”.<sup>19</sup>.

Em seus trabalhos, a ANUAR auxiliou no repatriamento de cerca de 7 milhões de pessoas durante seu período de existência<sup>20</sup>. A dimensão das atividades da ANUAR não era pequena, certamente. Em 1945, o órgão geria 227 acampamentos e centros de assistências para deslocados e refugiados na Alemanha, com mais 25 na Áustria e outros ainda localizados na França<sup>21</sup>.

Entretanto, com o avançar dos processos de repatriamento, algumas nacionalidades, notadamente dos países que ficavam situados no Leste Europeu, começavam a apresentar crescentes objeções ao retorno a seus países. Alguns autores apontam que dos 5,5 milhões de nacionais soviéticos repatriados, um em cada cinco foi executado ou condenado a 25 anos de trabalho forçado. Outros ainda foram enviados para o exílio na Sibéria<sup>22</sup>. Certamente, a multiplicidade de campos de refugiados presentes na Alemanha, Áustria, Itália e Grécia, e o posterior cuidado aos deslocados e refugiados, denotam a complexidade da política no pós-guerra.

Chegava-se a um debate jurídico a ANUAR não havia sido formada para lidar com esse tipo de situação. Ela fora pensada, e por conseguinte, estava apta a cuidar daqueles DP's que estivessem dispostos ao repatriamento e não tinha qualquer autoridade para aqueles que se recusavam a regressar<sup>23</sup>. Seu fim, certamente esteve atrelado à fricção de forças entre as

<sup>19</sup> ACNUR, *An introduction to the international protection of refugee*. Geneve: ACNUR, 1992. Apud. MOREIRA, Julia Bertino. A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais). Dissertação mestrado. Programa San Tiago Dantas, 2006.

<sup>20</sup> KARIEH, Arieh. *The Politics of Displaced Persons in Post-war Europe, 1945- 1950*. Post- war Europe: Refugee, Exile and Resettlement, 1945- 1950. Cengage Learning EMEA Ltd. Reading, 2007. Apud. BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 2014

<sup>21</sup> JUDT, Tony. *Pós- Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 42

<sup>22</sup> COHEN, Gerard. *In War's Wake: Europe's Displaced Persons in the Postwar Order*. Oxford, Oxford University Press, 2011. Apud. BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação de mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014; JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008.

<sup>23</sup> REINISCH, Jessica. *UNRRA and the international management of refugees Post- War Europe: Refugees, Exile and Resettlement, 1945- 19560*. Cengage Learning EMEA Ltd. Reading, 2007. Apud. BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação de mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil –

duas grandes potências do pós-guerra, os EUA e a URSS. Esses embates, travados no campo diplomático, deveram-se por causa do “milhão restante” de refugiados que se encontravam nos campos da Europa e se recusavam a regressar. Vale notar que grande parcela desses europeus pertencia a países satélites da URSS, quais sejam, países da Europa Oriental. Devido ao alto grau de animosidade, os países socialistas acusavam que somente se recusariam a regressar os colaboracionistas e traidores<sup>24</sup>. A ANUAR tem seu fim em 1947, durante esse período, seu gasto foi de 10 bilhões de dólares.

Ainda assim, não devemos pensar que a preocupação com os refugiados havia se esgotado no âmbito do direito internacional. Em contrário, na primeira sessão da Assembleia Geral da ONU a questão dos refugiados fora tratada como prioridade. Nesta reunião, os países recomendaram a criação de um “Comitê Especial”, que teria por objetivo analisar a questão dos refugiados e, por conseguinte, elaborar um relatório que seria analisado posteriormente pelo ECOSOC, fato que viria a acontecer em 3 de outubro de 1946, aprovando assim o projeto de constituição da Organização Internacional para Refugiados (OIR)<sup>25</sup>.

O Comitê Especial, tendo tomado forma em fevereiro de 1946, sob a denominação “Comitê Especial de Refugiados e Deslocados”, reuniu-se entre os dias 8 de abril e 1 de junho, em Londres. Decidiram, ao fim e ao cabo, pela criação de um organismo internacional que tratasse especificamente do problema dos deslocados e refugiados<sup>26</sup>. Algumas observações, entretanto, sobre a participação brasileira nesse comitê merecem ser mencionadas. Primeiramente, o Brasil teve um papel ativo nas deliberações realizadas em seu interior. Através de seu delegado, o governo brasileiro informava que recebera uma série de cartas de refugiados desejosos de ir ao Brasil e, para que pudessem analisar tais pedidos,

---

CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014. Há autores, como Tony Judt, que afirma que somente em 1947 a repatriação forçada foi suspensa, com o início da Guerra Fria, e a nova disposição em tratar os deslocados do bloco soviético como refugiados políticos. Ver: JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro. Objetivo, 2008. P. 44.

<sup>24</sup> Aliado às acusações de colaboracionistas e traidores, duas outras explicações surgem-nos enquanto fundamentais. A primeira estaria filiada à implementação do quarto Plano Quinquenal (1946-1950) que aumentava, exponencialmente, a já imensa demanda por mão-de-obra. Por outro lado, havia a dimensão ideológica. Neste sentido, a oposição dos DP à repatriação poderia colocar em xeque a propaganda que apregoava a devoção indiscriminada dos cidadãos soviéticos em tempos de guerra. Ver: HOLIAN, Ana. *Between National Socialism and Sovietic Communism: Displaced Persons in Postwar Germany*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2011. 52p. Apud. BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. *O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952)*. Dissertação de mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014.

<sup>25</sup> Em inglês, International Refugee Organization (IRO).

<sup>26</sup> ZANOTTI, I. *As Migrações e a Organização das Nações Unidas, IV (1-2)*. RSP. 1946. P. 16-19. Apud: ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 153

solicitavam ao Comitê Intergovernamental e a ANUAR o nome das pessoas que desejavam imigrar, assim como as suas respectivas informações e dados pessoais<sup>27</sup>.

Certamente, a criação de tais organismos deve ser entendida a partir de suas inserções no cenário político-social europeu. As objeções apresentadas por muitos dos *displaced persons* podem ser caracterizadas como uma certeza de contrariedade aos regimes socialistas – que viriam se instalar no Leste Europeu – ou mesmo por questões mais pragmáticas, como as condições de vida naquelas localidades, a despeito do caráter político assumido por estes. Afinal, na sequência da Segunda Guerra, o continente europeu poderia ser vislumbrado como a síntese da miséria e desolação total. Como alerta Judt, “a verdade essencial sobre a condição da Europa após a derrota da Alemanha era de desespero e exaustão”<sup>28</sup>.

De modo geral, a realidade continental era de total desolação, e isso pode ser considerado tanto para os países na parte oriental quanto ocidental do continente. Em termos materiais, por exemplo, os maiores danos

Foram causados pelos bombardeios sem precedentes realizados pelos aliados ocidentais em 1944 e 1945 e pelo avanço do Exército Vermelho, desde Stalingrado até Praga. As cidades litorâneas francesas de Royan, Le Havre e Caen foram estripadas pela Força Aérea norte-americana. Hamburgo, Colônia, Dusseldorf, Dresden e dezenas de outras cidades alemãs foram arrasadas pelas bombas múltiplas lançadas de aviões britânicos e norte-americanos. No Leste europeu, 80% da cidade de Minsk, na Bielo-Rússia, estava destruída ao final da guerra. Kiev, na Ucrânia, era uma grande ruína ardendo em fogo lento. No outono de 1944, Varsóvia, capital da Polônia, foi incendiada e dinamitada, casa por casa, rua por rua, pelo Exército alemão em retirada. Quando a guerra findou, quando Berlim caiu nas mãos do Exército Vermelho, em maio de 1945, depois de aguentar 40 mil toneladas de bombas nos quatorze dias finais, grande parte da capital alemã estava reduzida a montes de escombros e metal retorcido soltando fumaça. Dos prédios da cidade, 75% estavam inabitáveis<sup>29</sup>.

A esse quadro, somam-se as especificidades que caracterizariam o Leste europeu e os Bálcãs. Em ambas as regiões, o conflito armado não se encerrou com a derrota de Hitler, e a posterior ocupação de Berlim pelo Exército Vermelho. Guerras civis tiveram prosseguimento bastante tempo após o desmembramento do Estado alemão<sup>30</sup>. Nesses casos, claro fica que mesmo depois de derrotado o inimigo continuava presente, e com ele a memória dos

<sup>27</sup> ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946- 1952). Rev. Bras. Polit. Int, 48 (I): 60-96, 2005. P. 13

<sup>28</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 27

<sup>29</sup> Idem. P. 30

<sup>30</sup> A título de exemplificação, a Iugoslávia perdeu 25% de seus vinhedos, 50% do gado, 60% das estradas, 75% das terras cultivadas e das pontes em vias férreas, uma em cada cinco residências, bem como a terça parte do limitado potencial da indústria do país – além de 10% da população que existia antes da guerra. Para mais informações ver: JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 31

conflitos. Juntamente a Segunda Grande Guerra, tais conflitos civis terminaram por corroer a estrutura dos Estados europeus do Leste e dos Bálcãs<sup>31</sup>.

Não obstante, não queremos aqui comparar as perdas materiais às perdas humanas, nem mesmo torná-las mais significativas. Procuramos, em todo caso, destacar o confuso e pouco esperançoso quadro europeu no imediato pós-guerra, o que, acreditamos, tenha influenciado sobremaneira na decisão de algumas pessoas que, posteriormente, viriam a ser qualificadas como deslocados e refugiados de guerra. Nesse sentido, entendemos que existe uma relação direta e de mútua influência entre as perdas materiais que se verificaram, sobretudo no leste europeu e nos Bálcãs, e o número de europeus que se negavam a retornar a seus países de origem, ainda que tivessem alguma objeção política consolidada.

Nesse aspecto, outra questão abre-se quando da posição de repatriamento adotada pela URSS que ia de encontro às decisões deliberadas e adotadas pela ONU e seus órgãos específicos. Estimativas apontam que entre os anos de 1939 e 1945 as baixas humanas tenham chegado a 36,5 milhões. Depreende-se desse número, a superioridade de perdas civis às militares, tendo apenas o Reino Unido e a Alemanha fugido, significativamente, a essa relação<sup>32</sup>. À luz de tais informações, não nos surpreende que a Europa do pós-guerra, destacando-se a Europa Central e Oriental, tenha sofrido com a falta de homens. A título de exemplificação, na URSS a relação entre mulheres e homens era surpreendente. Judt nos aponta que o total de mulheres excedia em 20 milhões o total de homens, relação que necessitaria de mais de uma geração para que se reequilibrasse<sup>33</sup>.

Objetivando, então, dar prosseguimento aos trabalhos foi criada em dezembro de 1946 a Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados (CPOIR)<sup>34</sup>, através do “Acordo sobre medidas provisórias a serem tomadas concernentes aos refugiados e deslocados”. Vale ainda destacar que a votação e aprovação da Constituição da OIR obteve o seguinte resultado: dezoito abstenções, dentre elas a do Brasil, cinco votos contra e trinta

---

<sup>31</sup> Com exceção da Alemanha e a área central da União Soviética, todos os Estados continentais europeus envolvidos na Segunda Guerra Mundial foram ocupados ao menos duas vezes: primeiro pelos inimigos, depois pelos Exércitos de libertação. Alguns países – Polônia, Estados bálticos, Grécia, Iugoslávia – foram ocupados três vezes em cinco anos. A cada nova invasão, era destruído o regime anterior, sua autoridade desmontada, suas elites reduzidas. Ver: JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 49

<sup>32</sup> As causas de mortes de civis incluíam massacres em campos de extermínio e campos de batalha; doenças, subnutrição ou fome; fuzilamento ou incineração de reféns; represálias; fuzilamento de refugiados; dentre tantas outras ações. Ver: JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 32

<sup>33</sup> Idem. P. 33

<sup>34</sup> Todavia, foi somente com o término das atividades do Comitê Intergovernamental e da UNRRA que a CPOIR pôde, em 1º de julho de 1947, assumir as responsabilidades e as atividades operacionais. Ver: ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 157

votos a favor<sup>35</sup>. O delegado brasileiro junto à Comissão Preparatória em Genebra, que chegou a ocupar a vice-presidência, era o então ministro Hélio Lobo.

Aproveitando de sua inserção no sistema que ora se instaurava, o ministro Lobo, juntamente com o cônsul Antonio Houaiss, percorreu diversos campos de refugiados, externando posteriormente suas impressões marcadamente positivas do potencial que tais imigrantes possuiriam e de suas qualificações, dentre elas a de não serem comunistas<sup>36</sup>.

Notadamente, o Brasil não era o único país a estabelecer parâmetros para a recepção de levadas de deslocados e refugiados estando em sintonia, inclusive, com países europeus. Não obstante, as operações de reassentamento foram levadas a cabo a partir de acordos entre as organizações internacionais e os governos que se dispusessem a recebê-los, certamente com algumas observações. No caso do governo brasileiro, o acordo firmado para a recepção de uma leva de 5000 deslocados e refugiados, vinha caracterizado a partir de tais diretrizes: 70% de trabalhadores agrícolas e 30% de trabalhadores técnicos. Destes, 80% dos trabalhadores agrícolas deveriam se destinar as fazendas, sítios ou granjas; 7% de florestais e madeireiros; 7% de operadores de tratores e máquinas agrícolas; 6% de laticínios. Os 30% correspondentes aos trabalhadores técnicos incluiriam, condutores e mecânicos de tratores, maquinistas de diversos tipos, operários têxteis, metalurgistas, eletricitas, soldadores, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, operários de indústria de papel, vidros e fundidores<sup>37</sup>.

Salienta-se, pois, que com a criação da OIR uma centralização institucional cada vez crescente, na proteção e assistência, fora concedida aos refugiados. Seu estabelecimento foi fruto de diversas e árduas negociações entre as duas grandes potências, a saber, EUA e URSS, sobretudo no que tange as diferentes concepções sobre justiça e liberdade humana<sup>38</sup>. De acordo com Andrade, “pode-se asseverar que as discussões para a criação da OIR tenha marcado a transição entre as esperanças de uma colaboração eficaz no cenário pós-guerra e a realidade da Guerra-Fria”<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 154

<sup>36</sup> ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (I): 60-96, 2005. P. 19

<sup>37</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 3 de 8 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

<sup>38</sup> Não a toa, como objeto de seu tempo histórico, o posto mais alto da organização, o cargo de diretor geral, foi ocupado pelo Sr. William Tuck e, a partir de junho de 1949, pelo seu compatriota norte-americano sr. Donald Kingsley. Ver: ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 161

<sup>39</sup> STOESSINGER, J.G. *The United Nations and the Superpowers*. New York, Random House. 1966. Apud: ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 152



Em pronunciamento, o Secretário Executivo da agência tinha a certeza de que havia sido criada uma organização internacional “duradoura”. Pensamos que mesmo não tendo uma longa existência, as ações da OIR tiveram uma longa e importante duração, que viria a prestar serviços a centenas de milhares de pessoas, as maiores vítimas vivas da guerra. Contudo, não se fazia desconhecedor da realidade, cada vez mais presente, da Guerra-Fria. Pois completava seu pensamento afirmando que a agência possuía condições de prestar tamanha assistência,

Desde que os governos do mundo, membros ou não da OIR reconheçam que é de seu dever permitir a esses infortunados a entrada em seu território e a utilização plena da energia e qualidade profissionais que possuíam *em tão alto grau*<sup>40</sup>.

Entretanto, sua Constituição passou a vigorar apenas a partir de agosto de 1948, tendo por consequência o término da CPOIR<sup>41</sup>. A substituição da CPOIR pela OIR não representou, porém, no campo operacional, nenhuma alteração em seu *modus operandi*, não ensejando mudanças práticas em suas ações.

As funções a serem desempenhadas pela OIR foram detalhadas em sua Constituição, quais sejam: repatriamento, identificação, registro e classificação; auxílio e assistência; proteção jurídica e política; transporte; e reassentamento e reestabelecimento de pessoas sob o mandato da OIR. Os principais setores da nova organização seriam assim divididos: um Conselho Geral, responsável por determinar as políticas a serem adotadas; um Comitê Executivo, cujas funções seriam as implementações de tais políticas, e uma Administração<sup>42</sup>.

Acrescenta-se, pois, que a definição de “refugiado” sofreu um alargamento, além de, igualmente, colocar sob seu mandato os deslocados. No que se refere aos refugiados, nota-se que sua aplicação seria possível,

1. A toda pessoa que partiu, ou que esteja fora de seu país de nacionalidade, tendo perdido ou não sua nacionalidade, pertença a uma das seguintes categorias:
  - a. Vítimas dos regimes nazistas ou fascistas ou de regimes que tomaram parte ao lado destes na Segunda Guerra;
  - b. Republicanos espanhóis e vítimas do regime falangista na Espanha;
  - c. Pessoas que foram consideradas refugiadas antes do início da Segunda Guerra Mundial.

<sup>40</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício de 27 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes. Grifo nosso.

<sup>41</sup> Atentemos para o fato de que, neste interregno, entre sua aprovação em dezembro de 1946 e a efetivação de sua Constituição em 1948, os trabalhos se desenvolveram através da CPOIR. Comissão Preparatória da Organização Internacional para Refugiados. Para mais detalhes sobre sua aprovação ver: ONU. *Yearbook of the United Nations (1946-1947)*. New York: Department of Public Information, United Nations, 1947. P.910.

<sup>42</sup> ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946-1952). Revista Brasileira de Políticas Internacionais, 48 (I) : 60-96, 2005. P. 08

2. Estiverem fora de seu país de nacionalidade como resultado de eventos subsequentes ao início da Segunda Guerra Mundial, estejam incapazes ou indesejosos de se beneficiarem da proteção do governo de seu país de origem;
3. Sejam órfãs de guerra ou cujos parentes desapareceram, e que estejam fora de seu país de nacionalidade<sup>43</sup>.

Ressaltamos, porém, que a simples identificação com os parâmetros vislumbrados na Constituição da OIR não significava que os refugiados e os deslocados estariam sob a proteção deste organismo. Este processo ocorreria caso,

Pudessem ser repatriados, ou se eles estivessem expressado definitivamente, em completa liberdade e depois de receber completo conhecimento dos fatos, incluindo informações adequadas dos governos dos seus países de nacionalidade ou de residência habitual, objeções válidas a retornar a estes países<sup>44</sup>.

A OIR trouxe com a consecução de seus trabalhos importantes contribuições no processo de elegibilidade como refugiado. Não obstante, faz-se necessário observar que tal conceituação estava ancorada nos princípios ocidentais de individualização, o que provocara, em muitas oportunidades, os enteveros entre os EUA e a URSS. Nessa linha de contribuições, a própria compreensão de que a perseguição política, ou seu fundado temor para tal, representassem objeções válidas, seria um marco. Vale salientarmos que o financiamento da OIR foi, sobretudo, realizado por países do bloco ocidental, notadamente os Estados Unidos, que em 1947 financiava 47%, chegando a 60% em 1949; o Reino Unido, contribuindo com 15% e a França com 4% vinham a seguir<sup>45</sup>. Como podemos conferir na tabela abaixo:

---

<sup>43</sup> ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 163

<sup>44</sup> Os seguintes elementos poderiam ser identificados enquanto objeções válidas à repatriação: perseguição, ou receio, baseado em motivos razoáveis de perseguição em razão de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas, desde que estas opiniões não estivessem em conflito com os princípios das Nações Unidas; objeções de natureza política; razões familiares imperativas de debilidade ou doença. Para informações completas, ver: ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 164

<sup>45</sup> JUDT, Tony. *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 43

Tabela 1 - Contribuição anual à OIR em 1947

<b>CONTRIBUIÇÃO ANUAL A OIR 1947</b>				
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>			<b>EXECUÇÃO – PARTE I</b>	
<b>PAÍS</b>	<b>%</b>	<b>US\$</b>	<b>%</b>	<b>US\$</b>
EUA	39,89	1.194.720,00	45,75	69.110.178,75
REINO UNIDO	11,48	551.040,00	14,75	22.281.423,75
FRANÇA	6,00	288.000,00	4,10	6.193.480,50
CHINA	6,00	288.000,00	2,50	3.776.512,50
CANADÁ	3,20	153.600,00	3,50	5.287.117,50
AUSTRÁLIA	1,97	94.560,00	1,76	2.658.664,80
BRASIL	1,85	88.800,00	1,50	2.265.907,50
ARGENTINA	1,85	88.800,00	1,50	2.265.907,50
PAÍSES BAIXOS	1,40	67.200,00	0,90	1.354.544,50
BÉLGICA	1,35	64.800,00	1,00	1.510.605,00
NORUEGA	0,50	24.000,00	0,44	664.666,20
NOVA ZELANDIA	0,50	24.000,00	0,44	664.666,20
FILIPINAS	0,29	13.920,00	0,24	362.545,20
BOLÍVIA	0,08	3.840,00	0,07	105.742,35
PANAMÁ	0,05	2.400,00	0,05	75.530,00
GUATEMALA	0,05	2.400,00	0,04	60.424,20
REPÚBLICA DOMINICANA	0,05	2.400,00	0,04	60.424,20
HONDURAS	0,04	1.920,00	0,02	30.212,10
LIBÉRIA	0,04	1.920,00	0,02	30.212,10
ISLÂNDIA	0,04	1.920,00	0,02	30.212,10
<b>TOTAL</b>	<b>76,63</b>	<b>3.678.240,00</b>	<b>78,64</b>	<b>118.793.977,20</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 4 de 18 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

A tabela acima nos dá a exata dimensão da participação do bloco ocidental enquanto maior interesse na sobrevivência da agência e na regulamentação dos processos de repatriamento. Para, além disso, algumas outras questões, sobretudo envolvendo o Brasil, cuja cifra alcança,

em seu todo, a casa de US\$ 2.354.707,50, fazendo-o figurar à frente de outros países receptores, como os Países Baixos, a Bélgica e a Nova Zelândia, mas igualando-se as contribuições devidas pela Argentina e ligeiramente abaixo da Austrália. Acreditamos que tal participação demonstraria as possíveis inserções que o país alcançaria no cenário internacional. Destacamos ainda que tais cifras representavam igualmente a adesão, definitiva, à Constituição da OIR, fato este que, no caso brasileiro, nunca veio a se efetivar.

Sobre esse aspecto, temos algumas hipóteses para o não pagamento da parte referente ao Brasil. Primeiramente, o Brasil passava por uma retração em sua economia, dados os baixos índices de exportação de seu principal produto, o café. Isso se torna lógico tendo em vista que os principais destinos de sua mercadoria tinham na reconstrução de suas estruturas, ou o fomento desta, suas prioridades. Soma-se a esse quadro o grande dispêndio que pesaria ao erário público, em relação à receita do Itamaraty no ano de 1946, por exemplo, o montante representaria mais que a metade recebida pelo Ministério. Se cotejarmos a contribuição do governo brasileiro com outras iniciativas internacionais a diferença fica ainda mais evidente, por exemplo, a contribuição do Brasil ao 1º exercício da OIR é 20 vezes superior, grosso modo, à contribuição à Organização Internacional do Trabalho (que já desenvolvia seus trabalhos há mais de vinte anos); 31 vezes superior a contribuição brasileira à União Panamericana e 2 vezes superior a contribuição do país ao exercício de 1946 das Nações Unidas<sup>46</sup>. Não a toa, ecoaram cada vez mais vozes dissonantes sobre a adesão brasileira à Constituição da organização.

Todavia, o ministro Hélio Lobo mostrava-se temeroso em relação à possível não adesão do Brasil à OIR, após discussão no Congresso Nacional. Ainda que mostrando compreender tal possibilidade, Lobo destacava que as consequências oriundas dessa posição representariam ao Brasil “uma perda de status” frente ao concerto das Nações. Afinal,

[...] qualquer ação dilatória deste (Congresso Nacional) será de más consequências aqui, pois que, para todos os efeitos, somos membros do Conselho Deliberativo e eventualmente, se eleitos, do Conselho Consultivo da Organização.

A independência dos poderes e, por conseguinte, uma ação temporizadora ou negativa do Congresso Nacional poderá coonestar nossa não adesão definitiva. Isso, porém, não nos deixará moralmente bem<sup>47</sup>.

De outro modo, as dificuldades financeiras e de incentivo à agência não seria exclusividade do governo brasileiro. Em relatório ao Ministro das Relações Exteriores, Raul

---

<sup>46</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 4 de 18 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

<sup>47</sup> Idem.

Fernandes, Hélio Lobo sublinharia as dificuldades orçamentárias pela qual a OIR passava, comprometendo de alguma forma os trabalhos de assistência dispensados por esta. Nesse sentido, destacava a fala do norte americano William Tuck, Secretário Geral da OIR, em que era clara a falta de recursos, de navios, e, utilizando-se de discurso humanitário, e apelando ao espírito cristão. Nas palavras do Secretário Geral,

Vós da Comissão Preparatória, e nós, do Secretariado, temos trabalhado fortemente nos nossos campos de atividades, os primeiros delineando a política a seguir e os segundos executando-as, num esforço para solucionar o problema. Entretanto, este não vem sendo solucionado. Não vem sendo solucionado porque temos pouco de muitas coisas – muito pouco tempo, muito pouco dinheiro, muito pouco navios e, mais importante do que tudo, muita pouca caridade cristã entre as Nações<sup>48</sup>.

As percentagens sobre os financiamentos da OIR ressaltam, ainda mais, o quadro de influência ocidental na agência. Não à toa, tal órgão fora considerado pela URSS um instrumento quase que exclusivamente ocidental, muito em vista das discordâncias entre os países sobre os repatriamentos compulsórios<sup>49</sup>.

Sob responsabilidade da OIR encontravam-se cerca de 1.279,000 pessoas, com predominância da nacionalidade polonesa, que perfaziam 29% do total. Entretanto, se a princípio objetivavam-se políticas mais rigorosas em relação aos refugiados, no decorrer da Guerra-Fria essas foram se flexibilizando. Nas palavras de Donald Kingsley, Diretor Geral da OIR: “como resultado das mudanças no cenário político depois de 1948<sup>50</sup>, a organização flexibilizou as interpretações de suas próprias definições com o objetivo de chegar a uma concepção mais ampla de refugiado”<sup>51</sup>. A partir deste momento, o critério de perseguição ganhou cada vez mais legitimidade, sobretudo a perseguição política.

Assim, iniciava-se um processo que se seguia, basicamente, da seguinte maneira:

Após o estabelecimento da identidade do candidato (*applicant*) e de como ele fora deslocado ou fugira de seu país de origem, estudava-se a veracidade destas informações feitas pelo funcionário de elegibilidade da OIR (*IRO Eligibility Office*),

<sup>48</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 4 de 18 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

<sup>49</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 43

<sup>50</sup> A mudança no cenário político ao qual se refere Kingsley seria o “Golpe de Praga”, ou na historiografia marxista “Fevereiro Vitorioso”. Este evento foi a efetivação de um movimento de tomada do poder orquestrado pelo partido comunista da Tchecoslováquia com apoio soviético. No ocidente [EUA], esse fato foi interpretado enquanto movimento de expansão comunista deliberada

<sup>51</sup> COHEN, Gerard Daniel. In War’s Wake: Europe’s Displaced Persons in the Postwar Order. Oxford, Oxford University Press, 2011. P. 46. Apud. BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação de mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014. P. 58

o qual tentava elucidar as evidências de modo a confirmar se o candidato era ou não um refugiado ou deslocado “bona fide”<sup>52</sup>.

Segundo Andrade, a controvérsia entre repatriamento e reassentamento levou tanto à criação quanto à extinção, no marco da ONU, da OIR. No que se refere à segunda concepção, a de reassentamento, a posição favorável do Brasil, tendo como pano de fundo o cenário dicotômico que se instaurava, representava uma maior inserção da delegação brasileira nas atividades onusianas como, igualmente, atraía imigrantes qualificados para seu território. Fica-nos claro, porém, que tais medidas, representam a conjunção oportuna de princípios humanitários e atividades políticas<sup>53</sup>.

Vale destacarmos ainda que, em 1948, o Decreto-Lei 25.796 de 10 de novembro, veio a implementar a execução do acordo Brasil-CPOIR, dispondo, inclusive, sobre a criação de uma Comissão Mista Brasil-CPOIR, acarretando no comprometimento do país na recepção de uma cota de refugiados de guerra e no auxílio mútuo entre o governo e a comissão. O Acordo Brasil-CPOIR veio em substituição ao Acordo firmado entre o país e a Comissão Intergovernamental, realizado no ano de 1946.

Todavia a execução desse acordo tardou sobremaneira, com um intervalo de seis meses entre o reconhecimento internacional e a implementação interna, devido à resistência então existente, não tanto na opinião pública, mas sim em alguns representantes da administração pública. Estes, consideravam que a formação da comissão mista representaria um ataque à soberania brasileira<sup>54</sup>, ou como salienta Fischel de Andrade, “[representava] uma ameaça a determinadas instâncias que se arrogavam a totalidade das iniciativas e competências, comprometidas –julgavam- pelas atribuições que a referia comissão viria ter”<sup>55</sup>.

Vale destacarmos que durante os trabalhos da comissão mista o Brasil passou finalmente a receber levas maiores de refugiados e deslocados. Como indicado por Fischel de Andrade, entre dezembro de 1948 e agosto de 1949 o Brasil recepcionou 14.016, de um total que viria a ser de 29.000, de 28 nacionalidades diferentes, com destaque para a polonesa

---

<sup>52</sup> ANDRADE, José Fischel de. *Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952)*. Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 167

<sup>53</sup> ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (I) : 60-96, 2005. P. 03

<sup>54</sup> LOBO, Hélio. *A Organização Internacional para os Refugiados e o Brasil*. Rio de Janeiro, Serviços de Publicações/MRE. 1948. P. 13

<sup>55</sup> RIO BRANCO, Miguel Paranhos do. Anexo I. IA Organização Internacional para os Refugiados – Sua Obra no *Mundo- No Brasil*. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1949. P. 12. Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília [AHI/DF], classe 601.34. Apud. ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48 (I): 60-96, 2005. P. 21

(5.468). Porém, ainda que o Brasil não viesse a cumprir a recepção da quantidade propagandeada desde o início, girava entre 100.000 e 200.000 refugiados e deslocados, a temática teve visibilidade, tanto no interior do governo, quanto na sociedade. Pois, como se verá no segundo capítulo, uma série de publicações sobre a chegada de refugiados foram divulgados pela imprensa, além de discussões em revistas especializadas, como a Revista de Imigração e Colonização (RIC).

Assim como a ANUAR, a OIR possui uma existência efêmera, afinal em 1952 suas atividades seriam encerradas<sup>56</sup>. Debates sobre a efetividade das ações da OIR se fazem presentes na historiografia, pois ao seu fim ainda existiam cerca de 400 mil refugiados no continente europeu. Entretanto, aqui não entraremos em tal monta. Ainda que não tivesse cumprido todas as tarefas atribuídas a si, a OIR foi a primeira entidade especializada da ONU a ser extinta.

Nesse cenário, as competências antes sob responsabilidade da organização passariam aos Estados Nacionais que possuíssem refugiados em seus territórios e para outras organizações. Todavia, essa partilha de responsabilidades junto aos Estados ia de encontro ao conceito da relação entre a sociedade internacional e os refugiados. Afinal, advogava-se que somente, e tão somente, quando a responsabilidade *conjunta* fosse reconhecida e reverberasse em ações, a questão dos refugiados poderia ser solucionada.

Nos anos finais da OIR verificou-se a criação de outro órgão também filiado a ONU, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 1950. A criação desta foi certamente influenciada pelas sucessivas crises entre os dois blocos que se verificaram a partir de 1947, como, por exemplo, o bloqueio de Berlim, ocorrido em 1948 e a Guerra das Coreias, entre os anos de 1950-1953. Além da ACNUR, outro organismo, mas em âmbito regional, que desempenhou um importante papel quando da extinção da OIR foi o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME)<sup>57</sup>.

No que se refere à ACNUR<sup>58</sup>, por seu Estatuto, suas atividades são caracterizadas como apolítica, humanitária e social. Definindo suas funções em:

Proteger internacionalmente os refugiados e buscar soluções permanentes para a problemática, auxiliando os governos, após sua provação, a facilitar o repatriamento voluntário ou a integração local dessas pessoas em novas comunidades<sup>59</sup>.

---

<sup>56</sup> MOREIRA, Julia Bertino. A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais). Dissertação de mestrado. Programa San Tiago Dantas, 2006.

<sup>57</sup> ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946-1952). Revista Brasileira de Política Internacional, 48 (I). 60-96, 2005. P. 11

<sup>58</sup> Vale notar que diferentemente de suas antecessoras, a ACNUR se configuraria como um órgão permanente dentro da ONU. Acrescenta-se que a ACNUR atua até os dias atuais no que se refere aos refugiados.

Outro importante fato que merece nossa atenção foi a criação de outro mecanismo jurídico para a questão, o Estatuto dos Refugiados de 1951. Tal instrumento veio por fim à prática que consistia em definir quem era refugiado a partir de listas vindas de seu país de origem, e fundamentou uma definição geral e universal para o refugiado. A Convenção de 1951, apesar de suas limitações, marcou uma etapa decisiva na definição do estatuto internacional de refugiado<sup>60</sup>. Todavia, segundo Groppo a elaboração do estatuto universal começou após a Primeira Guerra Mundial, e se desenvolveu em diferentes etapas<sup>61</sup>. Aproveitamos a questão para definirmos, ainda que esteja presente em toda a introdução, a definição do conceito de refugiado e deslocado, bem como a utilização que faremos nesse trabalho.

Começamos, porém, a partir da definição de exílio político, afinal o exílio é uma forma de migração que se diferencia das migrações econômicas justamente pelo seu caráter forçado, ou seja, o exílio é uma migração involuntária de uma pessoa que teve seus direitos atingidos em seu país de origem e, para preservá-los, decide sair deste, fugindo às perseguições e/ou ameaças graves. Desse modo, este tipo de migração visa garantir a vida e a liberdade<sup>62</sup>.

O exílio, caracterizado por Degl'Innocenti como “afastamento da pátria por razões políticas, raciais, religiosas, civis, de maneira imposta legal ou arbitrariamente pelo poder dominante, ou de maneira voluntária para escapar de perseguições, violências físicas ou psicológicas”, é um elemento caracterizador da contemporaneidade<sup>63</sup>. Entretanto, o exílio é visto como um componente de um fenômeno muito mais amplo, o dos refugiados, que alcançou um crescimento absurdo a partir da Primeira Guerra Mundial. No decorrer do século XX, como alerta Groppo, ambas as noções tiveram seus significados comumente confundidos, porém, como dito acima, o exílio é um componente do fenômeno dos refugiados.

O conceito de refugiado, por seu turno, surge no século XVII para designar os protestantes franceses após o Edito de Nantes em 1685. Já no século XIX se aplicava principalmente aos refugiados políticos que tinham abandonado seu país devido às suas

---

<sup>59</sup> ACNUR. A Situação dos Refugiados no Mundo: cinquenta anos de acção humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000. P. 22

<sup>60</sup> GROPPPO, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. P. 85

<sup>61</sup> Idem. P. 85

<sup>62</sup> Idem. P. 71

<sup>63</sup> DEGL'INNOCENTI, Maurizio. L'esilio nella storia contemporanea, in L'esilio nella storia Del movimento operário e l'emigrazione econômica, a cura di M. Degl' Innocenti, Bari/Rome, Lacaita, 1992. P. 8. Apud. GROPPPO, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. P. 71



opiniões ou atividades políticas<sup>64</sup>. Todavia, foi a partir da Primeira Guerra que o conceito de refugiado se colocou em definitivo para designar um problema internacional, sobretudo se tivermos em conta que qualquer iniciativa com limites nacionais não seria suficiente para a resolução do problema. Nesse sentido,

O fenômeno dos refugiados assumiu na Europa um caráter de massa principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, como consequência direta das transformações políticas e territoriais que ela provocou. A Revolução bolchevique e a guerra civil na Rússia, por exemplo, causaram o êxodo de cerca de dois milhões de pessoas, à qual nenhum país podia fazer frente sozinho. O problema dos refugiados mudava assim de natureza: ele não estava mais relacionado exclusiva ou principalmente a grupos restritos de exilados políticos, como no século precedente, mas de agora em diante, a populações inteiras. As guerras (mundiais, locais e civis) e a instauração de regimes ou de outros tipos de ditadura foram as principais causas de fluxo dos refugiados<sup>65</sup>.

Em relação ao século XIX o aumento quantitativo no número de refugiados é impressionante, tanto que a noção de refugiado teve de ser, paulatinamente, modificada<sup>66</sup>. Se tivermos em mente os processos de desnacionalizações desenvolvidos pela Alemanha Nazista (iniciando-se pelo *anschluss*), pela Itália Fascista e a Rússia Bolchevique, notaremos que a movimentação de massas populacionais estavam ocorrendo em larga escala pelo continente europeu. De modo que, o simples fato de pertencer a um grupo étnico, a uma minoria, a uma comunidade perseguida poderia ser suficiente para converter uma pessoa em refugiado, ainda que esta fosse avessa à política, diferentemente da premissa observada no século anterior<sup>67</sup>. Desse modo, a própria noção de refugiado político pode ser definida de maneira mais ou menos ampla ou mais ou menos restrita, justamente em função do que se considera especificamente como político.

O caminho iniciado pela Liga das Nações, e como já pudemos brevemente acompanhar nesta introdução, foi de uma política por etapas. Elaboravam-se convenções internacionais e de medidas específicas destinadas a cada grupo particular de refugiados, provenientes de determinado país, como o caso dos armênios, russos, dentre outros, sem,

<sup>64</sup> GROppo, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. P. 74

<sup>65</sup> Idem. P. 78

<sup>66</sup> Para o *Grand Dictionnaire Encyclopédique Larousse*, o refugiado é uma “pessoa que deixa seu país de origem por razões políticas, religiosas ou raciais não se beneficiando, no país onde reside, dos mesmos estatutos que as populações autóctones, do qual ela adquiriu a nacionalidade.”. Um outro dicionário enciclopédico, *Le Robert*, define refugiado como “uma pessoa que teve de fugir do lugar, do país que ela morava a fim de escapar de um perigo (guerra, perseguições políticas ou religiosas, etc).” A *Encyclopaedia Britannica* define refugiado como “any uprooted, homeless, involuntary migrant who has crossed a frontier and no longer possesses the protection of his former government”. Apud. GROppo, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. P. 72/73

<sup>67</sup> GROppo, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. P. 83

entretanto, enfrentar o problema em sua amplitude geral. Logo após a Segunda Guerra, porém, o fenômeno dos refugiados atingiu dimensões ainda mais elevadas, equivalendo-se a dezenas de milhões de pessoas. Tal fato trouxe consigo importantes redefinições no conceito de refugiado como já verificamos a partir da instituição de organismos internacionais ao longo do século XX.

Por seu turno, o termo deslocado – *displaced person* – surgiu no cenário da Segunda Guerra Mundial a fim de caracterizar pessoas que haviam se deslocado pelo continente europeu por conta dos conflitos, e que deveriam regressar a seu país de origem tão logo as condições que provocaram tais deslocamentos deixassem de existir. Devemos observar, igualmente, que se trata de uma categoria de refugiados à qual, a partir de 1950, não mais foi feita referência em instrumentos jurídicos internacionais, apesar de o termo ter continuado a ser utilizado, mais coloquialmente, para designar pessoas, em particular numerosos grupos, que em situação similar com às dos refugiados, não se caracterizavam *strictu sensu* de acordo com a definição convencional, mas que necessitavam de assistência<sup>68</sup>.

Conseguimos compreender, então, a afirmação de Judt quando pontua que para o refugiado o retorno à sua pátria natal era inviável, enquanto que para o deslocado não só tinha uma Nação para retornar como também não haveriam impedimentos para tal ação<sup>69</sup>. Ainda assim, devemos ressaltar que embora bem definido na teoria, ambas as categorias se misturavam na prática, na medida em que tanto os *displaced persons* quanto os refugiados gozavam do direito de apresentar objeções válidas contra o retorno a seu país de origem<sup>70</sup>.

À luz das definições postas acima, ressaltamos que ambas as categorias serão utilizadas no desenvolvimento desse trabalho, estando ora juntas, separadas, mas que representam, em último caso, as mesmas circunstâncias. Afinal, ainda que Judt e Andrade, utilizando Reut-Nicolussi, apontem que os deslocados deveriam regressar a seus países de origem tão logo as condições que provocaram tais movimentações tenham acabado, na prática, e como demonstrado por Bravo, as pessoas incluídas em ambas as categorias necessitavam de assistência e poderiam apresentar objeções válidas para o não regresso a seu país de origem. De modo que, um deslocado pode ter se tornado refugiado com o desenvolvimento das atividades das agências especializadas. Retornemos, porém, a análise do

---

<sup>68</sup> REUT-NICOLUSSI, E. Displaced Persons and International Law. 73 (II). RCADI. 1948. P. 1-68 Apud: ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921-1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996. P. 128

<sup>69</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra : uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 85

<sup>70</sup> BRAVO, Andre Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação de mestrado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014. P. 51

Estatuto do Refugiado, de 1951, que apesar de suas limitações, veio pavimentar juridicamente o conceito em seu aspecto universalista.

A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951<sup>71</sup> pode ser compreendida como a consolidação de instrumentos legais relativos aos refugiados fornecendo subsídios aos seus direitos em âmbito internacional. Com a leitura da mesma, percebe-se um estabelecimento de padrões básicos para tratamento dos refugiados, sem, no entanto, ceifar a autonomia dos Estados<sup>72</sup>.

A sua formulação, no entanto, foi objeto de sérias disputas. Diferentes perspectivas foram apresentadas, destacando-se duas. A primeira entendia que a convenção se configuraria como um instrumento geral, que deveria ser aplicável a todos os refugiados, independentemente de sua origem; já a segunda compreendia que a convenção tinha seu alcance limitado e deveria se aplicar somente aos refugiados originados de países europeus. Em linhas gerais, os países que defenderam a primeira corrente ficaram conhecidos como “universalistas” e os que defenderam a segunda, “europeístas”<sup>73</sup>.

Assim, do processo de leitura e compreensão do documento, depreendemos algumas observações. A primeira delas, estipulada logo no início do Estatuto, visava reafirmar a importância da cooperação internacional para que tal objetivo, qual seja, a superação do quadro dos refugiados, possa se efetivar nas ações das Nações Unidas. Num processo de reconhecimento que os programas de asilo gerariam pesados encargos às Nações, a colaboração internacional poderia minorar tais enfados.

Ademais, o contexto político ao qual o Estatuto dos Refugiados encontrava-se inserido ilumina a reafirmação da colaboração internacional entre os países. Não podemos perder de vista que as disputas engendradas entre os blocos hegemônicos de poder estava em pleno auge, haja vista as disputas que, ao menos ideologicamente, representavam a dicotomia entre os mesmos.

O primeiro artigo do capítulo 1 do Estatuto prevê a definição do termo “refugiado” que, tendo como premissa os ajustes realizados anteriormente<sup>74</sup>, se aplicaria, igualmente, a

---

<sup>71</sup> Em seu artigo 43, relativo a entrada de vigor deste Estatuto, assim se lê: “esta Convenção entrará em vigor no nonagésimo dia seguinte à data do depósito do sexto instrumento de ratificação ou de adesão”. Fato este que veio a ocorrer – a entrada em vigor – em 22 de abril de 1954.

<sup>72</sup> Para mais informações ver: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>. Acessado em: 25/07/2016

<sup>73</sup> ACNUR. *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-second meeting*. jan. 1970. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde10>>. Acessado em: 08/05/2016.

<sup>74</sup> A saber: Pessoa que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados. Ver: ACNUR.

Qualquer pessoa que, em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, cor, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele<sup>75</sup>.

Todavia, não seria qualquer pessoa que, estando nas circunstâncias que a caracterizassem como refugiado, gozariam de tais prerrogativas. Afinal, tal Convenção cessaria de ser aplicável às pessoas em que se suspeitassem desde que houvesse fundado teor, de que cometeram algum crime contra a paz, um crime de guerra ou mesmo cometera um crime contra a humanidade.

Vale ainda destacar, no concernente às profissões assalariadas, que segundo a ONU, os Estados considerariam com “benevolência”, a adoção de medidas que visassem assegurar a assimilação dos direitos de todos os refugiados no específico de suas profissões em paridade aos seus nacionais. Destacando-se os refugiados que ingressassem em seus territórios através de programas de recrutamento de mão de obra ou através de um plano de imigração<sup>76</sup>.

O artigo 32 da Convenção Relativa ao Estatuto reflete uma importante concepção adotada pelas Nações Unidas, ou seja, o princípio do *non-refoulement*, “o qual define que nenhum país deve expulsar ou “devolver” (refouler) um refugiado, contra a vontade do mesmo, em quaisquer ocasiões, para um território onde ele ou ela sofra perseguição”<sup>77</sup>. Ressalta-se, pois, que a expulsão de um refugiado, perante o Estatuto poderia vir a ocorrer apenas em caso de Segurança Nacional ou Ordem Pública.

Apesar da importância do Estatuto de 1951, observou-se, *a posteriori*, que sua validade possuía sérios limites. Pensava-se que os refugiados originaram-se devido ao conflito mundial e que após este sua problemática poderia ser controlada. Entretanto, eventos nas décadas seguintes (1950,60 e 70), demonstraram que a questão era mais complexa. Em 1956, por exemplo, com a morte de Stálin, a URSS pretendia reavaliar suas relações com alguns de seus países satélites, o que levou a sérias manifestações em muitos deles. A Hungria, por exemplo, teve suas fronteiras invadidas por tropas soviéticas, o que levou cerca de 200 mil

---

Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em:

[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1). Acessado em: 05/01/2016.

<sup>75</sup> ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em:

[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1). Acessado em: 05/01/2016.

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> Para mais informações ver: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>.

húngaros a se deslocarem. Desses, aproximadamente 180 mil foram para a Áustria. Diante deste grande contingente, o governo austríaco solicitou ajuda a ACNUR para o reassentamento desses refugiados em outros países. Nas décadas de 1960 e 70 verificaram-se as independências das antigas colônias europeias pelos continentes africano e asiático, o que gerou uma onda de deslocados<sup>78</sup>. Esses novos fluxos de refugiados, após a Segunda Guerra, atestava a inaplicabilidade da definição de refugiado contida na Convenção de 1951, em razão de sua limitação temporal.

Dada a necessidade de alteração na “definição de refugiado” consagrada em 1951, em 1966 um protocolo foi preparado e submetido a Assembleia Geral da ONU. Sua ratificação ocorreu apenas em 1967, ficando conhecido como “Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967”. Seu objetivo principal era extinguir a reserva temporal, o que efetivamente foi feito, retirando-se os termos “em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” da definição de refugiado.

Em matéria da ACNUR, assim se lê:

Considerando que a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra em 28 de julho de 1951, só cobre aquelas pessoas que se tornaram refugiados em resultado de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, Considerando que, desde que a Convenção foi adotada, surgiram novas situações de refugiados e que os refugiados em causa poderão não cair no âmbito da Convenção, Considerando que é desejável que todos os refugiados abrangidos na definição da Convenção, independentemente do prazo de 1º de janeiro de 1951, possam gozar de igual estatuto (...)<sup>79</sup>

A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, por fim, são os meios através dos quais é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e gozar de refúgio em outro país<sup>80</sup>.

Apesar das constantes criações e encerramentos de órgãos responsáveis pelos refugiados, pode-se conjecturar que a experiência de trabalho com os DP’S e refugiados europeus no pós-guerra encetou uma ruptura com as práticas desenvolvidas em momentos anteriores. A partir de então, todas as etapas passavam por um processo de planejamento e previsão.

---

<sup>78</sup> Destaquemos que neste mesmo período os trabalhos da ACNUR passaram a ser de âmbito global.

<sup>79</sup> Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. In: \_\_\_\_\_. *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado*. Lisboa: ACNUR, 1996f. p. 85-89.

<sup>80</sup> Para mais informações ver: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/o-que-e-a-convencao-de-1951/>.

## 1 UM RETRATO EM MINIATURA DO BRASIL: O APARELHAMENTO DA HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DA ILHA DAS FLORES

A imigração representou em finais do século XIX e início do século XX elemento fundamental da política imperial e republicana no Brasil. Tal período conhecido como “A Grande Imigração” é marcado pelo deslocamento de milhões de europeus em direção aos portos nas Américas. Estima-se que cerca de 31 milhões de europeus tenham desembarcado no “Novo Mundo”.

É nesse quadro que se fomenta intensos debates acerca da recepção de tais levas, que contava com apoio e patrocínio dos governos que buscava os atrair. Nesse sentido, Vidal e Chrysostomo<sup>81</sup> indicam que houve a necessidade de intervenção direta das autoridades públicas, instituindo dispositivos administrativos para o controle e registro dos imigrantes que chegavam em seus territórios. Desse modo, por toda a costa do continente, dos Estados Unidos à Argentina, foram criadas tais estruturas, como as hospedarias de *Ellis Island (EUA)*, *Hotel del Inmigrantes (Argentina)* e as Hospedarias da Ilha das Flores e do Brás no Brasil<sup>82</sup>.

As estruturas de recepção tiveram um papel destacado nas dinâmicas dos deslocamentos transatlânticos e, além de estarem em diálogo com políticas nacionais e internacionais de fomento à imigração, sanitarismo, as ideias civilizacionais, além de estarem igualmente ligados a ideia de controle dos fluxos populacionais.

Costa nos indica que as garantias e favores ofertados pelo governo imperial brasileiro não eram suficientes para garantir um fluxo imigratório que atendesse as projeções do governo, pois, indica a autora, entre os anos de 1876 e 1882 apenas 23 mil pessoas haviam ingressado no Brasil como imigrantes<sup>83</sup>. O presidente da Junta Central de Higiene Pública, Alfredo d’Escragnolle Taunay, apontava que a principal razão para tão descompasso imigratório estava ancorado na insalubridade da capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, que era sistematicamente alardeada pela imprensa nacional e internacional.

Foi a partir da segunda metade do século XIX que a febre amarela passou insistentemente a se fazer presente na capital. A título de exemplo, em 1849 morreram 4.160 pessoas devido a epidemia que ocorrera naquele ano, sendo a maioria delas imigrantes. Duas

---

<sup>81</sup> VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. Do Depósito à Hospedaria de Imigrantes: gênese de um ‘território de espera’ no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciência e Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 1. Jan/mar. 2014.

<sup>82</sup> COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P. 39

<sup>83</sup> Idem. P. 52

décadas depois, durante os anos de 1873 e 1876, a doença viria a causar fortes transtornos nas autoridades públicas, afinal, vieram a falecer 3.659 e 3.476 pessoas, respectivamente<sup>84</sup>.

Para além da ausência de razões científicas e experimentais para o combate efetivo a febre amarela, motivo de intenso debate entre médicos contagionistas e infeccionistas<sup>85</sup>, Sidney Chaloub descreve ainda que existiam pântanos malcheirosos, poças d'água estagnadas e matéria em decomposição por todo o Rio de Janeiro, em razão da não existência de uma rede de esgoto eficaz, tornava o despejo de dejetos e sujeiras em locais impróprios, tornando o espaço urbano ainda mais propício ao surgimento de epidemias e moléstias<sup>86</sup>.

Ainda que o avanço científico não permitisse uma pronta resposta, os médicos brasileiros apontavam que entre os doentes acometidos por tal moléstia, os imigrantes eram aqueles que mais vinham a falecer. Não à toa a capital do Brasil era internacionalmente conhecida pela alcunha, nada favorável aos anseios imigrantistas, por “Túmulo dos estrangeiros”. Ademais, dentre o conjunto de imigrantes, àqueles que se encontravam a mais tempo no Brasil apresentavam maior resistência as doenças tropicais quando comparado aos recém-chegados. Assim, a ideia de aclimação se tornou posição oficial do governo imperial.

Nesse quadro, antes de se implementar um fluxo migratório regular, era necessário que as autoridades dessem uma resposta satisfatória ao cuidado com os imigrantes. Atendendo a esse anseio que a Ilha das Flores foi adquirida pela Inspeção Geral de Terras e Colonização, criando naquela Ilha uma Hospedaria adequada para a recepção dos imigrantes recém-chegados, isolando-os, de certa forma, da antiga capital do Império com suas recorrentes epidemias.

A partir de 01 de março de 1883 ordenava-se, através do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que após o desembarque no Porto do Rio de Janeiro todos os imigrantes vindos pela terceira classe deveriam ser encaminhados, juntamente as suas bagagens, até a Ilha das Flores onde, por um período de oito dias, poderia gozar de acolhimento subvencionado pelo governo. Vale destacar ainda, como indicado por Reznik e

---

<sup>84</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

<sup>85</sup> Aqueles que acreditavam na teoria contagionista defendiam a adoção de medidas como o isolamento dos enfermos em hospitais e a imposição de quarentena aos navios ingressantes no porto. Os infeccionistas, por sua vez, acreditavam que as quarentenas e demais medidas destinadas a impedir a introdução da doença seriam inúteis, defendendo ações capazes de transformar as condições locais e impedir a produção das temidas “emanações miasmáticas”. Ver: COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas migratórias (1883-1907)*. Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P. 54

<sup>86</sup> Chaloub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011. P. 67

Fernandes que os passageiros que ingressaram no país de primeira ou segunda classe, além daqueles que possuíam contatos na cidade, não precisavam passar pela Hospedaria<sup>87</sup>.

Desembarcados na Ilha, os imigrantes passavam pelas primeiras experiências em terras brasileiras, que, percorrendo um caminho, quase como um rito, era encaminhado setor por setor. Primeiramente, eram direcionados ao Escritório da Diretoria, onde o escrivão responsável realizava o registro dos imigrantes em grandes livros, onde constavam o nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, porto de procedência, nome do navio, data de entrada e o número de ordem<sup>88</sup>.

Devidamente registrados, a próxima parada era o consultório médico onde eram realizados rápidos exames afim de se evitar o ingresso de doenças infectocontagiosas no espaço de recepção. De acordo com Fernandes e Silva, a inspeção médica funcionava como uma “triagem”, na qual os casos mais graves eram encaminhados ao Hospital São João Batista, em Niterói, e os casos de menor periculosidade à enfermaria da própria Hospedaria<sup>89</sup>.

Daí, finalmente, os imigrantes eram encaminhados aos alojamentos que, divididos de acordo com o gênero e o estado civil, comportavam inicialmente 850 pessoas. Porém, por ocasião do aumento do número de pessoas ingressantes no país, a Hospedaria deveria sofrer alterações em sua estrutura, como defendido pelo ministro Afonso Moreira Penna. E, segundo as estatísticas do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o ministro tinha razão. Quando cotejados, os números apontam um crescimento de entrada de estrangeiros tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro. Enquanto em 1884 entraram somente 19.608 em todo o país, e 17.999 no Rio de Janeiro; em 1890 esse número salta para 107.100 no Brasil e 85.162 na capital<sup>90</sup>.

Em vista de tais números, a Hospedaria da Ilha das Flores passou a receber um número maior de imigrantes o que exigiu a ampliação da sua estrutura. Para ampliar os dormitórios, em 1886, foi construído um edifício exclusivo para a enfermaria, constando de uma sala de consulta médica, uma sala de parto, e duas enfermarias – masculina e feminina.

---

<sup>87</sup> REZNIK, Luis e FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Imigração: documentação, política e história. IN: CANCINO, Hugo [et al]. *Miradas desde la Historia Social y la Historia intelectual*. América Latina em sus culturas: de los procesos independentistas a la globalizacions. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Historicos prof. Carlos Segreti. 2012. P. 221.

<sup>88</sup> COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P. 57

<sup>89</sup> FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento e SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de Histórias. IN: FERNANDES, RUI Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério (Org.). São Gonçalo em Perspectiva: ensaios de histórias gonçalenses. São Gonçalo: UERJ/FFP. 2012. P. 31

<sup>90</sup> Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1883-1890. IN: COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015



Seguindo a legislação brasileira sobre o tema, os imigrantes podiam ficar apenas oito dias na Hospedaria, salvo em circunstâncias excepcionais, enquanto aguardava seu destino. Para além do acolhimento, cabia ao Estado ofertar passagens gratuitas até o lugar escolhido, sendo a Hospedaria um espaço de controle, triagem e encaminhamento dos recém-chegados ao Brasil.

Segundo Julianna Oliveira Costa, a Hospedaria viria cumprir um importante papel dentro da política imigratória do Estado brasileiro, pois,

as construções que integravam o complexo da Hospedaria da Ilha das Flores produziram um determinado discurso sobre a imigração no Brasil, no qual conferiu ao governo brasileiro um papel de destaque enquanto promotor das políticas imigratórias. Se por um lado a Hospedaria atestou a importância que a imigração teve para o país, por outro cada detalhe do complexo tornou visível o papel do Estado Nacional na sua construção e na construção de uma nova Nação através das políticas imigratórias<sup>91</sup>

Ao discurso produzido pelo Estado em torno da imigração, a hospedagem gratuita era utilizada no exterior, integrando um conjunto de ações publicitárias, como ferramenta de atração para os emigrantes aqui fixarem-se. Decerto, tais iniciativas poderiam ser consideradas como um esforço de colocar o Brasil como um país de destino, tendo em vista a alta competitividade junto a outros países da América, como Canadá, Argentina e, sobretudo, os Estados Unidos, país de preferência dos imigrantes europeus. Mais uma vez, ressaltamos que o período em que os imigrantes poderiam permanecer na hospedaria, por lei, eram de oito dias.

Porém, foi apenas em 1907 que a Hospedaria sofreu a primeira, e talvez a única, transformação vultosa que permaneceu como original até o seu fechamento em 1966. Sob responsabilidade da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, a Hospedaria passou por uma reestruturação completa com o intuito de ofertar melhores condições para as suas funções básicas, quais sejam, a de hospedar, alimentar, tratamento médico básico e encaminhamento<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup> COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P. 65

<sup>92</sup> REZNIK, Luis e FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Imigração: documentação, política e história. IN: CANCINO, Hugo [et al]. *Miradas desde la Historia Social y la Historia intelectual*. América Latina em sus culturas: de los procesos independentistas a la globalizacions. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Historicos prof. Carlos Segreti. 2012.

O Plano inicial de obras<sup>93</sup> previa uma série de transformações na Ilha das Flores bem como nas Ilhas contíguas a esta. Todavia, boa parte do que ali estava previsto não se concretizou, como o hospital geral e de isolamento, por exemplo. Tampouco o necrotério, a farmácia, as residências do médico e do farmacêutico foram transferidas para a Ilha Ananazes. Dos objetivos apontados, tão somente a terraplanagem do morro norte da Ilha das Flores veio a ser executada.

Por outro lado, na parte sul da Ilha houve a substituição de construções de madeira pois que nesse ano, apenas a Casa do Diretor apresentava boas condições. As demais edificações passaram por uma reforma estrutural, como foi o caso do pavilhão de alojamento, ou foram demolidos. Sobre a reforma do pavilhão de alojamento,

era uma construção de alvenaria, medindo 71 metros de comprimento. No ano de 1888, ergueu-se ao lado do prédio dois anexos em madeira, ampliando o seu comprimento para 84 metros. Durante as obras de 1907, a parte em alvenaria foi completamente reformada, enquanto a de madeira, quase em ruínas, foi posta a baixo. No lugar das construções de madeira foram construídas novas instalações, elevando o comprimento do edifício para 124 metros. Ao todo, o edifício passou a comportar mil imigrantes<sup>94</sup>.

Na parte norte da Ilha, atendendo os anseios do Ministro Penna, foram construídos três pavilhões, dos quatro previstos, de concreto armado e grandes proporções, afinal possuíam 80 metros de comprimento e 12 de largura, ladeados por varandas. Salta aos olhos, que sua arquitetura estava em plena sintonia às medidas sanitárias que visavam evitar a proliferação de fungos e bactérias em seu interior, pois havia amplo espaço para circulação de ar com seu pé direito medindo 3 metros de altura.

A tais obras relatadas, acrescentamos ainda mais duas. Uma referente à construção de uma rede de esgoto possibilitando o tratamento de dejetos em novíssimos tanques sépticos, que deveria impedir o seu lançamento direto ao mar. A esta, incluímos as ações empreendidas no intuito de sanar o problema de abastecimento de água na Hospedaria, problemas este que vinha afetando os serviços ali prestados desde o aumento do fluxo de imigrantes, e conseqüentemente o aumento do consumo. Tais obras foram: substituição do encanamento que fazia a ligação da Ilha ao continente, a fim de abastecer com água que vinha da cidade de Niterói, além da construção de uma caixa d'água próxima aos novos pavilhões na parte norte da Ilha, com capacidade de 400 mil litros.

---

<sup>93</sup> ALMEIDA, MIGUEL Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1908. P. 1520

<sup>94</sup> COSTA, Julianna Carolina Oliveira. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907)*. Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P.86

A reestruturação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, segundo Julianna Oliveira Costa, representou os esforços da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento, pertencente ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em “prover conforto e comodidade aos imigrantes recém-chegados, buscando assim, promover a imagem do Brasil e atrair um maior número de imigrantes.”<sup>95</sup>.

Nas décadas que se seguiram à última grande reforma, a supracitada de 1907, não se verificou na Hospedaria da Ilha das Flores importantes movimentações, tampouco projetos de reformas ou mesmo construção de novas estruturas visando atender as demandas do fluxo migratório do Brasil nesse período. É bem verdade que o período entre guerras representou um baixo fluxo de atividades da Hospedaria no concernente a recepção de imigrantes.

A título de exemplificação, durante os anos de Guerra não houve qualquer obra de grande vulto, mas tão somente a manutenção das edificações, de materiais e pequenos aparelhamentos. Assim, em 1939 houve o reaparelhamento das casas de funcionários, da farmácia, cozinha, hospital e alojamento, constante de conserto de piso, substituição de telhas e manilhamento de esgoto. No ano seguinte, apenas os reparos necessários foram realizados nas edificações através das oficinas da repartição pública, tais como as oficinas de carpintaria, ferraria, eletricidade, pedreiro e pintor<sup>96</sup>.

Em 1941, por outro lado, verificamos um pequeno movimento no sentido de modernização de algumas instalações como o pavilhão de recepção e administração, com a substituição do piso de cimento para ladrilho “trottoir”. Além do pavilhão de recepção, reformou-se o almoxarifado com instalação de divisão para cereais, foram instaladas adaptações sanitárias, e de bebedouros com filtro. No refeitório foi colocado forro de madeira em toda sua extensão e repararam-se os mobiliários, além de reforma parcial da rede de esgoto com substituição de manilhamento em parte e construção de caixas de inspeção.

---

<sup>95</sup> COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas migratórias (1883-1907). Dissertação de mestrado. PPGHS/UERJ. São Gonçalo, 2015. P. 89

<sup>96</sup> BRASIL, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Departamento Nacional de Imigração. Resumo das ocorrências mais importantes na Ilha das Flores, desde o ano de 1939. Rio de Janeiro, 1944.

Figura 1 - Comparativo do Cais de Desembarque



Nota: A imagem a direita retrata o desembarque de uma leva de imigrantes em 1925, percebe-se que o piso era de concreto bruto. A direita, imagem retratando a chegada de uma leva dos refugiados do pós-guerra, observam-se os ladrilhos trottoir. Imagem esquerda: . Coleção Leopoldino Brasil. 1925. Autoria desconhecida. Ilha das Flores. Acervo CMIIF/UERJ. Imagem direita: . Coleção Leopoldino Brasil. Década de 1940. Autoria desconhecida. Ilha das Flores.

Fonte: Acervo CMIIF/UERJ

Com a instalação do presídio em 1942 vê-se interrompida qualquer iniciativa no sentido de melhoria no espaço da Hospedaria. Decerto que as pequenas reparações, apenas no sentido de manutenção do espaço, continuaram a ocorrer. O resumo das atividades do período é enfático nesse sentido, sintetizado, como no ano de 1944, apenas em “obras de vulto não foram iniciadas neste ano”<sup>97</sup>.

Vale ainda destacar que, por três momentos, algumas instalações presentes naquela Ilha seriam utilizadas para fins prisionais o que acarretou uma subutilização dos alojamentos e outras dependências. Os períodos aos quais nos referimos aqui foram 3 meses durante a Revolução Constitucionalista, ocorrida no ano de 1932; os membros participantes da tentativa do Levante Comunista da Praia Vermelha, em 1935; e por último, e o mais próximo ao nosso recorte temporal, o presídio dos acusados de “quintacolonismo”, que deteve naquela Ilha alemães, italianos e japoneses entre 1942 e o findar do conflito mundial.

Entendemos que a utilização do espaço da Hospedaria para fins prisionais acarretou na deteriorização da própria estrutura de recepção ali existente, daí a sua subutilização. Diversas questões nos surgem, como por exemplo, como se dava a preservação e cuidado dos prédios? Será que de fato havia essa preocupação? As áreas não utilizadas com o mesmo vigor de outrora, possivelmente, se tornariam obsoletas gerando a necessidade de um novo incentivo e

<sup>97</sup> BRASIL, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Departamento Nacional de Imigração. Resumo das ocorrências mais importantes na Ilha das Flores, desde o ano de 1939. Rio de Janeiro, 1944.

encaminhamento de reformas e reconstruções na Hospedaria para a recepção das levas de imigrantes, com destaque aos deslocados e refugiados de Guerra num primeiro momento, que se anunciava com o término do conflito.

É na esteira dessas preocupações que, ainda no período de guerra, em 1942, o presidente do Departamento Nacional de Imigração, o Sr. Henrique Dória de Vasconcelos, retoma a Hospedaria da Ilha das Flores como centro dos debates sobre a política imigratória. Em sua exposição ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio<sup>98</sup>, Dória de Vasconcelos deixa clara a necessidade de se intervir na Hospedaria, reaparelhando-a com o que há de mais moderno para, além de reativar o centro administrativo de recepção do governo, proporcionar conforto aos imigrantes em suas funções de recepcionar, alojar e encaminhar<sup>99</sup>.

O presidente do Departamento Nacional de Imigração inicia sua apresentação realizando uma cobrança ao ministro ao qual era submetido para que, de fato, a instalação da estação sanitária se concretizasse. Tal cobrança esteve baseada, inclusive, no debate interministerial que buscava compreender o melhor local para a sua localização. Enquanto o Ministro do Trabalho aconselhava que a dita estação fosse construída fora da Ilha das Flores, a fim de se evitar quaisquer perigos em relação a epidemias, influenciando assim seu bom funcionamento, o ministro da Educação e Saúde tinha posição contrária, entendendo que sua localização na Ilha traria mais dinâmica ao serviço e seria administrativamente mais viável.

Para a efetivação de tal empreendimento, Dória de Vasconcelos lança mão de argumentos baseados tanto na Legislação nacional quanto internacional, onde o Brasil foi signatário, sobre “Defesa Sanitária Marítima”. No que tange as prerrogativas nacionais, destaca o papel cumprido pelo Hospital Paula Cândido que era destinado ao isolamento e tratamento de doenças de natureza epidêmica, bem como o Lazareto da Ilha Grande<sup>100</sup> mobilizado para as operações sanitárias dos navios e ao isolamento do doente quando tais serviços não pudessem ser realizados no Hospital de isolamento e na estação de desinfecção do Porto do Rio de Janeiro. De todo modo, ressalta, que “quando recolhidos à Hospedaria, a autoridade sanitária procederá nova inspeção médica, a fim de excluir aqueles considerados

---

<sup>98</sup> Doravante, Ministro do Trabalho ou Ministério do Trabalho.

<sup>99</sup> VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Revista de Imigração e Colonização. Ano III, Ns.3 e 4. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, dezembro de 1942.

<sup>100</sup> Decerto que o Lazareto da Ilha Grande não mais existia quando da escrita dessa exposição. Construído em 1886 e fechado em 1913, sua utilização é compreendida como elemento argumentativo visando destacar a importância da questão sanitária no processo imigratório. Afinal, das 4232 embarcações lá ancoradas, 3367 foram desinfetadas.

indesejáveis do ponto de vista da saúde pública”<sup>101</sup>. Assim, buscava ressaltar a importância da construção de uma estação sanitária no complexo pertencente à Hospedaria da Ilha das Flores, pois esta cumpriria o último ponto garantidor da “boa saúde” daquele que ora se hospedava.

Em 1938 a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores passaria a ser gerida pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI), órgão sob jurisdição do Ministério do Trabalho. Com essa mudança, que veio a ocorrer através do Decreto-Lei 406, o tempo máximo estipulado para que os imigrantes permanecessem na Ilha das Flores era de seis dias. Tal medida, para fins de análise, se diferenciava de seu antecessor, que datava de 1911 e aludia às condições originais de 1883, ano de fundação, na qual previa um tempo máximo de hospedagem em oito dias. Outras mudanças na legislação sobre a Hospedaria aparelhada e adaptada às condições de recepção seriam:

1º. Receber e hospedar, pelo prazo máximo de seis dias, observadas as necessárias condições de conforto, higiene e moralidade, os agricultores recém-chegados e os trabalhadores encaminhados por ordem superior;

2º. Examinar, conferir e registrar os hóspedes segundo a lista fornecida por quem promova a introdução, observando a exatidão das declarações, a autenticidade dos documentos apresentados, mencionando as faltas notadas de pessoas e bagagens e acusando o recebimento quando houver necessidade;

3º. Efetuar a matrícula dos indivíduos hospedados, fornecendo-lhes um cartão de matrícula em que figurem nome, nacionalidade, idade, profissão, procedência e destino;

4º. Organizar um boletim estatístico diário, mensal e anual do movimento geral de entrada e saída;

5º. Requisitar das autoridades competentes a força policial de que necessitar para manutenção da ordem;

6º. Transportar pessoas e bagagens para o E.O desde que possuam cartões de matrícula de que constem destino, inspeção de saúde, vacina e atestado de boas condições físicas.

§1º. O hóspede que adoecer e tenha de permanecer por mais de seis dias continuará a gozar, bem como as pessoas de sua família do alojamento, sustento e tratamento médico adequado enquanto durar a enfermidade<sup>102</sup>.

Em vista das atribuições delegadas à Hospedaria, nos deteremos por enquanto apenas no artigo primeiro. Ainda que a Lei previsse a hospedagem por apenas seis dias, na prática não era exatamente isso que acontecia, e diversos são os indícios. Além de diversas matérias de jornais apontando a permanência de refugiados e deslocados da Segunda Guerra por meses na Hospedaria, entrevistas concedidas por aqueles que vivenciaram este processo de acolhida, é confirmado que a saída da Ilha estava condicionada ao encontro de postos de trabalho ou a fixação na terra, o que poderia levar, e geralmente levava, mais de seis dias. A esse respeito, o

<sup>101</sup> VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano III, Ns. 3 e 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1942. Acervo Biblioteca Nacional. P. 30

<sup>102</sup> *Ibidem*. P. 38

depoimento de Elke Grunnupp<sup>103</sup> corrobora a saída da Hospedaria à condição de fixação e trabalho no país. Afinal, segundo a refugiada, assim como tantos outros entrevistados, seu pai passou um período de um mês na Ilha das Flores até conseguir se estabelecer com a família em Itabira, Minas Gerais.

Quanto ao tema tratado na imprensa, transcrevo pequeno trecho da reportagem realizada, em 1950, por Armando Pacheco para a Revista da Semana. A despeito das intensas críticas ali dirigidas aos deslocados e refugiados, ele ressalta o fato da hospedagem se estender por bem mais que dias. Assim se lê

Lá na florida ilhota da Guanabara, desfrutando soberbo panorama, levando um vidão, se espremem, se comprimem mil e muitos indivíduos de todos os quadrantes [...] Nédios, bem nutridos pelo Estado, homens, mulheres e crianças, dos chamados deslocados da Europa faminta, vítimas da guerra, arrebanhados para a nossa pátria como trabalhadores úteis... Esse punhado de apátridas de vários naipes, gozando de regalias, privilégios e comodidades, vive feliz na Ilha das Flores. Há MESES que esse exército de párias goza as delícias da paisagem<sup>104</sup>.

Ainda que o repórter Armando Pacheco possa estar se referindo, no trecho acima destacado, a uma leva que estava na Ilha, e não se referindo a nenhum imigrante especificamente, denota que os protocolares seis dias estipulados no Decreto-Lei não eram colocados em prática. Ademais, outras críticas na imprensa versavam sobre ao “peso” que tais permanências poderiam acarretar ao erário público.

Para o fim de recepção e alojamento do afluxo que se avistava “após a guerra”, segundo a exposição de Dória de Vasconcelos, as instalações da Hospedaria da Ilha das Flores seriam suficientes e adequadas para hospedar durante seis dias. Todavia, a própria exposição contesta tal ponto de vista quando denota que apenas 1.129 leitos estão disponíveis ao uso, distribuídos nos pavilhões 1, 2 e 4<sup>105</sup>; estando o pavilhão 3 “imprestável”.

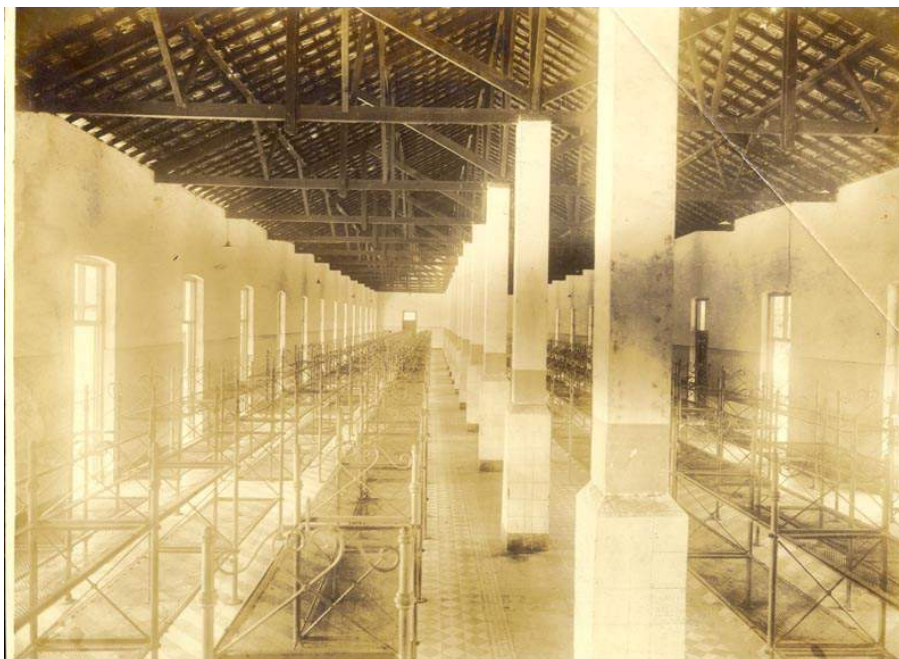
A este quadro, acrescenta que tão somente o pavilhão 4 estaria em condições adequadas à recepção, estando de acordo com as exigências então requeridas para a hospedagem de imigrantes, tendo neste tão somente 369 leitos.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por Elke Grunnupp ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores/UERJ. 2012.

<sup>104</sup> PACHECO, Armando. A Vida está para os Felizardos... Revista da Semana. Rio de Janeiro, 1950. P. 26

<sup>105</sup> Os pavilhões de alojamento possuíam a seguinte capacidade: Pavilhão 1 – 294 leitos; Pavilhão 2 – 466 leitos; Pavilhão 4 – 369 leitos. Ver: VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano III, Ns. 3 e 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1942. Acervo Biblioteca Nacional. P. 41

Figura 2 - Pavilhão 3 necessitando reformas



Nota: Este pavilhão é um dos três que compõem a ala norte da Ilha, espaço que ficara reservado ao presídio durante a Guerra. Coleção Leopoldino Brasil. Década de 1940. Autoria desconhecida. Ilha das Flores.

Fonte: Acervo CMIIF/UERJ

Verifica-se, pois, que contrariamente ao que o presidente do DNI afirma em caso de forte fluxo no imediato pós-guerra como será discuto mais à frente, a Hospedaria não teria condições de recepcionar adequadamente os imigrantes, transparecendo em sua exposição, naturalmente, uma clara defesa do governo do qual fazia parte e ocupava um importante cargo em sua engenharia, tendo, inclusive, como responsabilidade a manutenção daquela estrutura.

Outrossim, quando do debate sobre as condições sanitárias da Ilha das Flores no caso do aumento de pessoas hospedadas, o presidente é enfático, destacando que a rede de esgoto ora presente não estaria atendendo a demanda necessária, como também estaria em situação precária o abastecimento de água. Ainda que ambas as estruturas tenham sido construídas e amplamente modificadas no início do século XX, duas explicações surgem para a não satisfação dos serviços. Em relação a rede de esgoto o engenheiro Hélio Teixeira, quando em visita junto a Dória de Vasconcelos, afirmou que apesar da Hospedaria possuir dois tanques de tratamento biológico ambos não estavam sendo utilizados, jogando todo o esgoto in natura ao mar; quando do abastecimento de água afirma que a mesma, ainda que captada junto ao estado e vinda por um duto, já deteriorado, via canal Ilha-continente, a água chegava sem força o suficiente para alcançar o reservatório de distribuição localizado a 30 metros de altura. Este último é uma clara referência à caixa d'água construída no início do século na parte norte



da Ilha<sup>106</sup>. Notadamente, as reparações e modificações realizadas em 1941, quando da análise do resumo das atividades ocorridas na Ilha das Flores, tanto no abastecimento de água e, sobretudo, em relação a rede de esgoto não foram o suficiente aos olhos do presidente do DNI, afinal mostrava-se ainda muito aquém da boa estrutura.

Assim, inevitavelmente, seguindo o pensamento de Dória de Vasconcelos, era necessário um plano de reformas das instalações presentes na Ilha para transformá-la numa “Hospedaria moderna”. Através da comissão do DNI, ficou constatada a necessidade de obras e reformas nas seguintes edificações: cais de desembarque, pavilhão de recepção e administração, refeitório e alojamentos de casais, cozinha e copa, pavilhão sanitário, pavilhão de alojamento, pavilhão clínico, residências de funcionários, pavilhão de isolamento e as instalações de água e esgoto. Além destas, fica proposto na exposição a construção de uma escola e de mais duas casas para funcionários.

Ao final da exposição tentava aferir a possibilidade de construção, na Ilha Ananás, de uma enfermaria para doentes com capacidade de 50 leitos, um pavilhão de 2 mil leitos, cozinha, lavanderia, residência do administrador e ancoradouro. Dessas indicações feitas na exposição para a ocupação da Ilha Ananás, absolutamente nenhuma construção foi ali erigida.

Decerto, não podemos deixar de analisar o relatório de Dória de Vasconcelos, e publicado pela Revista de Imigração e Colonização, a partir de seu viés político e os usos que o então presidente do Departamento Nacional de Imigração poderia fazer com este. As cobranças por melhorias estruturais, como já verificado, além das várias páginas na qual ressalta a centralidade da Hospedaria nos processos de recepção em anos predecessores, acreditamos, deve ser vista como um alerta sobre a funcionalidade daquele espaço.

Nesse sentido, não nos surpreende que o conteúdo de seu relatório se componha desta forma, afinal, e temos de ter isso em mente, 1942 foi justamente o ano de instalação do presídio dos “quintacolonistas” nas antigas estruturas de recepção, acarretando, como já ressaltado, uma subutilização do espaço. Assim, nos parece crível que, politicamente falando, a exposição do presidente do DNI visa fomentar o debate sobre a recepção, afinal a Ilha das Flores era a única hospedaria oficial do governo brasileiro, e estava sendo utilizada para outros fins e, por conseguinte, reforçar a funcionalidade deste como espaço receptivo. Assim, marcava posição junto ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e a própria defesa de seu departamento como o mantenedor e administrador da hospedaria.

---

<sup>106</sup> VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano III, Ns. 3 e 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1942. Acervo Biblioteca Nacional. P.49

Ademais, ainda que não se faça presente em seu relatório, verificam-se intensos debates sobre o Brasil e as possibilidades que podem se formar com o fim do conflito mundial. O contexto ensejava importantes debates sobre as possibilidades de se receber levas de deslocados e refugiados de guerra, ainda que o ano 1942 não trouxesse grandes horizontes para o fim do conflito. A publicação de alguns artigos na Revista de Imigração e Colonização (RIC) sobre a temática deve nos apontar que as ideias sobre a retomada do fluxo imigratório no pós-guerra já se faziam presentes naquele contexto. Assim, artigos como “O Problema Internacional das Migrações e a Paz Futura”<sup>107</sup> um estudo realizado Estanislau Fischlowitz e publicadas em duas partes, “Imigração do após-guerra”, escrita por um dos conselheiros do CIC Castro Barreto<sup>108</sup>, ou mesmo o artigo de Oscar Tenório<sup>109</sup>, são símbolos disso. Na seção “Livros e Revistas” da RIC verificamos igualmente o apontamento de matérias publicadas em jornais, como a do Sr. Eurico Penteadado, economista e demógrafo, feita pela *Associated Press* e publicada pelo *Correio da Manhã*, cujo título é “Possibilidades do Brasil no Após-Guerra”<sup>110</sup>. Além destes, é destacado na RIC o levantamento de dados feito pelo *Diário de São Paulo*, onde apontava a vertiginosa queda de imigrantes para o Brasil no período de guerra, reportagem intitulada “O Brasil e a Imigração”, onde já se apontava que “o reestabelecimento do fluxo imigratório terá, no entanto, de processar-se depois deste conflito. Por isso mesmo, o Brasil precisa agir com antecedência, afim de que sejamos um dos melhores países-refúgio ao capital humano”.

Destacamos ainda, antes de verificarmos mais duas produções do período, em um trecho escrito por Castro Barreto, em seu artigo “Imigração do após-guerra”, já destacado acima. Nesta o autor reconhece que,

Extensos e vultuosos movimentos migratórios dar-se-ão provavelmente no próximo após-guerra. Esta asserção que parte de muitos estudiosos tem suas bases no conhecimento de fenômenos idênticos, inelutáveis, ocorridos dentro dos ciclos históricos das civilizações.

As migrações humanas que se operaram primitivamente por motivos geográficos e biológicos foram reconhecendo novos fatores com o desenvolvimento cultural, as intolerâncias religiosas e políticas e as lutas comerciais<sup>111</sup>.

<sup>107</sup> FISCHLOWITZ, Estanislau. O Problema Internacional das Migrações e a Paz Futura. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1944. Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>108</sup> BARRETO, Castro. Imigração no Após-Guerra. *Revista de Imigração e Colonização*, ano IV, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1943. Acervo Biblioteca Nacional

<sup>109</sup> TENÓRIO, Oscar. Os Apátridas à luz do direito brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, ano IV, nº 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1943. Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>110</sup> Possibilidades do Brasil no Após-Guerra. *Revista de Imigração e Colonização*. Sessão Livros e Revistas., ano V, nº 2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Junho de 1944. Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>111</sup> BARRETO, Castro. Imigração no Após-Guerra. *Revista de Imigração e Colonização*, ano IV, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1943. Acervo Biblioteca Nacional. P. 45.

No trecho acima destacado verifica-se o reconhecimento das mudanças pelas quais os processos imigratórios estavam passando, sendo naquele momento marcado pelas perseguições, religiosa ou mesmo política. Destaca ainda o autor que o fluxo será retomado após este conflito, assim como o Diário de São Paulo o fez, como destacamos no parágrafo anterior, chamando atenção de que o Brasil precisava mobilizar-se para ser um dos melhores países-refúgio. Notadamente, a recepção, o acolhimento as levas de pessoas que sofreram as mais diferentes experiências de guerra estava inserida nessa preocupação, e neste caso, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

Igualmente significativo foi o questionário distribuído pelo *Latin America Economic Institute*, a fim de colher informações sobre o Brasil, e as respostas dadas pelo CIC. Destacamos três perguntas dentre as quinze feitas. A primeira sobre a organização presente do serviço de imigração brasileiro, a segunda voltada ao “desiderato relativo à política imigratória após-guerra”<sup>112</sup> e a terceira o possível papel dos imigrantes no desenvolvimento da industrialização e assistência a receber pelas organizações interessadas por este desenvolvimento.

O conselho, responde a primeira ressaltando parte das leis imigratórias brasileiras, e enfatizando o papel de três departamentos, sendo o Departamento Nacional de Imigração (DNI), a Divisão de Terras e Colonização (DTC) e o próprio CIC. Neste momento, nos deteremos apenas ao DNI, afinal, como bem apontado cabia a este, e no período sob chefia de Dória de Vasconcelos, “receber, hospedar na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e encaminhar via Escritório Social de Colocação de Trabalhadores os imigrantes estrangeiros”<sup>113</sup>. Mais uma vez, ressalta-se a centralidade da Hospedaria na engenharia imigratória brasileira, destaque esse dado pelo próprio Conselho de Imigração a uma instituição interamericana.

Em relação às duas outras perguntas ressalta-se que se procurava imprimir à legislação imigratória, já em debate, um critério positivo de seleção, sobretudo pelo tipo ocupacional da imigração, compreendendo além dos agricultores, mão de obra especializada, trabalhadores nacionais e artífices. Seriam todos estes, segundo o CIC, bem recebidos no Brasil, o qual esperaria importante colaboração técnica para o desenvolvimento das indústrias<sup>114</sup>. Para tanto,

---

<sup>112</sup> Problemas Demográficos da América Latina no Após-Guerra. Noticiários. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1944. Acervo Biblioteca Nacional. P. 195-203.

<sup>113</sup> Idem. P. 198

<sup>114</sup> Problemas Demográficos da América Latina no Após-Guerra. Noticiários. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1944. Acervo Biblioteca Nacional. P. 203

toda a assistência necessária seria ofertada. Não duvidamos que a recepção estivesse aí incluída.

Tais debates que circulavam no meio dos intelectuais e ideólogos da política imigratória brasileira viriam desembocar nas primeiras discussões mais detalhadas sobre os imigrantes desejáveis para o pós-guerra. Nesse sentido, chamamos atenção para a tese escrita por Dulphe Pinheiro Machado, então conselheiro do CIC, apresentada à II Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia em outubro de 1943, e reproduzida na RIC em 1944 sob o título “Meios e Processos de Atrair Imigrantes Desejáveis”.<sup>115</sup>

Não nos restam dúvidas que o período da Segunda Guerra no Brasil foi de rearranjos políticos, e redefinições de jurisdição sob o tema da imigração, assim como, e concomitante a este, vicejou intensos debates sobre a questão migratória no findar do conflito, como já analisado. Desta maneira, não podemos negligenciar a utilização do relatório feita por Dória de Vasconcelos, sob a importância da Ilha das Flores no processo imigratório, necessitando seu reaparelhamento e adequação.

Após o período no qual a Hospedaria não recebeu grandes fluxos migratórios, 1938-1945, e mais especificamente utilizada como espaço prisional, de 1942 a 1945, um novo momento se apresentava a política imigratória brasileira, o fim da Segunda-Guerra. Conseqüentemente, o término do conflito trazia as mazelas geradas pela guerra, pessoas deslocadas de seus locais originários, cidades destruídas, dificuldades de reconstrução da vida dos europeus. A imigração surgia, nesse quadro, como importante alternativa a Europa devastada, ainda mais se somarmos àqueles que se recusavam a retornar a seus países de origem, sejam porque não mais existiam, seja porque estavam agora sob domínio de outra potência<sup>116</sup>. Notadamente, debates seriam direcionados, mais uma vez, a temática da imigração, agora voltada aos deslocados e refugiados de guerra.

No que se refere a legislação, no ano de 1945 seria promulgado o Decreto-Lei 7.967. Todavia, não entendemos que este decretado tenha significado a retomada, de modo irrestrito, dos processos imigratórios para o Brasil, por dois motivos. Em primeiro lugar entendemos que, por mais proibitivo que tenha sido, a legislação predecessora não cessou a entrada de estrangeiros no país, logo não se retomava a imigração. De fato, entendemos que eram lançadas novas prerrogativas e orientações a esta. Em segundo lugar, o percentual de 2%, tão

---

<sup>115</sup> MACHADO, Dulphe Pinheiro. Meios e Processos de Atrair Imigrantes Desejáveis. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 3. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Setembro de 1944. Acervo Biblioteca Nacional. P. 463-467.

<sup>116</sup> Nesse específico, nos referimos, em grande parte, a anexação de países do leste europeu pela União Soviética (URSS).

destacado nas legislações anteriores como mecanismo restritivo, estava disposto no artigo 3º do referido decreto<sup>117</sup>, voltado então para as correntes espontâneas.

Este decreto dispunha sobre a imigração e colonização, e se fazia necessária pois que, como ressaltada no primeiro parágrafo deste, pois cessada a guerra mundial, dever-se-ia imprimir a política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atendesse os interesses nacionais, promovendo a defesa do trabalhador nacional, mas igualmente atentando a imigração como fator de progresso ao país<sup>118</sup>.

Aqui, nos deteremos em mais um artigo deste Decreto-Lei. O artigo 38 que versava sobre o processo de imigração dirigida, aspecto este no qual os deslocados e refugiados de guerra estariam inseridos. Afinal, a imigração dirigida se desenvolvia a partir da seleção dos imigrantes em seu local de origem. Nesse artigo, dispunha-se que a imigração dirigida, sendo esta feita pelo poder público, empresa ou particular, promoveria a introdução dos imigrantes, os hospedando-os até os localizar em seus destinos<sup>119</sup>. Não obstante, o espaço receptivo, ainda que não nominalmente descrito, mas que se caracteriza como o único oficial da União, era a Hospedaria da Ilha das Flores.

No mesmo ano da promulgação do decreto-lei, um dos mais importantes jornais cariocas noticiava que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio havia autorizado a realização de obras na Hospedaria. Como manchete, o *Diário de Notícias* direcionava que tais empreendimentos tinham em vista o aproveitamento da “excepcional oportunidade que a guerra está a abrir, de obtenção de uma volumosa e selecionada corrente imigratória”<sup>120</sup>.

---

<sup>117</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945. P. 1

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Idem. P. 6

<sup>120</sup> Recepção de Imigrantes. *Diário de Notícias*. Edição 06828. Rio de Janeiro, 25/01/1945. P. 4. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Figura 3 - Reportagem sobre reformas na hospedaria



Nota: Reportagem do Jornal *Diário de Notícias* sobre reformas a serem executadas na Hospedaria da Ilha das Flores.

Fonte: *Diário de Notícias*. Recepção de Imigrantes. Edição 06828. Rio de Janeiro, 25/01/1945. P. 4

Assim, em meio a tantas mudanças na política imigratória, não surpreende que em 1946 a Revista do Comércio realizou uma mesa redonda com notáveis nomes da política imigratória nacional, estando dentre eles: Artur Hehl Neiva (primeiro delegado da Comissão de Seleção de Refugiados na Europa, seria nomeado em outubro de 1946), Péricles de Carvalho (diretor do Departamento Nacional de Imigração) e João Martins de Almeida (diretor da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores), entre tantos outros especialistas. O tema da mesa era sugestivo em um período que se anunciava a presença de agricultores e técnicos espalhados por toda a Europa, enfim, questionavam-se: “O Brasil Precisa de Imigrantes?”<sup>121</sup>.

Nesse momento, nos deteremos apenas em um pequeno trecho de todo o debate. A questão levantada pela mesa, e direcionada para João Martins de Almeida então diretor da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, se referia ao problema da recepção e

<sup>121</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

hospedagem dos imigrantes e sua estreita relação à presença ou ausência de aparelhamento para triagem sanitária destes nos serviços de hospedagem do país. A resposta do então diretor da hospedaria de imigrantes chama a atenção por dois motivos. Primeiro, ainda que passados quatro anos do debate levantado por Dória de Vasconcelos, nada havia mudado significativamente no cenário da estrutura de recepção imigratória no Rio de Janeiro. Segundo, Martins de Almeida já estava como diretor da hospedaria havia oito anos, e compreendia as demandas para uma boa recepção por dentro do sistema, quer dizer, *in loco*, vivia as dificuldades e necessidades de reaparelhamento da instituição que dirigia. Nesse sentido, transcrevemos sua resposta:

Nosso serviço [quanto à recepção] consiste, principalmente, em submeter o imigrante a uma triagem.

Em verdade, o Brasil no momento não dispõe de uma estação sanitária em condições para proceder a essa seleção. O imigrante, ao chegar, deve ser submetido a um exame bastante rigoroso, complementar do que se presume ter sido feito no país de origem. [...] No momento, depois de uma guerra tão cruel e devastadora, não sabemos qual seja sua situação no particular [do imigrante].

É sabido para o Brasil ter vindo números elevadíssimos de tuberculose e tracomatosis.

No Rio de Janeiro, o Governo cogita de estabelecer uma estação sanitária marítima, convenientemente aparelhada com técnicas modernas, para fazer aqui o papel de filtro final<sup>122</sup>.

O primeiro elemento a ser destacado é a ideia de que o próprio serviço de recepção e alojamento na Hospedaria estava inserido nos processos de triagem. Por triagem, entende-se aqui enquanto sinônimo de seleção, neste caso do ponto de vista da saúde, se encaixa a proposta feita por Dória de Vasconcelos quatro anos antes. Todavia, a continuidade de sua resposta nos aponta a inexistência de qualquer iniciativa por parte do governo em atender a exposição que fora realizada anteriormente. Seja na Ilha das Flores, proposta do então presidente do DNI em 1942, ou nas proximidades do Rio de Janeiro, a construção de uma estação sanitária continuava tão somente como um projeto, afinal, como ressalta Martins de Almeida, “há tempos existiu um serviço rápido na Ilha das Flores, deficientemente aparelhado<sup>123</sup>”, mas nada havia naquele momento.

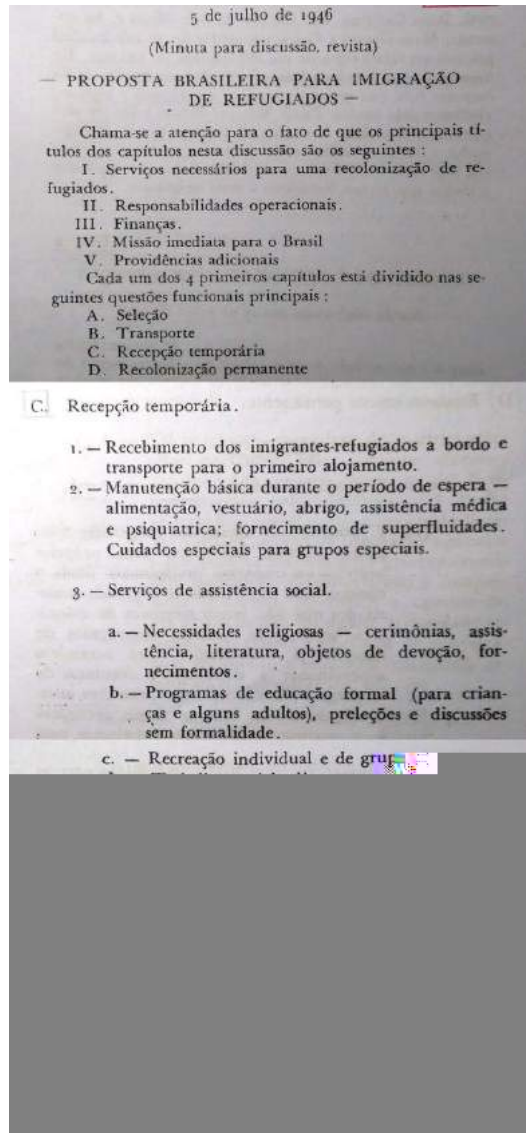
Interessante observar que, no mesmo mês de publicação da Revista do Comércio tratando sobre o tema, discutia-se no Conselho de Imigração e Colonização a minuta que

<sup>122</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.. P. 25

<sup>123</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional. P. 25

constava uma proposta brasileira para a imigração de refugiados. No específico da recepção e acolhida, constava que

Figura 4 - Proposta brasileira para imigração de refugiados



Nota: Proposta Brasileira para Imigração de Refugiados, discutido por ocasião do Conselho de Imigração e Colonização em 5 de julho de 1946.

Fonte: NEIVA, Artur Hehl. Deslocados de Guerra. A verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro, 1949. P. 122, 129 e 130.

Como se pode verificar acima, debatia-se que nesse processo de recepção temporária, aqui compreendido como o período que os deslocados e refugiados passariam na hospedaria, seria dotado de diferentes ações, indo desde da assistência espiritual, até mesmo as atividades ocupacionais. Quando da leitura da proposta brasileira à recepção dos refugiados, ao menos no que tange ao específico da recepção temporária, vemos parte do trabalho que durante o pós-guerra se desenvolveu na Hospedaria da Ilha das Flores. Tais pontos serão discutidos com



maior ênfase a partir do capítulo 2, sobretudo a partir da cobertura da imprensa, que igualmente fazia propostas e denúncias sobre a recepção dos deslocados e refugiados.

Concomitantemente à mesa redonda realizada pela Revista do Comércio com diversos nomes de relevo junto à política imigratória brasileira, diversos periódicos noticiavam que reformas, readaptações e reparos seriam realizados na Hospedaria da Ilha das Flores, com autorização e chanceladas pelo DNI.

Nesse sentido, o jornal *A Noite*, de 11 de abril de 1946<sup>124</sup>, três meses antes da mesa promovida pela Revista, informava que obras de reparo e adaptações nos setores de esgoto, água e nos pavilhões sanitários seriam executadas, tendo em vista a chegada da primeira leva de imigrantes do pós-guerra provenientes do porto de Gênova<sup>125</sup>. Tais obras teriam sido pedidas pelo Conselheiro João Alberto, então presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), ao ministro do Ministério do Trabalho, Otacílio Negrão de Lima. Além do *A Noite*, o jornal *O Globo*<sup>126</sup> noticiava o mesmo fato.

Para a execução da mesma, noticia a Revista *O Malho*, em edição de maio de 1946, a visita técnica do ministro Negrão de Lima e João Alberto as dependências da Hospedaria. Desta, resultam a reafirmação das necessidades de reformas.

---

<sup>124</sup> 1.500 Imigrantes Italianos. *A Noite*. Edição 12233. Rio de Janeiro, 11/04/1946. P. 19. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>125</sup> Atentemos que esta leva não se caracterizava pelos deslocados ou refugiados sob os cuidados dos órgãos internacionais especializados.

<sup>126</sup> Eles virão a bordo do Duque de Caxias. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11/04/1946. P. 14

Figura 5 - Visita do ministro Negrão de Lima à hospedaria



Nota: Visita do ministro do trabalho, Indústria e Comércio, Negrão de Lima a Hospedaria da Ilha das Flores, ao fundo de óculos o diretor da Hospedaria, João Martins de Almeida.

Fonte: Revista *O Malho*. O Ministro Negrão de Lima visita a Ilha das Flores. Edição 0076. Rio de Janeiro, maio de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/Acervo Biblioteca Nacional.

Decorrido um mês, no dia 07/05<sup>127</sup>, o mesmo jornal informava de maneira assertiva, e um alinhamento um tanto quanto governamental, de que o DNI havia declarado imprescindível o início das obras de reforma e ampliação. Podemos vislumbrar, a partir das análises dos periódicos, a morosidade na consecução das obras de reestruturação e reaparelhamento da Hospedaria. Afinal, como pode se notar, mais de um ano havia se passado desde a primeira notícia na imprensa e o planejamento não havia sido executado.

Todavia, é interessante notar uma ausência de informação sobre a chegada dos imigrantes a bordo do Duque de Caxias. De fato, as notícias veiculam que dos 1500 italianos, apenas 400 viriam como imigrantes para o país, como demonstra o título da reportagem abaixo. Ainda assim, e como está presente abaixo, todas as notícias consecutivas sobre o navio direcionam-se mais ao novo núncio apostólico do Brasil que aos imigrantes. Até no momento da chegada ao Rio de Janeiro, nada se fala sobre estes.

<sup>127</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 07/05/1946. P. 6

Figura 6 - Notícia sobre a vinda de trabalhadores italianos



Nota: Vem aí 400 trabalhadores italianos. *A Noite*. Edição 12282. Rio de Janeiro. 10/06/1946.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Ainda que não tenhamos mais informações se tal leva, de fato, tenha se dirigido à hospedaria de imigrantes, a possibilidade desta se concretizar ensejou importantes debates e reflexões sobre o reaparelhamento e a adequação da hospedaria à nova realidade imigratória que naquele momento se apresentava ao Brasil.

Já em novembro do mesmo ano o jornal *A Noite* lança uma reportagem sobre a Conferência dos secretários de agricultura dos estados brasileiros para debaterem a política imigratória, seus problemas e potencialidades<sup>128</sup>. O maior problema observado seria a dispersão administrativa da questão imigratória em diversos Ministérios e seus respectivos órgãos executivos, ademais, acrescentavam, urgia a necessidade de término das reformas já iniciadas na Hospedaria da Ilha das Flores. Interessante observar que a notícia estava exatamente nas mesmas páginas, tanto na primeira quanto na terceira (continuação), de uma reportagem sobre as atividades realizadas pela Comissão de Seleção do Brasil ora na Europa. Nesta, tecia-se elogios ao trabalho que se desenvolvia, através de Charles Haeger escrevendo para a *United Press*, com participação de Hehl Neiva explicando ainda que os interesses do Brasil estavam em pessoas qualificadas, fossem agricultores ou técnicos industriais<sup>129</sup>.

Essa estrutura do jornal supracitado não deve ser encarada naturalmente, mas sim como uma técnica e tática de diagramação buscando passar ao leitor que todos os setores da engrenagem que compunham a política imigratória de então, com destaque a imigração dirigida dos deslocados e refugiados de guerra, estavam em perfeito diálogo. Na figura de

<sup>128</sup> Medidas Urgentes para Fomentar a Imigração. *A Noite*. Edição 12426. Rio de Janeiro, 26/11/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional. P. 1 e 3

<sup>129</sup> HAEGER, Charles. Dezenas de Milhares de Imigrantes para o Brasil. *A Noite*. Edição 12246. Rio de Janeiro, 26/11/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional. P. 1 e 3.

Hehl Neiva, o país estava bem representado internacionalmente, imagem passada pelo jornalista da *United Press*. Em consonância, os responsáveis pela imigração em âmbito estadual mostravam suas preocupações e ideias para que se pudessem aproveitar, ao máximo, as levas que ora se anunciavam. Ao fim desta reportagem, os secretários ainda indicam que se poderia criar uma estrutura de informação, anexa às Hospedarias, “convenientemente aparelhada de modo a permitir que os imigrantes sejam informados previamente das condições dos contratos que irão firmar com os empregados ou empresas de colonização”<sup>130</sup>. Em outras palavras, propunham a criação de um balcão de empregos.

As maiores transformações na estrutura da Hospedaria visando a recepção e acolhimento dos deslocados e refugiados de Guerra, como já se pode perceber, começam a ganhar fôlego a partir de fins de 1946 e início de 1947. Primeiramente, pois, é a partir da experiência da chegada das primeiras levas que de fato se vê a necessidade de transformações. Afinal, foi em princípios de 1947, mais especificamente em março, que se iniciou o recebimento de cotas de refugiados, através do Acordo de Londres de 1946, por imigração dirigida. É exatamente neste ano que se registra a entrada de 3500 deslocados e refugiados<sup>131</sup>.

Notadamente, a questão da recepção na Ilha das Flores foi igualmente abordada por Hehl Neiva, quando da publicação de extenso material após seu desligamento como delegado da Comissão de Seleção na Europa. Em seu material, publicado então em 1949, atesta Neiva que enquanto permaneceu na Europa, entre fins de 1946 e agosto de 1947, não se preocupava com a questão da recepção a qual o CIC deveria lhe repassar tais informações. Estes estudos não realizados apontam que somente ao primeiro embate de realidade, com o recebimento das primeiras levas imigratórias, o Brasil, “que todo mundo diz poder receber centenas de milhares de imigrantes”, via seu aparelho imigratório engasgar com pouco menos que 2.000 deslocados. A este fato, imputa ainda ao diretor do DNI a declaração “estar a Ilha das Flores abarrotada e que eu [Hehl Neiva] não tinha a menor consideração, pois lhe mandava novo navio com perto de 900 imigrantes”<sup>132</sup>. O número de 2000 deslocados, citados por Neiva, obviamente seria no decorrer do ano de 1947, que como consta no parágrafo anterior, registrou a entrada de 3500 deslocados e refugiados.

Para tanto, o DNI em ambos os anos, realizou uma série de intervenções na Hospedaria que, segundo Figueiredo, referiam-se diretamente ao auxílio e recepção das

---

<sup>130</sup> Medidas Urgentes para Fomentar a Imigração. *A Noite*. Edição 12426. Rio de Janeiro, 26/11/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional. P. 3

<sup>131</sup> FIGUEIREDO, Morvan Dias de. Relatório referente ao ano de 1947 apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1948.

<sup>132</sup> NEIVA, Artur Hehl. Deslocados de Guerra. A verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro, 1949. P. 76.

correntes imigratórias que se retomava. O prosseguimento das obras de readaptação e reaparelhamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, em seu total, chegava a importância de Cr\$ 1.500.000,00. Sabemos que o Acordo de Londres, de 1946, e o convênio firmado junto a Organização Internacional para Refugiados, reafirmando o primeiro, trouxeram consigo apoio financeiro norte-americano. Todavia, tais valores são estipulados por Morvan Figueiredo como saldo dos recursos orçamentários de 1946 e a dotação de 1947.

A mesma obra, ou deveria ter sido, realizada em duas frentes. A primeira delas ocorreu entre julho e dezembro de 1946 para abrigar as primeiras levas de imigrantes dirigidos, consumindo Cr\$ 1.000.000,00. Todavia estas intervenções foram feitas em caráter emergencial, consistindo na construção de uma câmara provisória de expurgo; reforma e adaptação do pavilhão sanitário; limpeza e pintura do pavilhão nº4, que passou por uma modificação geral, reforma do hospital Dr. Mário Toledo, reparos gerais e pintura dos pavilhões nº 1 e 2, bem como pintura a óleo de 1000 camas de ferro.

De tais empreendimentos, temos indícios tão somente em relação ao pavilhão sanitário reformado e adaptado às novas necessidades e a construção do que acreditamos ser a “câmara de expurgos”, aqui identificado como gabinete sanitário, construção responsável pela desinfecção de bagagens dentre outras ações de cunho sanitário.

Figura 7 - Pavilhão sanitário após ser reformado



Nota: Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.  
Fonte: Acervo CMIIF/UERJ

Figura 8 - Gabinete sanitário da hospedaria da Ilha das Flores



Nota: Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.  
Fonte: Acervo CMIIF/UERJ

A segunda frente das reformas e readaptações realizou-se no ano de 1947, porém com uma diferença em relação a do ano anterior. Esta ocorreu por administração e o contrato fora entregue à firma *Boeckel Grazon & Cia Ltda*, que vencera a primeira concorrência. Com a aprovação do Plano de Obras, as seguintes modificações foram mandadas executar pela Comissão de Obras:

1. Reforma integral do Pavilhão 3, de acordo com o anteprojeto e com grandes melhoramentos, sobre este, nas instalações elétricas e hidráulicas;
2. Reforma do Pavilhão 4, de acordo com o anteprojeto, acrescentando-lhe um segundo pavimento, obra atacada em uma terça parte, correspondente à cabeceira sul do pavilhão e melhorada em relação ao anteprojeto, tanto nas instalações elétricas e hidráulicas, como na estrutura de concreto armado, que foi preciso erigir desde as fundações, uma vez que as paredes existentes não poderiam suportar o segundo pavimento. Foi necessário projetar, detalhar, calcular a estrutura e especificar todos os serviços;
3. Construção do depósito para combustíveis na Ilha do Ananás;
4. Construção de uma das 3 residências para funcionários constantes do plano de obras, confortável e moderna, que está em fase de acabamento;
5. Construção da nova cozinha, lavanderia, rouparia e refeitório para empregados e passageiros, obra cujo anteprojeto não se adaptava à topografia do terreno, pelo

que foi necessário fazer um levantamento topográfico bem como um novo projeto. Resultou desse trabalho o aproveitamento do subsolo para a instalação da secção úmida da lavanderia, das caldeiras, máquinas frigoríficas e padaria, tendo sido levantados muros de arrimo e caminho do acesso às dependências do subsolo;

6. Reforma da rede de esgotos sanitários, cuja situação era deplorável, tornando-se necessário rever o projeto existente e adaptá-lo às condições reais do terreno;
7. Construção de uma fossa, cujos trabalhos se acham adiantados, com capacidade para a serventia de 3000 pessoas;
8. Construção do entroncamento, trabalho dos mais difíceis, em vista da dificuldade de se obterem embarcações para transportes de pedras e de guindastes marítimos<sup>133</sup>.

Antes de analisarmos mais detidamente os pontos elencados pelo Ministro Figueiredo, é necessário atentarmos para o alerta que o mesmo realiza em relação ao funcionamento do próprio DNI. Em matéria de imigração o que ocorre é uma “lamentável desorientação”, nas palavras do ministro, no ajustamento entre os órgãos executivos com destaque para o órgão deliberativo e consultivo que é o Conselho de Imigração e Colonização (CIC). A bem da verdade, o ministro imputa tais problemas dos serviços de imigração às falhas existentes na estrutura do órgão diretor. Vejamos alguns elementos de suas críticas.

O recebimento, alojamento, o transporte e a colocação dos imigrantes são de competência de órgãos executivos, sendo o DNI o único federal, diferentemente da Divisão de Terras e Colonização (DTC), pertencente ao Ministério da Agricultura, que cabe somente a colocação de agricultores nos núcleos coloniais da União. Porém, vai mais longe o ministro, a necessidade de equilibrar o orçamento impede igualmente, o governo de solicitar ao legislativo verbas capazes de imprimir o desenvolvimento da imigração e do perfeito aparelhamento dos órgãos administrativos, como é o caso da Hospedaria. Acarretando, alerta, que a falta de execução plena dos acordos internacionais por carência de aparelhamento interno, seriam males que se estenderiam por, no mínimo, um ou dois anos devido à “dispersão do problema”<sup>134</sup>.

A luz das dificuldades financeiras aponta o ministro Figueiredo que os trabalhos desenvolvidos pelos diversos órgãos responsáveis pela imigração devem estar em harmonia, de modo que se “possa realizar coisa útil”<sup>135</sup>. Mas, igualmente, o ministro se mostra preocupado com o projeto 181-c, por ele aludido no relatório, que visava reunir todos os departamentos executivos da imigração em apenas um, de modo a imprimir uma solução mais eficaz a questão. Todavia, não que ele fosse contra a melhoria dos serviços, mas não

---

<sup>133</sup> FIGUEIREDO, Morvan Dias de. Relatório referente ao ano de 1947 apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1948. P. 13

<sup>134</sup> Idem. P. 11

<sup>135</sup> Idem. P. 11



enxergava nessa iniciativa a resolução dos problemas imigratórios, pois como destaca, estava previsto a extinção do CIC, não haveria a suficiente integração dos órgãos, além de que deixa a entender que somente o DNI seria completamente reformado, sendo absorvido integralmente nesse novo órgão único.

Por outro lado, as críticas feitas por Figueiredo não estavam sozinhas no deserto, afinal algumas outras se verificaram. Como exemplo, o *memorandum* feito por Jorge Latour, e publicado pela Revista de Imigração e Colonização em março de 1947, ressalta críticas feitas pelo conselheiro. Aponta que o problema da imigração estava relacionado da confusão na administração entre o conceito administrativo e policial da entrada de estrangeiros em geral com o de imigração e colonização<sup>136</sup>. À suposta ausência de diretrizes na questão imigratória, Latour acrescenta: “o tumulto legislativo; iniciativas tomadas por funcionários nem sempre responsáveis; a confusão administrativa; além da insegurança e imprecisão das medidas adotadas pelo governo federal, que sistematicamente são modificadas.”<sup>137</sup>.

É, pois, interessante notar que no Decreto-Lei 7.967/45, em um de seus últimos artigos, aponta que houve um aumento de membros do Conselho de Imigração e Colonização, órgão que tinha como uma de suas atribuições, coordenar as atividades dos diversos órgãos dos diferentes ministérios que se ocupavam da questão imigratória. Originalmente eram sete membros, todos nomeados pelo presidente, passava-se então para treze membros que serviriam em comissão, permanecendo os sete nomeados pela presidência mais seis que seriam os diretores do Departamento Nacional de Imigração, Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, o chefe da Divisão de Passaportes e o representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Divisão de Terras e Colonização, além do Serviço de Saúde dos Portos<sup>138</sup>. Já por essa nova reestruturação, proposta no artigo 95 do dito decreto, pode perceber a gama de órgãos de diferentes ministérios que se encarregavam da questão imigratória. Ainda que estivessem reunidos, a partir de um representante no CIC, não nos surpreende que tais críticas dirigidas a estrutura imigratória nacional existisse, sobretudo por possíveis desencontros de informação.

Ainda dentro desse embate da reorganização dos serviços imigratórios, o artigo 96 nos indica que ainda faltava muito para uma resolução da questão, não a toa o ministro criticava em 1947, dois anos depois do decreto, o projeto 181-c, como já descrito. No artigo 96, estipulava-se que

---

<sup>136</sup> LATOUR, Jorge. Memorandum. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 8, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1947. Acervo Biblioteca Nacional. P. 129

<sup>137</sup> Idem. P. 130

<sup>138</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945. P. 12

Enquanto o Governo não reorganizar os serviços de imigração, colonização e correlatos, centralizando a competência para superintender, orientar, dirigir e coordenar a entrada, distribuição e fixação de estrangeiros em território nacional, a colonização e a colocação e a migração interestadual de trabalhadores, caberá ao Conselho de Imigração e Colonização resolver os casos omissos e, ao seu Presidente, coordenar os serviços a que se refere esta lei, os quais continuarão a ser executados pelos órgãos existentes com as atribuições definidas nas leis e nos regulamentos em vigor. O Conselho exercerá, ainda, diretamente ou por delegação, as atribuições previstas por esta lei e não conferidas expressamente a outro órgão<sup>139</sup>.

Voltemos nossa atenção aos pontos elencados por Figueiredo em seu relatório. O primeiro ponto refere-se a reforma do pavilhão 3, o mesmo que, em 1942, foi adjetivado por Dória de Vasconcelos como imprestável, como demonstramos em imagem anteriormente. Sendo uma reforma de grande amplitude, com melhoramentos na parte hidráulica e elétrica. Ainda assim, não nos afigura que tal obra tenha gerado uma utilização ostensiva durante a recepção dos deslocados e refugiados de guerra, como será abordado no segundo ponto deste capítulo, pela não modernização dos alojamentos e tão somente obras gerais de manutenção.

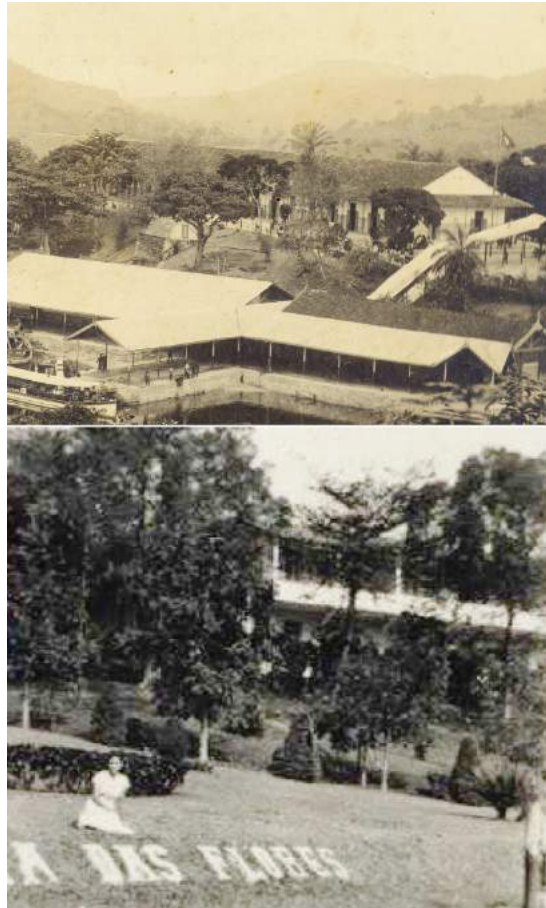
O segundo ponto discriminado refere-se ao melhoramento da estrutura do pavilhão 4, que compreendemos ser àquele localizado na parte sul da Ilha das Flores. O acréscimo de seu pavimento vem ao encontro do que dizia Dória de Vasconcelos cinco anos antes. Se à época este era o edifício que melhor condição apresentava, com a construção do segundo pavimento via sua utilização sobremaneira melhorada.

Destacamos ainda que o referido pavilhão é o mais antigo dos alojamentos da Hospedaria. Datado de 1883, sofreu diversas reformas no decorrer do tempo e o aumento da demanda, como já fora observado. Abaixo, podemos observar o pavilhão num primeiro momento, sem o segundo pavimento, e na década de 1940 com a intervenção já realizada.

---

<sup>139</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945. P. 12

Figura 9 - Pavilhão 4 , ala sul da hospedaria



Nota: Vemos a clara diferença entre a primeira e a segunda imagem.

A primeira era um pavimento único, na imagem inferior aparece, à direita, o segundo pavimento do mesmo pavilhão. Primeira imagem: Coleção Leopoldino Brasil. Sem data. Autor desconhecido. Ilha das Flores.

Fonte: Acervo CMIIF/UERJ. Segunda imagem: Coleção Edna Kircose. Sem data. Autor desconhecido. Ilha das Flores. Acervo CMIIF/UERJ.

Os pontos 3 a 5 referem-se a intervenções que possibilitariam uma melhoria nos serviços através do próprio corpo funcional da Ilha. Em certa medida, o depósito de combustíveis na Ilha dos Ananás servia igualmente como oficina das embarcações que faziam o trajeto entre a Ilha das Flores e a Praça XV, no Rio de Janeiro. Já a construção de casas de funcionários, não sabemos se de fato ela veio a ocorrer, tendo em vista que não há nenhum indício da mesma.

Figura 10 - Depósito de combustíveis e oficina de barcos



Nota: Foto tirada a partir do Cais de Desembarque da Hospedaria. Ao fundo, a Ilha dos Ananáses com o depósito de combustíveis e oficina de barcos.  
 Fonte: Última Hora. Arquivo Público do Estado de São Paulo. 1953.

Já os pontos 6 e 7 da exposição ratificam que as intervenções realizadas no início da década, nos anos de 1940 e 1941, não foram suficientes para atender a demanda de um “serviço moderno” de acolhimento, tanto assim que o ministro qualifica a rede de esgoto como “deplorável”. Outro fato a ser observado é que a fossa construída fora planejada para comportar 3000 pessoas, o que nos dá um indício de que havia um planejamento de aumento da capacidade de hospedagem, tendo em vista que, naquele momento, haviam em boas condições cerca de 1500 leitos.

Todavia, e mais uma vez recorremos a imprensa de grande circulação na antiga capital. Parece que as reformas não ocorreram como a apresentada pelo ministro, ao menos para a imprensa oposicionista. Pois, o jornal *Diário Carioca*, vespertino fundado José Eduardo de Macedo Soares, em maio de 1947, ou seja, concomitante as ocorrências das obras de reforma e reaparelhamento da Hospedaria segundo o ministro Morvan Figueiredo, informa que “alojamentos especiais” estavam sendo preparados para receber os 860 deslocados e refugiados que trazia o navio norte-americano *General Sturges*<sup>140</sup>. A utilização do termo “alojamentos especiais” por si só denota que os alojamentos disponíveis, ou que mesmo

<sup>140</sup> 860 Imigrantes no “General Sturges”. *Diário Carioca*. Edição 05790. Rio de Janeiro, 15/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 7.

passavam por reformas, não estariam de acordo as modernas normas de recepção, prefigurando um quadro de oposição ao relatório apresentado pelo ministro Figueiredo do Ministério do Trabalho.

Ainda que tenha trazido o tema à baila em maio de 1947, seria na edição de 01 de agosto que o *Diário Carioca* teceria as críticas mais ferozes. Através da coluna do psiquiatra Mauricio de Medeiros, intitulada “Imigração Indesejável”<sup>141</sup>, retomava-se a questão da construção de uma estação sanitária que deveria ter todos os requisitos indispensáveis a oferta de exames e assistência médica, que até esta data, e de fato nunca viera se tornar realidade, não tinha sido construída. Tal etapa deveria ser realizada imediatamente antes do ingresso dos deslocados e refugiados na Hospedaria, podendo ser esta, como ressaltou Dória de Vasconcelos no relatório em 1942<sup>142</sup> na própria Hospedaria ou mesmo no Porto do Rio de Janeiro.

Para além da estação sanitária, o aparelhamento necessário da Hospedaria estava também a desejar, segundo o psiquiatra. Quando de sua visita às dependências desta, afirma enfaticamente,

Pude apreciar a nossa infinita capacidade de improvisação. Apesar de prevenidos com uma antecedência enorme, nada foi feito no sentido de aparelhar a Hospedaria de Imigrantes para a retomada de suas funções. Não é que faltassem estudos e projetos conscienciosamente feitos pelos responsáveis e pelos técnicos. A despeito disso, graças a capacidade e zelo dos funcionários da Ilha, lá têm sido albergados os 800 a 900 imigrantes de cada leva, sem que se possam queixar de desconforto<sup>143</sup>.

Esse retrato feito por Mauricio de Medeiros lança importantes questionamentos se, de fato, as obras necessárias foram realizadas na Hospedaria para o seu pleno e moderno funcionamento. Ainda que possuísse posições oposicionistas ao governo Dutra, além de posições contrárias à chegada de muitos deslocados e refugiados de guerra pela questão psíquica, o retrato da Hospedaria ainda permanece muito aquém daquele projetado tanto nos jornais governistas, como acima observados, como no relatório do ministro do Trabalho Morvan Figueiredo. Ademais, enquanto o relatório ministerial apontava que após as obras a capacidade chegaria a 1500, Medeiros aponta tão somente 800 a 900 leitos.

<sup>141</sup> MEDEIROS, Mauricio de. Imigrantes Indesejáveis. *Diário Carioca*. Edição 5857. Rio de Janeiro, 01/08/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 4.

<sup>142</sup> VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano III, Ns. 3 e 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1942. Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>143</sup> MEDEIROS, Mauricio de. Imigrantes Indesejáveis. *Diário Carioca*. Edição 5857. Rio de Janeiro, 01/08/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 4.

O debate pela readaptação da Hospedaria prossegue através dos anos analisados, sem que se tenha uma mudança no discurso e mensagem dos periódicos. Em 1949, por exemplo, o *Gazeta de Notícias*<sup>144</sup> realizou uma reportagem com o então presidente do DNI, Carlos Viriato Saboia, e este informava que as obras de ampliação da Hospedaria da Ilha das Flores, infelizmente, não se achavam concluídas. Desse modo, ainda que se abrigassem 2400 pessoas, a real capacidade estaria, ainda, estagnada em 1200. Sobre o mesmo assunto, o jornal *O Globo* de fevereiro de 1949 relatava a mesma situação, informando “não há mais vagas para imigrantes na Ilha das Flores”<sup>145</sup>.

O jornal *A Noite* em março de 1949<sup>146</sup>, ou seja, um mês após as reportagens feitas pela *Gazeta de Notícias* e *O Globo*, rapidamente lançava uma nota localizada na página 4 de seu matutino informando que o ministro do Trabalho havia designado o presidente do DNI, Carlos Saboia, o diretor geral do departamento de Administração, Olavo Siqueira e Stelio Moraes para comporem uma comissão, sob a liderança de Saboia, a fim de administrar, orientar e fiscalizar as obras de readaptação da Hospedaria da Ilha das Flores. Mais uma vez, diga-se de passagem, uma Comissão fora escolhida para as tais readaptações que vinham sendo discutidas desde 1942 e, comissões após comissões, não haviam se concretizado.

Ademais, é interessante notar que o próprio *A Noite*, no dia 16/04/1949, realiza uma reportagem em sua 10ª página com o seguinte título “14 mil os imigrantes que o Brasil recebeu nos últimos quatro anos”<sup>147</sup>. Nela, o jornal procura realizar um panorama positivado dos processos de seleção e recepção dos deslocados e refugiados, a partir da visita da comissão mista Brasil-OIR, com a presença de Viriato Saboia, presidente do DNI, Afonso Bandeira de Mello, ex-presidente do DNI, Hélio Lobo, representante do Brasil e vice presidente da OIR, e D. Stansby, representante da Organização no Brasil. Em um tom claramente de defesa das ações do governo, transcrevemos abaixo as partes mais enfáticas do depoimento de Bandeira de Mello à reportagem do *A Noite*:

Devo confessar que, devido às notícias divulgadas sobre a instalação daqueles refugiados, esperava encontrar coisa muito diferente do que realmente vi, porquanto fui agradavelmente surpreendido pelas excelentes acomodações existentes na Hospedaria, onde há ordem, disciplina e espírito de cooperação e de solidariedade entre a administração e os refugiados.

---

<sup>144</sup> Imigração Intensiva para o Brasil. *Gazeta de Notícias*. Edição 00031 (1). Rio de Janeiro, 06/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>145</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro, 14/02/1949. P. 3

<sup>146</sup> A Readaptação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *A Noite*. Edição 13141. Rio de Janeiro, 30/03/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 4.

<sup>147</sup> 14 mil imigrantes que o Brasil recebeu nos últimos quatro anos. *A Noite*. Edição 13155. Rio de Janeiro, 16/04/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 10

Ao contrário do que pensava observar tive também a melhor impressão dos refugiados de diversas nacionalidades, compostos de homens sãos, robustos e bem constituídos, *parecendo satisfeitos de terem sido acolhidos com simpatia no Brasil [...] <sup>148</sup>*.

Pelo trecho acima transcrito, percebemos que os argumentos mobilizados não se direcionam para a estrutura das instalações presentes na Hospedaria, o que proporcionaria ou não uma acolhida. Na verdade, exalta-se a “boa instalação” a partir do espírito de colaboração e cooperação da administração e os refugiados. Ora, ainda que pesasse a crítica do *Diário Carioca*, através da coluna de Mauricio de Medeiros, tal apontamento também fora lá realizado, ainda que como jornal de oposição. Mais que isso, mobiliza-se um ponto de vista subjetivo para exaltar um elemento mais pragmático, no caso a acomodação, a partir da percepção que estariam satisfeitos pela acolhida simpática que receberam. Ademais, não há na reportagem algum depoimento colhido, ou mesmo indícios de que a Comissão tenha conversado com os deslocados e refugiados.

Em maio de 1949 aconteceu a I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, em Goiânia. Nela, o então recente ex-diretor da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, João Martins de Almeida, apresentava seu trabalho, que posteriormente foi publicado pela Revista de Imigração e Colonização em 1951, intitulado “Hospedarias de Imigrantes”<sup>149</sup>. Nela, destaca o papel desempenhado pela hospedaria na recepção e acolhimento, verificando necessidades e indicando caminhos de reestruturação na Ilha das Flores. A partir deste, ficamos ainda mais claro o papel desempenhado por este, e a necessidade, à época, de reaparelhamento e adaptação para receber as levas de deslocados e refugiados.

Ressalta, logo de início, que a Hospedaria da Ilha das Flores voltou a centralidade dos debates em torno das políticas imigratórias justamente pelo ressurgimento do movimento imigratório internacional, mas que ainda apresentava, em 1949, deficiências nas questões de alojamento e hospedagem<sup>150</sup>. Destaca, porém, que o Estado de São Paulo estava ainda mais desaparelhado tendo em vista que a sua “tradicional” hospedaria estava cedida ao Ministério da Aeronáutica, e lá foi instalada a Escola Técnica de Aviação, sendo assim necessária a readaptação emergencial de Campo Limpo como um espaço receptivo. A este caso, quando cotejamos com um artigo escrito por Jorge Latour em 1947, ele afirma justamente esse

<sup>148</sup> 14 mil imigrantes que o Brasil recebeu nos últimos quatro anos. *A Noite*. Edição 13155. Rio de Janeiro, 16/04/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 10. Grifo nosso.

<sup>149</sup> ALMEIDA, João Martins de. Hospedarias de Imigrantes. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano XII, nº2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Segundo semestre de 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

<sup>150</sup> Idem. P. 16

itinerário feito pelos deslocados e refugiados, nos afigurando assim uma prática corriqueira entre a hospedaria central e o estado de São Paulo, afinal,

Assim, pois, embarcados em Bremenshaven, nas frias coordenadas do norte europeu, e desembarcados na Ilha das Flores, banhada de sol, são as levas, em número de 800 imigrantes cada uma, aproximadamente, divididas em parcelas que, a seu tempo, são encaminhadas a “Campo Limpo”, localidade sobre as linhas da Mogiana, de onde irradiam os deslocados, na medida dos contratos de trabalho que conseguem, espalhando-se pelas regiões subtropicais do Brasil imenso e promissor<sup>151</sup>.

A seguir, define quais seriam as atividades desenvolvidas por uma hospedaria, estabelecendo um tripé baseado na recepção, assistência e hospedagem, sendo o primeiro contato do “alienígena” com o país que o recebe. Deste modo, a primeira impressão, e a influência psicológica que esta pode ter sob o imigrante, é de valor inestimável, afinal serviria de norte quanto aos hábitos de higiene e trabalho e o sentido de ordem e moralidade. Todavia, para além das atividades ordinárias, destaca Almeida que a função de uma hospedaria também vai muito além, pois que, sua estadia pode influenciar as ações que serão empreendidas na vida futura do imigrante no Brasil. Nesse sentido, destaca que a adaptação e, ainda mais importante, a assimilação se inicia nesse primeiro contato, destacando ainda que, “Este aspecto em relação ao imigrante hodierno é de grande importância, pois estamos recebendo indivíduos já em nível cultural mais elevado, donde a capacidade de observação ser maior, e as suas reações se verificarem de modo expressivo”<sup>152</sup>.

Almeida destaca que como ponto inicial de recepção, a hospedaria deve dispor de uma área suficientemente capaz de receber todos os dispositivos necessários para indispensável acolhida, de maneira cordial e disciplinada. Assim, os serviços a serem executados na hospedaria, destaca, são de recepção, reexame médico, registro, identificação, classificação, hospedagem, assistência médica, assistência social e religiosa, seção de colocação e encaminhamentos além da administração em geral<sup>153</sup>.

Igualmente, destaca o serviço de alimentação como de importância capital na hospedaria, e suas dependências, como cozinha, copa, refeitório, devem ter um caráter técnico, para o êxito da tarefa de acolhimento e, sobretudo, assimilação. Afinal, a alimentação é um dos momentos mais marcantes quando da chegada a uma cultura diversa, como que um

---

<sup>151</sup> LATOUR, Jorge. Displaced Persons. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano VIII, nº 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1947. Acervo Biblioteca Nacional. P. 96

<sup>152</sup> ALMEIDA, João Martins de. Hospedarias de Imigrantes. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano XII, nº2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Segundo semestre de 1951. Acervo Biblioteca Nacional. P. 17

<sup>153</sup> Idem. P. 21



rito de passagem a uma nova realidade cultural. Sobre tais aspectos, analisaremos mais detidamente no capítulo três, ao analisarmos as memórias da recepção dos deslocados e refugiados.

Os alojamentos, por seu turno, devem estar providos de bom sistema de abastecimento de água, de instalações sanitárias e de luz, capazes de atender as demandas da higiene, fiscalização e segurança, sem esquecer de depósitos para malas. Essa é a descrição de uma hospedaria e serviços de alto padrão<sup>154</sup>. Lembremos porém o que Almeida relata logo no início de seu artigo, que a Hospedaria da Ilha das Flores não se encontrava ainda em condições perfeitas para a boa execução dessas atividades. Porém, previa que este espaço receptivo constituiria o tipo padrão de espaço de acolhimento quando finalizadas as obras de reforma e adaptação, inclusive pela estação sanitária que fora prevista no projeto<sup>155</sup>. Todavia, e como temos demonstrado nesse capítulo, nem todas as obras e adaptações foram executadas, inclusive a própria estação sanitária anexa.

Ao fim e ao cabo, Martins de Almeida era partidário da hospedaria, além de suas atribuições de acolher e recepcionar, funcionar igualmente como um espaço de reexame profissional e readaptação deste, fazendo-a como um centro de triagem<sup>156</sup>. Pois, ressalta, ainda que a seleção seja feita *in loco*, o aspecto profissional nem sempre corresponde a realidade, afinal muitos imigrantes lançam mão da inteligência para ser aceito, sobremaneira se “atentarmos para o quadro da Europa atual, faminta e sobressaltada.”<sup>157</sup>. Assim sendo, as grandes massas dirigidas poderiam ser recebidas, mantidas e aproveitadas sem ônus ao governo, com aproveitamento positivo na agricultura, na indústria, pois que na hospedaria, encontraria os meios de demonstrar a sua capacidade profissional e ao mesmo tempo o trabalho pretendido viria atenuar, senão compensar, a despesa com a hospedagem e assistência.

Após a análise do artigo de João Martins de Almeida, reafirma-se em nosso argumento a posição central da Hospedaria da Ilha das Flores como espaço receptivo e de acolhimento, que, para além de suas funções mais tradicionais, marcava o primeiro contato do deslocado e refugiado da Segunda Guerra no Brasil. Ali, entrava em contato pela primeira vez com a cultura do país receptor, com sua comida, seus costumes, língua. Daí a necessidade de se

---

<sup>154</sup> ALMEIDA, João Martins de. Hospedarias de Imigrantes. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano XII, nº2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Segundo semestre de 1951. Acervo Biblioteca Nacional. P. 22/23

<sup>155</sup> Idem. P. 25

<sup>156</sup> Idem. P. 24

<sup>157</sup> Idem. P. 23

discutir as reformas e readaptações, bem como a ausência destas no período do pós-segunda guerra.

Afigura-nos, entretanto, que a partir da análise das fontes não nos é seguramente dado que todas as obras projetadas ou discutidas tenham de fato sido concluídas ou iniciadas. Para além daquelas que possuem vestígios, como imagens ou materialidade preservada, como o gabinete sanitário – não confundir com a estação sanitária que nunca veio a ser construída -, o depósito de combustíveis e a construção do segundo pavimento no pavilhão 4. Decerto, nem todas as indicações feitas por Dória de Vasconcelos em 1942 foram atendidas. Tampouco, todas as obras relatadas por Morvan Figueiredo vieram a se efetivar, quando cotejadas aos meios de comunicação de massa. Representando nesses últimos ecos das disputas políticas existentes então, que a partir da política imigratória, eram vivenciados.

É interessante observar que, após a reportagem do *A Noite*, não verificamos mais nenhuma reportagem, até o fim de nosso recorte temporal, ano de 1952, cujo enfoque fosse às obras da Hospedaria. Ainda assim, fica-nos claro a importância da cobertura por parte da imprensa sobre o tema da imigração, e especificamente, sobre os deslocados e refugiados de guerra e a sua recepção. Esse será nosso movimento no ponto seguinte, observar as imagens e narrativas elaboradas pelos periódicos sobre estes, além da própria recepção verificada *in loco* pelos repórteres da época.

## 2 ENTRE TÉCNICOS E REBOTALHOS: OS *DISPLACED PERSONS* E A HOSPEDARIA NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS

Pretendemos analisar neste capítulo, o papel desempenhado pela imprensa sobre a cobertura de todo o processo de chegada dos deslocados e refugiados de guerra ao Brasil, o que envolvia todas as etapas do processo, sendo estas: a seleção, a chegada, o acolhimento e sua inserção profissional.

Segundo Barbosa<sup>158</sup>, os jornais eram o meio pelo qual o leitor se colocava em contato com o mundo. Com o desenvolvimento tecnológico e o emprego da tecnologia no meio jornalístico, cada vez mais pessoas entravam em contato com as notícias do cotidiano, fazendo o jornal um meio que conseguia se inserir “capilarmente” no meio social. Esta inserção produz, não temos dúvidas disso, representações e imagens sobre a política, economia e outros temas presentes na vida nacional, como a imigração.

Decerto, tal criação de imagens e representações não cessava no momento de produção impressa e a mera recepção dos leitores, mas eram criadas a partir da relação dialógica estabelecida por eles, construindo novas narrativas, produzindo interpretações, fazendo um quadro de proximidades e distanciamentos sobre os temas abordados nas páginas dos periódicos<sup>159</sup>. No caso da imigração, dialogava-se qual o imigrante ideal, como deveria ser a recepção deste, a política que regia esse processo e, claro, a importância deste à Nação. São temas que visavam definir uma imagem “típica ideal” sobre determinada ação governamental e em relação às pessoas que imigravam.

Outrossim, como destaca Tânia Regina de Luca, os pesquisadores que se enveredam na análise dos periódicos devem estar atentos àquilo que se tornou notícia, atentando para as motivações que levaram a veiculação de determinado fato. Indo além, verificar qual o destaque dado a manchete, quer dizer, o local por ele ocupado tem uma função simbólica de poder na composição dos diários, afinal é muito diverso o peso que uma reportagem possui ao ser apresentada na capa e outra que fica relegado as páginas internas<sup>160</sup>. Por outro lado, atentar a periodicidade com que temas são tratados é outro elemento fundamental. Nesse caso, podemos verificar, e como demonstraremos a seguir, as notícias acerca dos *displaced persons*

---

<sup>158</sup> BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900 – 2000. Mauad X. Rio de Janeiro, 2007. P. 127

<sup>159</sup> Idem. P. 139

<sup>160</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo. Contexto, 2008. P. 140

ocuparam as páginas de jornais e revistas durante todo o período em que estes vieram para o Brasil, conferindo-lhes, em outras palavras, importância de tema a ser veiculado junto a sociedade.

Como sabemos, os anos 1930 eram marcados pela forte disputa política em âmbito nacional e, certamente, tal tema encontraria ressonância nas páginas dos jornais. Apoios, confrontações, críticas se espalham por toda a sociedade, tornando o jornal um dos instrumentos de domínio da política. Em 1938, existem entre matutinos e vespertinos 23 jornais na cidade do Rio de Janeiro, podendo ser destacados pelo poder de difusão, dentre outros, *A Noite*, *Diário da Noite* e *Correio da Manhã*. A estrutura destes é composta por cadernos de 24 páginas, e as tiragens dos matutinos alcançavam cerca de 40 mil exemplares<sup>161</sup>.

Nesse sentido, a cobertura cotidiana da imprensa, para além das notícias direcionadas à estrutura física da Hospedaria, como já abordado, se inicia desde os primeiros momentos. No ano de 1946, como nos lembra Campos<sup>162</sup>, quando se aproximava o início dos processos de seleção por parte do Brasil, através de sua delegação na Europa, o jornal governista *A Noite* se antecipava afirmando que as autoridades brasileiras designadas para o trato com a imigração eram perfeitamente “habilitadas para uma seleção sob o ponto de vista moral, racial e físico”<sup>163</sup>. Ademais, todo o processo de seleção seria realizado nos próprios locais de permanência na Europa, e não no Brasil, o que significa compreender que buscava o governo transmitir que erros poderiam ser evitados com essas ações. Claramente, buscava-se, de antemão, propagar à sociedade os esforços envidados pelo governo ao tema, bem como destacar que processo tão central na questão imigratória estava sob responsabilidade de pessoas de alto nível técnico, objetivando, por fim, dar credibilidade a questão.

Para além desse ensejo, a reportagem destacava, através da fala do ministro João Alberto de que seriam privilegiados no processo de seleção os trabalhadores voltados para o campo e técnicos, reafirmando “nada de licença para certa classe de comerciantes vulgares, que atropelam hoje as nossas cidades, agravando os problemas locais”<sup>164</sup>. Quando do discurso favorável a chegada dos deslocados e refugiados, o presidente do CIC João Alberto, colocava-se de modo pragmático, afinal

---

<sup>161</sup> BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900 – 2000. Mauad X. Rio de Janeiro, 2007. P. 109

<sup>162</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

<sup>163</sup> Ecos e Novidades. O Problema Imigratório. *A Noite*. Edição 12269. Rio de Janeiro. 25/05/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Biblioteca Nacional. P. 3

<sup>164</sup> Idem.

A imigração de refugiados ou de pessoas deslocadas interessa ao Brasil, porém não é fundamental para seu problema imigratório. É de interesse, sem dúvidas, e acha que o Brasil pode e deve tirar proveito da oportunidade que ora se apresenta, uma vez que a seleção dos elementos que iremos receber caberá exclusivamente a nós. Com a vinda de braços iremos beneficiar a lavoura e as indústrias nacionais e prestar a nossa cooperação aos Estados Unidos que está tratando de colocar milhões de pessoas do continente europeu que foram levadas de roldão em consequência da última guerra<sup>165</sup>.

A fala do ministro Alberto vem ao encontro das principais críticas ao recebimento de novas levas de imigrantes, ainda que fossem dirigidas, como foi o caso dos deslocados e refugiados de guerra, pois a grave crise alimentícia vivida no país somar-se-ia a inserção de possíveis elementos heterogêneos à sociedade brasileira. É exatamente essa dinâmica de críticas e incentivos à chegada dos selecionados nos campos da Organização Internacional para Refugiados (OIR) que pretendemos analisar através das páginas dos jornais e revistas.

Todavia, retoma-se a seguinte questão proposta pela Revista do Comércio em junho de 1946, e parte dela já analisada: “O Brasil Precisa de Imigrantes?”<sup>166</sup>. Tal iniciativa, uma mesa redonda, contava com a presença de importantes intelectuais, ideólogos e gestores da imigração brasileira. Reunidos estavam, Artur Hehl Neiva (vice presidente do CIC); Rafael Xavier (diretor técnico do Serviço Nacional de Recenseamento); Péricles de Carvalho (diretor do DNI); Castro Barreto (demógrafo); Helio Gomes (professor da Universidade do Brasil); Josué de Castro (diretor do Instituto nacional de Nutrição); João Martins de Almeida (diretor da Hospedaria de Imigrantes); Edgard Teixeira Leite (economista e presidente da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres) e Izidoro Zanotti (representante do Ministério da Justiça).

As questões que mobilizaram toda a conversa estavam centradas nas seguintes ponderações: “O Brasil é um país despovoado? Devemos receber muitas levas de trabalhadores estrangeiros ou devemos aproveitar o elemento nacional? Como faremos nesse inquieto após guerra para a conquista de imigrantes capazes de emprestarem ao país um novo influxo de trabalho e produtividade?”<sup>167</sup>.

A imigração seria realmente de interesse nacional e contribuiria para a própria nacionalidade, segundo Hehl Neiva, afinal a partir de um povoamento adequado se alcançaria o progresso industrial do país, permitindo-lhe ocupar assim o tão ambicionado lugar no concerto das Nações desenvolvidas. Em concordância, inferia Rafael Xavier que a imigração teria de ser pensada a partir do ponto de vista da necessidade econômica, porém, compreendia

---

<sup>165</sup> Ata da 678ª sessão do Conselho de Imigração e Colonização ocorrida em 27 de agosto de 1946. IN: NEIVA, Artur Hehl. Os Deslocados de Guerra. A Verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro. Ed. A Noite. 1949. P. 163

<sup>166</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

<sup>167</sup> Idem. P. 1

que a política imigratória à época não era suficiente pois ainda não havia claramente estipulado quais os limites de caráter político e econômico. Fato este que teve concordância de Castro Barreto, pois que, “as restrições são necessárias, de acordo com as conveniências nacionais”<sup>168</sup>.

Em relação às restrições, Hehl Neiva apontava que a vitória das Nações Unidas na Europa modificou o panorama imigratório, exatamente pelo fato que tinha conseguido dominar os perigos potenciais que representavam a entrada de certas etnias no Brasil. Deste modo, a imigração se tornando essencialmente dirigida, o Brasil pôde tornar mais flexível o regime de quotas. Em sua opinião,

Isto foi conseguido com felicidade na redação do artigo 3º pelo qual a quota de 2% se aplica tão somente à corrente imigratória espontânea de cada país. Assim sendo ficam excluídos da quota os contingentes da imigração dirigida.<sup>169</sup>

Sobre as correntes dirigidas ao país, apontava o diretor do DNI, Péricles de Carvalho, que a chegada da corrente imigratória ordenadamente e de acordo com a capacidade receptiva do país era conveniente, afinal seria impensável um movimento imigratório de massa. Além dessa constatação, destacava que já estavam sendo realizados estudos para o “preparo do terreno” e receber as levas, analisando o mercado de trabalho, o reestabelecimento de transportes, as condições de alojamento e os processos de distribuição em território nacional. Esse último aspecto em consonância “às diversas fases de transformação da economia, a transição da fase agrícola para a industrial”<sup>170</sup>.

Teixeira Leite, presidente da Associação dos Amigos de Alberto Torres, acreditava ser difícil que o europeu viesse para cá e se fixasse na lavoura quando tomasse consciência das condições precárias então existentes. Ainda assim, entendia que a lavoura necessitava de braços, e que as iniciativas gestadas junto aos operários europeus não eram a mais acertada para esse fim, ainda que esse possuísse uma formação técnica, e era exatamente de técnicos que o campo necessitava. Por técnicos, entende-se todo o indivíduo que chegou a um ponto de aperfeiçoamento profissional, sendo na lavoura ou na cidade. Segundo Leite, estes preencheriam satisfatoriamente a aparelhagem brasileira, chamando, inclusive, a atenção de que máquinas modernas haviam sido importadas da Inglaterra e não estavam funcionando pela falta de técnicos que soubessem operá-las.

---

<sup>168</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>169</sup> Idem. P. 2

<sup>170</sup> Idem. P. 3

Para alcançar o fim supracitado, de atrair braços técnicos para o país, Neiva alertava que as instruções enviadas aos representantes brasileiros davam conta que a preferência na seleção seria àqueles destinados aos meios rurais, constituídos em família. Mostrando as orientações apenas em linhas gerais, Izidoro, representante do Ministério da Justiça, destacava que as Leis de Imigração confundiam e intimidavam mais que auxiliavam nos trabalhos, pois existiam muitas destinadas a esse fim, fazendo com que essa multiplicidade trouxesse conflitos e superposições dos textos, alertando ainda para que houvesse no país uma consolidação da Lei, de modo que evitasse essa multiplicidade e, por conseguinte, problemas futuros<sup>171</sup>.

No concernente ao alojamento, destacava o diretor da Hospedaria João Martins de Almeida, o básico na recepção era a cordialidade, pois sendo estes elementos que contribuiriam para o país, era dever dar-lhes o apoio moral e material necessário. Certamente a recepção deveria se submeter às medidas sanitárias e de seleção de caráter político e social, sendo o principal objetivo da recepção sujeitar o imigrante a uma triagem.

A iniciativa da *Revista do Comércio* nos auxilia a compreender que a temática da imigração, e dos *displaced persons*, estava em voga na sociedade. Ainda que não os tenham citado diretamente, quando referem-se à imigração dirigida e a “vitória das Nações Unidas”, não temos dúvidas que são a eles direcionadas. Essas questões compunham também partes importantes da imprensa cotidiana.

Em 13/05/1947 o jornal *O Globo*<sup>172</sup> informava a chegada de 861 deslocados e refugiados na primeira leva vinda para o Brasil, com destaque para as nacionalidades da Europa Central e Oriental (húngaros, lituanos, iugoslavos e ucranianos). A chegada destes ocorreria no dia 15 do mesmo mês e seriam encaminhados ao Estado de São Paulo, onde “seriam distribuídos em três armazéns”<sup>173</sup>.

O mais interessante a observarmos nessa última notícia veiculada pelo jornal *O Globo*<sup>174</sup>, é o destaque dado à “valorosa contribuição” do transporte pelo exército americano para a chegada dos emigrantes europeus, no caso da primeira o navio utilizado fora o “General S. D. Sturgis”. Para além do pragmatismo do próprio transporte em si, compreendemos que o protagonismo dos Estados Unidos, juntamente com a Grã-Bretanha, no processo de reassentamento de levadas de deslocados e refugiados estava relacionado à nova

---

<sup>171</sup> Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 24

<sup>172</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro. 13/05/1947. P. 3

<sup>173</sup> Idem. P. 3

<sup>174</sup> Idem. P. 3

dinâmica da política internacional, onde se buscava maior influência em diferentes esferas de poder. Porém, o destaque dado pelo jornal ao papel fundamental do Exército americano merece ser observado também enquanto uma agenda de defesa e alinhamento aos interesses americanos para o Brasil e as Américas.

Figura 11 - Navio de guerra americano Gal. S.D Sturgis



Nota: Navio de guerra norte-americano S. D. Sturgis, utilizado no pós-guerra para o transporte de massas de deslocados e refugiados de guerra. Nessa imagem, chamamos atenção para a faixa da International Refugee Organization (IRO). © UNHCR/1951.

Fonte: Disponível em: <http://www.unhcr.org/history-of-unhcr.html>

Não obstante, como destaca Paiva<sup>175</sup>, os Estados Unidos na nova configuração da geopolítica internacional tinham na gestão das políticas migratórias internacionais um dos seus objetivos para sedimentar sua posição hegemônica no globo. Outrossim, os investimentos destinados ao financiamento de organizações multilaterais, como vimos no primeiro capítulo, e os deslocamentos de levadas de deslocados e refugiados em navios de guerra norte americanos, colocam em evidência o desejo do desenvolvimento capitalista na periferia do sistema.

Tais apontamentos são fundamentais para a compreensão dos deslocamentos internacionais envolvendo os deslocados e refugiados da Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que os números de reassentamento a partir de 1947, quando se inicia o acirramento da

<sup>175</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 8 a 12 de setembro de 2008.



bipolaridade mundial, se elevam e, ademais, a justificativa por fundado temor de perseguição política é aceito com maior frequência.

Nesse quadro, a dinâmica dos fluxos internacionais de deslocados e refugiados foi “auxiliar na estruturação de vários elementos que hoje compreendemos como globalização, dentro da nova geopolítica de desenvolvimento do mundo capitalista”<sup>176</sup>. Em verdade, e estreitamente ligado aos processos de reconstrução da Europa, e das novas dinâmicas internacionais, o fluxo emigratório entre os anos de 1947-1952 constitui-se, fundamentalmente, por deslocados e refugiados de guerra<sup>177</sup>.

As notícias sobre a primeira leva não foram cobertas somente pelo *O Globo*. O *Diário Carioca*<sup>178</sup> informava, em pequena nota na página 7, que a leva proveniente do vapor General Sturgis fora devidamente selecionada pela Comissão de Técnicos brasileiros na zona dos aliados, destacando que suas aptidões estavam voltadas a profissões técnicas, como especialistas de fiação, da indústria de vidros, mecânicos, carpinteiros e marceneiros. Ademais, destaca que estes seriam encaminhados à Hospedaria da Ilha das Flores onde ali receberiam as primeiras noções à língua portuguesa.

Já o jornal governista *A Noite*<sup>179</sup> reservou um grande espaço em seu caderno para tratar da chegada dos refugiados e deslocados de guerra, estando esta em duas páginas do matutino sendo uma delas a capa em posição centralizada. Primeiramente destacaram que a leva seria composta, majoritariamente, por famílias compreendendo os percentuais de 70% de agricultores e 30% de técnicos e profissionais que na Ilha das Flores ficariam hospedados e dirigidos preferencialmente ao Estado de São Paulo. Tais dados de porcentagem da seleção, bem como a preferência por famílias faziam parte da política imigratória traçada pelo órgão consultivo e deliberativo de Imigração e Colonização. Todavia, como vimos antes na reportagem do *Diário Carioca*, o perfil dos deslocados e refugiados não estavam dentro das percentagens estabelecidas pelo CIC..

Continua o jornal que a chegada destes foi possível graças à assinatura do Acordo de Londres, celebrado entre o governo do Brasil e o Comitê Intergovernamental para Refugiados. Além de que tais levas se repetiriam em caso de sucesso dessa primeira

<sup>176</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 8 a 12 de setembro de 2008..

<sup>177</sup> Ibidem.

<sup>178</sup> 860 Imigrantes no “General Stuges. *Diário Carioca*. Edição 05790. Rio de Janeiro. 15/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 7

<sup>179</sup> A Chegada do Transporte de Guerra Norte-Americano “General Sturgis” – conduz os primeiros imigrantes “deslocados de guerra” para o Brasil. *A Noite*. Edição 12566. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 16/05/1947. P. 1 e 3.

empreitada. Já na edição vespertina, novas informações foram adicionadas à circulada na edição das 11 horas, como a nacionalidade da maioria dos selecionados, que seriam alemães e austríacos. Nessa edição já colocavam que,

O transporte “General Sturgis” receberá hoje a visita das autoridades policiais imigratórias e da Saúde, devendo o desembarque dos imigrantes se proceder ao largo da Guanabara, em embarcações especiais que os levará para a Ilha das Flores onde, amanhã, terá lugar o serviço de identificação, fiscalização e regulamentar<sup>180</sup>.

No dia seguinte, a chegada dos refugiados e deslocados o jornal *A Noite*, em longa reportagem, mais uma vez tecia elogios à qualidade desta “leva”, com especial ênfase nas “excelentes condições físicas”<sup>181</sup> dos tchecos, poloneses, ucranianos, armênios, alemães e bálticos. A reportagem, inclusive, havia entrado no navio americano para verificar *in loco* os deslocados, tendo identificado também a presença do embaixador dos Estados Unidos William Pawley em visita ao navio. Buscando traçar um quadro positivado da situação, o jornal colocava que eram “moços e velhos, mães e filhos, uns desconfiados, outros indiferentes, mas todos parecendo satisfeitos”. Ora, se na própria observação constava a desconfiança ou a indiferença, a expressão de satisfação nos parece surgir mais da projeção política do periódico que da observação *in loco*.

Na mesma reportagem, *A Noite* continuava realizando pequenas inserções sobre refugiados selecionados como expoentes significativos de toda a leva. Primeiramente, e entendemos isso enquanto uma estratégia de convencimento, selecionava um deslocado polonês, cujo nome não é citado, que em conversa “desembaraçada” com o médico Péricles Carvalho, membro do CIC, perguntava sobre o clima do país assim como as relações trabalhistas, reafirmando o desejo dele e de sua esposa se fixarem no campo; em seguida, um casal proveniente da Alemanha de nomes Othon e Aino Gansler, sendo que o homem havia exercido a profissão de tipógrafo durante o conflito global, mas que, a despeito de sua especialização, não se incomodava em ir para o campo. Construindo um quadro típico ideal, emenda o jornal que “essa disposição para o trabalho e, mesmo, a satisfação demonstrada ao falar parece aumentar quando ele diz que sua esposa espera um filho no próximo mês...”<sup>182</sup>.

Porém, na última parte da longa reportagem, o jornal abordava os critérios de seleção utilizados nos *displaced camps* afirmava que a seleção tinha observado os percentuais aqui já

<sup>180</sup> Estão Chegando os Imigrantes. *A Noite*. Edição 12566. Rio de Janeiro. 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1.

<sup>181</sup> A Primeira Leva de Imigrantes Dirigidos. *A Noite*. Edição 12567. Rio de Janeiro. 17/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 9.

<sup>182</sup> Idem. P. 9

citados, porém haviam deslocados que não se enquadravam em nenhuma das indicações do governo, utilizando como exemplo o esloveno Kohout Premysl, que trabalhara durante toda a vida nos hotéis de seu país. Mas um atenuante era colocado, pois que se “não conseguisse se fixar na cidade, irá mesmo para o campo”<sup>183</sup>. Prosseguindo sobre a política imigratória, a reportagem cita a presença do médico da Missão Brasileira de Seleção, que viajara junto aos deslocados, Dr. Abdias Vieira. Além de destacar que os *displaced camps* contavam com organizadas estruturas, o médico indicava que as atribuições da Comissão brasileira se voltavam para a seleção sanitária, entenda-se de saúde, e a seleção social, que envolvia a comprovação da profissão indicada pelo deslocado. Todos os selecionados haviam passado por vacinações e realizado exames radiográficos.

Figura 12 - Reportagem sobre a primeira leva de refugiados



Nota: Destaque as fotos retiradas destes que ressaltam mais o caráter de indiferença e desconfiança do que de pura satisfação. A Primeira Leva de Imigrantes Dirigidos.

Fonte: *A Noite*. Edição 12567. Rio de Janeiro. 17/05/1947. P. 1 e 9

A segunda leva a chegar ao Brasil também fora amplamente coberta pelo *A Noite*. Durante três dias seguidos o jornal em suas edições vespertinas noticiava com aparente

<sup>183</sup> A Primeira Leva de Imigrantes Dirigidos. *A Noite*. Edição 12567. Rio de Janeiro. 17/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 9

entusiasmo mais 900 selecionados para o Brasil. No dia 14/06/1947<sup>184</sup> informava que o navio de guerra americano “General S. Heintzelman” chegaria ao Brasil trazendo os deslocados e refugiados que seriam abrigados na Ilha das Flores e posteriormente seguiriam para São Paulo. No dia 16/06/1947<sup>185</sup>, data da chegada do navio, o jornal complementava algumas informações já trazidas em sua edição de dois dias atrás. Focava-se agora em observar a composição desta leva marcada então pela porcentagem de 40% de solteiros e 60% de famílias constituídas, percentual este dentro das normas imigratórias então em vigor.

Mas foi na edição de 17/06/1947<sup>186</sup> que o jornal se deteria mais sobre esta leva, agora em seu matutino. É significativo notar que, apesar de situacionista, houve uma mudança radical de postura do jornal em relação a esta leva de deslocados. O próprio título já é significativo nesse sentido, ao aferir que se tratava de “famintos e magros” adjetivos inferiorizantes do outro. Comparativamente a primeira leva, afirma que se tratavam de padrões inferiores, tanto na parte física, eram “menos robustos” além de mais “magros e esgotados”, quanto nas aptidões profissionais, afinal “após cuidadosa observação” verificou-se que estes possuem profissões que não são as do agricultor. As profissões seriam as praticadas nos meios urbanos como as de sapateiro, lustradores, eletricitas, torneiros, mecânicos e até alfaiates, afirmando alguns possuírem duas profissões e que, mais uma vez, na inadequação ao espaço urbano brasileiro, poderiam seguir para o campo sem maiores problemas.

---

<sup>184</sup> A Segunda Leva dos “Deslocados de Guerra” – chegarão depois de amanhã 900 imigrantes. *A Noite*. Edição 12591. Rio de Janeiro. 14/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 9

<sup>185</sup> Mais 900 Imigrantes Selecionados. *A Noite*. Edição 12592. Rio de Janeiro. 16/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>186</sup> Famintos e Magros – a segunda leva de imigrantes desembarcou ontem, nenhum agricultor, “deslocados de guerra” que procuram refazer a vida. *A Noite*. Edição 12593. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 17/06/1947 P. 1 e 3.

Figura 13 - Famílias de deslocados pertencentes à segunda leva



Nota: Famintos e Magros – a segunda leva de imigrantes desembarcou ontem, nenhum agricultor, “deslocados de guerra” que procuram refazer a vida.

Fonte: *A Noite*. Edição 12593. Rio de Janeiro. 17/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 3

É necessário observar, porém, a mudança no discurso do jornal com mais atenção. A grande crítica realizada nessa reportagem recai, como já notado, sobre as aptidões profissionais dos deslocados, por serem em sua maioria técnicos ou de profissões urbanas. Entretanto, é estranho notar que na primeira leva havia igualmente a presença de mecânicos, eletricitistas e técnicos, não havendo tamanho alarde por parte do periódico. Decerto, as informações sobre a primeira leva encaixam-se nas proporções de maioria de agricultores, porém, quando cotejados ao jornal *Diário Carioca*, como já realizado as informações tornam-se conflituosas, pois que este jornal identifica uma presença maior de técnicos entre aqueles que foram selecionados. Mais que isso, a crítica à condição de saúde parece estar mais voltada ao contexto europeu que então se vivia e a suposta falta de agricultores do que a verificação, de fato, através dos deslocados, ainda mais quando analisamos a foto que fora colocada para ilustrar a matéria, contrariando a afirmação simplista de “magros e famintos”<sup>187</sup>.

O jornalista Ney Machado<sup>188</sup>, repórter da *Revista da Semana*, visitara a Ilha das Flores para conferir *in loco* os *displaced persons* lá alojados. Ressalta primeiramente que o conjunto de acomodações ali construídos, se refere ao pavilhão de 1909 (Ala Norte), vem atendendo a demanda até o momento, porém, se processavam novas reformas e ampliações para melhorar a capacidade da Hospedaria. No momento, destaca ele, é possível acomodar 1000 pessoas, com as obras tais números aumentariam em 500. Além de ser dotada de um corpo de 85 funcionários, dentre médicos, enfermeiros, cozinheiros, jardineiros e serventes.

<sup>187</sup> Famintos e Magros – a segunda leva de imigrantes desembarcou ontem, nenhum agricultor, “deslocados de guerra” que procuram refazer a vida. *A Noite*. Edição 12593. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. 17/06/1947 P. 3

<sup>188</sup> MACHADO, Ney. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Edição 00025. Rio de Janeiro. 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

Em relação especificamente aos selecionados, e em contraste as afirmações do *A Noite*, destaca que a grande maioria são de famílias constituídas com dois, três ou mais filhos pequenos usando como efeito de comparação a primeira leva, onde haviam 300 crianças de um total de pouco mais de 800 pessoas. Os solteiros, por seu turno, afiguram-se como ótimos técnicos fabris, grandes especialistas em suas profissões. Assim, segundo Machado, a seleção desenvolvida na Europa além de respeitar os percentuais fixados atende a demanda profissional além do estado físico, analisado como excelente pelos médicos da Hospedaria. Encerra a reportagem afirmando que “a nossa impressão foi, de um modo geral, favorável, sob todos os aspectos, quanto aos nossos futuros compatriotas”<sup>189</sup>.

Devemos, porém, analisar com mais propriedade a revista. Segundo Tânia Regina de Luca, a *Revista da Semana*, criada em 1901 por Álvaro Teffé, é o marco fundador do surto das chamadas “revistas ilustradas” ou de variedades<sup>190</sup>. As revistas diferenciam-se por serem de leitura fácil e agradável, uma diagramação que reservava amplo espaço para as imagens e conteúdo diversificado, que poderiam incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos do Brasil e do mundo, dentre tantos temas. Certamente, a imigração fazia parte dessas preocupações trabalhadas nas revistas.

Figura 14 - Diagramação de revista de variedade



Fonte: MACHADO, Ney. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Edição 00025. Rio de Janeiro. 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

<sup>189</sup> MACHADO, Ney. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Edição 00025. Rio de Janeiro. 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.. P. 55

<sup>190</sup> DE LUCA, Tânia Regina. Historia dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2ª ed. São Paulo. Contexto, 2008. P. 121

Em setembro de 1947 o jornalista David Nasser, ao contrário da reportagem da *Revista da Semana* analisada acima, realizava intensa crítica à seleção levada a cabo nos campos europeus. Acusava o chefe da delegação, Artur Hehl Neiva, de ser tão somente um “planejador de escritório sem o menor senso de realidade”<sup>191</sup>, além de ter sido o responsável, anos antes, pela assinatura dos vistos dos alemães do torpedador “Graf Spee”. Acusava-o de ter desenvolvido seleções estranhas, de modo que entraram no país imigrantes não-desejados, como poetas, artistas de rádio, pintores e bailarinas.

A polêmica da política imigratória, que interferia na seleção dos DP’s, ressoava em toda a sociedade brasileira. O jornalista e líder político Carlos Lacerda em sua coluna “Na Tribuna da Imprensa” afirmava que a necessidade do Brasil receber imigrantes era evidente que “nem valeria a pena demonstrar” e tão pouco “o governo saberia o que era política imigratória”<sup>192</sup>. As críticas, como destaca Campos<sup>193</sup>, tinham um forte peso pela posição política que Lacerda ocupava, como também pela oposição por ele sempre marcada às políticas do grupo varguista. As críticas de Lacerda chegavam ao extremo de afirmar que, dado ao racismo presente no Itamaraty em relação aos parâmetros de seleção e em vista da excelente oportunidade de atrair trabalhadores das mais diversas categorias profissionais, tais parâmetros serviriam tão somente aos interesses e objetivos da Rússia.

Certamente, tal colocação de Lacerda vai ao encontro da posição contrária da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a respeito dos programas de reassentamento levados a cabo pelas agências da Organização das Nações Unidas (ONU), como apontado no primeiro capítulo. Buscando uma saída a essa suposta “conciliação aos interesses russos”, o jornalista propugnava ao Conselho de Imigração e Colonização (CIC) que deixassem de brincar de racismo e receber os imigrantes qualificados. Em sua filosofia liberal, entendia que “a imigração por si mesma” já seria um processo de seleção<sup>194</sup>.

É importante destacarmos que o momento em que Lacerda escreve a coluna toda a imprensa está debatendo as acusações que incidiam sobre Hehl Neiva, naquele momento destituído de seu cargo de chefe de seleção, pela realização de má seleção. Inclusive, o A

---

<sup>191</sup> NASSER, David. Para Dutra ler na cama – Imigrantes Grã-Finos. *O Cruzeiro*. Edição. 0047. Rio de Janeiro. 13/09/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 55

<sup>192</sup> LACERDA, Carlos. Na Tribuna da Imprensa. *Correio da Manhã*. Edição. Rio de Janeiro. 07/11/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

<sup>193</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 356

<sup>194</sup> LACERDA, Carlos. Na Tribuna da Imprensa. *Correio da Manhã*. Edição. 16262. Rio de Janeiro. 07/11/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

*Noite*, de 11 de novembro, repercutia tal polêmica informando aos seus leitores que as acusações que a ele eram direcionadas seriam de 3 tipos:

- (1) “os elementos selecionados” não estavam em condições de saúde satisfatórias;
- (2) A seleção profissional deixava muito a desejar, sendo selecionados tenores, bailarinas, pianistas e etc;
- (3) não haviam sido cumpridas as instruções recebidas por Neiva no sentido de enviar 70% de agricultores e 30% de operários especializados ou técnicos<sup>195</sup>.

Por seu turno, Hehl Neiva acusava um pequeno grupo de conselheiros do CIC de estarem omitindo conscientemente dados à presidência da República, com o intuito de minar o trabalho que ora se desenvolvia. Para tanto, argumenta que dos 1732 imigrantes desembarcados das duas primeiras levadas somente 33 apresentavam condições de saúde insatisfatória, perfazendo então somente 2% de todas as levadas. Em relação à crítica profissional, ironizava Neiva, apontando que dos casos apontados tratavam-se de profissionais qualificados em outras áreas, e que alguns já se encontravam trabalhando no Paraná. O exemplo por ele mobilizado foi que “o pianista é agricultor, que tem estudos de agronomia e que trabalha na agricultura no estado do Paraná; saber tocar piano também não me consta que seja crime”<sup>196</sup>.

Indo além, Hehl Neiva acusava o funcionário do Itamaraty e então presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC) Jorge Latour de sistematicamente ignorar os relatórios que eram enviados da Europa, além de deliberadamente deixar a Comissão desprovida de recursos durante cinco meses, sendo isto “uma demonstração sem paralelo nos anais do Serviço Público brasileiro”<sup>197</sup>.

E a saída de Neiva repercutiu não apenas dentro do governo ou nos jornais que se filiavam à situação. A escritora Rachel de Queiroz em longa coluna intitulada “Indesejáveis”<sup>198</sup> no Diário de Notícias tecia duras críticas aos companheiros de imprensa que estavam realizando tão duras críticas aos DP’s chegados ao Brasil e à Comissão de Seleção na Europa. A escritora afirma que seus colegas de escrita estavam fazendo “muita onda” em relação à profissão dos DP’s não ser agricultor. Indo além, responde a estes que acusavam de

<sup>195</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 361/362

<sup>196</sup> Defende-se o Ex-Chefe da Comissão de Seleção na Europa. *A Noite*. Edição 12719. Rio de Janeiro. 11/11/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 9.

<sup>197</sup> Idem.

<sup>198</sup> QUEIROZ, Rachel. Indesejáveis. “Suplemento Letras, Artes e Ideias Gerais”. *Diário de Notícias*. Edição 07635. Rio de Janeiro. 14/09/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P.1 e 2.



má seleção pela chegada de uma escritora, que mal havia uma escritora ser selecionada pela Comissão e tachada de indesejável pelos meios de imprensa, uma pessoa de letras que, justamente no movimento de combate ao analfabetismo tão propagado pelo governo, poderia fazer diferença nesse combate<sup>199</sup>.

Destaca ainda a escritora, fato este que merece atenção, que tais pessoas selecionadas poderiam exercer diferentes profissões, sendo a de escritor uma delas. Assim escreve Rachel de Queiroz,

E depois amigos – e aí é que bate o ponto – quem foi que vos disse que uma pessoa por ser escritor não possa necessariamente ser também agricultor? Pois, ao contrário, os nobres labores do campo e das letras sempre se deram muito bem. Desde Virgílio, é a vida bucólica por letrados cantada e praticada. Voltaire plantava e colhia...<sup>200</sup>

A seguir, traçava um perfil daqueles que estavam sofrendo tamanhas críticas. Elencando três profissionais, destaca um eletricitista, um técnico em instalações hospitalares e um mecânico de tratores. Com assertividade, destacava que tais perfis eram fundamentais para a Nação, tendo em vista que um eletricitista viria a contribuir para o alargamento dos serviços de eletrificação pelo país; o técnico em instalações hospitalares, poderia contribuir na aparelhagem dos hospitais nacionais e qual seria o país que elegeria como “indesejável” uma pessoa com tal formação, quando na própria capital o tifo, a tuberculose e a malária eram endêmicos; por fim, e utilizando-se de ironia, a autora questiona os detratores se eles compreendiam o que faz um mecânico de tratores, afinal, este se liga ao desenvolvimento tecnológico nos campos. Tais apontamentos levam a escritora a colocar-se ao lado das seleções levadas a cabo no continente europeu<sup>201</sup>.

Em dezembro, o jornalista Carlos Lacerda criticava a saída de Hehl Neiva destacando que naquele momento o Brasil perderia a cooperação de um “especialista e raro conhecedor do assunto”. E utilizando-se das respostas dadas por Neiva ao diário *A Noite*, como visto acima, realiza mais críticas ao CIC, afinal o jornalista já as realizava há muito em relação a política imigratória do país. Afirmava ao final que o texto de Hehl Neiva representava e documentava uma atitude de sabotagem à vinda de imigrantes dirigidos, precisamente pelo órgão que deveria, em contrário, fomentar a chegada desses<sup>202</sup>.

<sup>199</sup> QUEIROZ, Rachel. Indesejáveis. “Suplemento Letras, Artes e Ideias Gerais”. *Diário de Notícias*. Edição 07635. Rio de Janeiro. 14/09/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>200</sup> Idem. P. 1

<sup>201</sup> QUEIROZ, Rachel. Indesejáveis. “Suplemento Letras, Artes e Ideias Gerais”. *Diário de Notícias*. Edição 07635. Rio de Janeiro. 14/09/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>202</sup> LACERDA, Carlos. Na Tribuna da Imprensa. *Correio da Manhã*. Edição 16292. Rio de Janeiro. 10/12/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional

Em 1948 seguia intensa a cobertura da imprensa sobre os deslocados e refugiados, seja analisando as levas que ora chegavam no porto do Rio de Janeiro, seja realizando denúncias de inadaptação destes a realidade brasileira. Significativo desse último caso foi a matéria publicada pelo *Correio da Manhã*<sup>203</sup>. Em março daquele ano denunciava que boa parte dos imigrantes ingressados no Brasil, e que passaram pela Ilha das Flores, com o compromisso de fixarem-se na lavoura estavam “abandonando os campos e invadindo as cidades”, ocupando funções no comércio e indústria. A esta crítica o jornal constrói a imagem do imigrante dirigido como um hóspede que passa dias na hospedaria, o caracterizando mais como um turista do que homens e mulheres que iriam contribuir ao Brasil, fosse na lavoura ou na cidade, pois que, “o reinício [da imigração] foi assinalado de forma pitoresca, com a importação de cavalheiros louros, de olhos azuis, máquinas fotográficas a tira colo e polainas”<sup>204</sup>.

O *Correio da Manhã*, devemos destacar, era caracterizado como um dos mais respeitáveis periódicos da imprensa diária de grande tiragem, afinal, atingiu a tiragem de 200 mil exemplares em seu momento áureo. Criado em princípios do século XX, o periódico viria cerrar fileiras junto a Aliança Liberal, quando da sucessão de Washington Luís na presidência, tanto que na noite em que este fora deposto estava escrito em sua capa “Triunfou a Revolução”<sup>205</sup>. Todavia, adotando linha constitucionalista, o jornal começou *pari passu* a colocar-se contrário ao governo de Getúlio, chegando a muitos momentos a suspender sua circulação, atingindo seu ápice em 1937.

Com a instalação do Estado Novo, o periódico passaria por constantes censuras, tendo inclusive um censor oficial em sua redação<sup>206</sup>. Nesse quadro, o *Correio da Manhã* se posicionaria pelo fim do Estado Novo e, coerentemente em sua marca política opositora, apoiaria Eduardo Gomes, candidato da UDN. Com a vitória de Dutra à sucessão, manteve-se fazendo oposição ao governo, sobretudo se analisarmos os artigos escritos por Carlos Lacerda em suas páginas.

Após essa breve contextualização sobre o *Correio da Manhã*, que nos auxilia a compreender suas críticas e apontamentos ao cenário político, analisaremos a reportagem feita pelo diário em 25/03/1948<sup>207</sup>. Interessante observar que o diário afirma que ao procurar os

---

<sup>203</sup> Salte e outros... pulos. *Correio da Manhã*. Edição 16366. Rio de Janeiro. 12/03/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 3

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> BRASIL, Bruno. *Correio da Manhã*.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> 298 Refugiados de Guerra para o Brasil. *Correio da Manhã*. Edição 16876. Rio de Janeiro. 25/03/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

refugiados para entrevistar-lhes estes se mostraram arredios, supostamente alegando que não poderiam falar junto à imprensa, pois havia deixado parentes na parte europeia ocupada pelos russos. Tal sentença nos remete a mais uma característica forte do *Correio da Manhã*, e de tantos outros jornais dessa época, o anticomunismo. Decerto, tais colocações consolidava, sobremaneira, a posição do Brasil de aliado aos Estados Unidos, além de utilizar os próprios refugiados e deslocados enquanto “propaganda viva” contra o comunismo, pois estes encontrariam a liberdade e a oportunidade de reconstruir suas vidas no Brasil.

Em maio, porém, o *Diário da Noite* realizou uma série de reportagens interessante sobre a leva de 850 refugiados que aportavam no Rio de Janeiro naquele mês. Iniciamos em 10 de maio em sua edição final que noticiava que a maioria dos deslocados de guerra era de origem austríaca e estavam localizados nas zonas americana e britânica na Alemanha, e pertenciam a várias categorias sociais. Ao desembarcarem passariam a Hospedaria que, para o jornal tinha por objetivo, realizar um estágio com estes, visando o necessário teste de saúde, as aptidões profissionais e conhecimentos<sup>208</sup>.

No dia 12 de maio o diário continuava acompanhando os refugiados desta leva. Agora, através da reportagem de Eva Ban, o quadro criado no periódico é da Europa exaurida e destruída e, mais que isso, “mostrar a realidade sobre a URSS”, trazendo mais uma vez o anticomunismo ao centro de discussão<sup>209</sup>. A reportagem ocupa duas páginas, sendo uma delas a capa, com posição de destaque nessa. A maioria das pessoas que compunham esta leva eram, de acordo com a repórter, técnicos e agricultores<sup>210</sup>.

Continuando na mesma reportagem, investia-se igualmente ao cenário de total destruição que se encontrava a Europa naquele momento, e como estratégia de abordagem utilizavam-se das crianças presentes na leva para traçar esse panorama. Em um tom quase romanesco, e projetando o que pensava a imprensa sobre o futuro destes, escreve Eva Ban,

Anete de tranças loiras, húngara, com uma laranja agarrada ao peito, sem querer larga-la. André, 2 anos, magro, moreno, que estende os bracinhos para o mar e diz que quer um pedaço dele para comer, é tão verde, tão gostoso. Klara, com a boca cheia de arroz e feijão preto, coisa que nunca tinha visto na vidinha dela. Ana Maria que ainda tem medo do escuro e todos eles, todos, que viveram e passaram fome na Europa devastada. [...] cultivarão a terra, seus netos cantarão sambas do morro e haverá somente uma vaga lembrança de infelicidade ligada com a ideia do velho continente<sup>211</sup>.

<sup>208</sup> 850 deslocados de guerra estão desembarcando na Ilha das Flores. *Diário da Noite*. Edição 04594. Rio de Janeiro. 10/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 8

<sup>209</sup> BAN, Eva. Veio ao Brasil Mostrar a Realidade sobre a URSS. *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 2

<sup>210</sup> Idem. P. 2

<sup>211</sup> Idem. P. 2

Todavia, ainda que possua traços romantizados, e um teor nacionalista ao final de sua escrita, o artigo de Ban traz elementos interessantes para se pensar a recepção destes na Hospedaria da Ilha das Flores. O principal elemento ali observado foi a comida que, não temos dúvida disso, marcou uma das etapas de adaptação a nova realidade bem como as lembranças da própria passagem pela Hospedaria. Tais questões serão abordadas com maior ênfase à frente quando tratarmos sobre a memória dos refugiados e deslocados de guerra.

Na edição final do jornal<sup>212</sup>, pertencente ao grupo “Diários Associados”, reafirmavam sua posição antissoviética e utilizavam, mais uma vez, os refugiados como propaganda viva contra o comunismo. Para tanto, lançavam mão de uma fala de um refugiado russo e, para ilustrar, colocaram mapas da Rússia onde teriam campos de trabalho forçado. Reforçava-se assim, a ideia de busca pela liberdade e democracia, fato este das tomadas de decisão de emigrarem para o Brasil.

Figura 15 - Edição matutina do Diário da Noite



Nota Tendo como principal destaque na capa os refugiados. BAN, Eva. Veio ao Brasil Mostrar a Realidade sobre a URSS.

Fonte: *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

<sup>212</sup> Eu Acuso a URSS. *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. P. 1 e 6

Figura 16 - Edição vespertina do Diário da Noite



Nota: Reforçando em sua capa o teor antissoviético sobre a temática dos refugiados e deslocados de guerra. Eu Acuso a URSS.

Fonte: *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.

A Revista *O Cruzeiro*, em junho de 1948, através do repórter David Nasser realizou uma longa matéria de cinco páginas sobre os *displaced persons* que se encontravam alojados na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. A primeira percepção adotada pelo repórter era a desconfiança que estes tinham com o tratamento “excessivamente liberal” oferecido pelas autoridades brasileiras<sup>213</sup>. Certamente, tal percepção do jornalista estava ligada as experiências que estas pessoas tiveram durante a guerra, afinal eram homens, mulheres e crianças, das mais diferentes nacionalidades, que se viram mutiladas na ocupação nazista e igualmente fugiam da ocupação soviética. Na visão do repórter constituíam-se em famílias que haviam sofrido tanto que não mais causavam piedade<sup>214</sup>.

Ressaltava o jornalista que a Hospedaria cumpria a função de, além de recepcionar e adaptar os DP's à nova realidade, funcionava também como espaço de reanálise e readaptação das profissões, tendo em vista que muitos além de serem agricultores possuíam também uma segunda profissão qualificada, podendo ser mecânicos, eletricitas, rádio técnicos ou

<sup>213</sup> NASSER, David. Drama dos Sem-Pátria. *O Cruzeiro*. Edição 0034. Rio de Janeiro. 12/06/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 9

<sup>214</sup> Idem. P. 9

serralheiros. É curioso observar que este mesmo argumento fora utilizado por Hehl Neiva quando as acusações de má seleção a ele eram imputadas, inclusive pelo próprio Nasser, em matéria já analisada. Desta vez, entretanto, era mobilizado para justificar a função desempenhada pela Hospedaria. Inclusive, acreditamos que para sedimentar sua análise, Nasser escreve um relato de um dos DP, um tanto quanto fantasioso em alguns trechos. Por entendermos sua importância, transcrevemos este abaixo. Assim se lê,

Quando tivemos conhecimento – revela-nos um DP – da presença de uma delegação brasileira para selecionar imigrantes na Europa e com ela estabelecemos os primeiros contatos pareceu-nos um sonho. Nossa ansiedade teria fim. Emigraríamos para um lugar onde pudéssemos viver sem temor e realizar os nossos desejos de uma existência calma e decente. Foi mera ilusão. Nossas angústias continuaram ou redobram, pois verificamos que não bastava desejar seguir para o Brasil. Devíamos preencher numerosas e severas exigências<sup>215</sup>. Os exames de saúde ultrapassavam os limites de qualquer outra comissão selecionadora. Os exames de capacidade técnica impunham demasiados conhecimentos profissionais, o que nem sempre era fácil. Imaginávamos que, desde que se tratasse de famílias saudáveis e ansiosas pelo trabalho agrícola ou qualquer outro, não haveria motivo para a recusa quase sistemática da comissão brasileira. A realidade era outra. Não constituíamos, igualmente, em todos os casos, grupos de famílias. Saídos muitas vezes, às pressas, de nossos lares debaixo de bombardeio aéreo e de artilharia, entre destroços e ruínas, quase sempre não nos era possível reunir todos os membros da família quanto mais os documentos de habilitação profissional. A dispersão muitas e muitas vezes, parecia definitiva. Quanto ao estado de saúde, podia não ser bom ou excepcional, no momento. Convenhamos: seria razoável cogitar da saúde, se o mínimo de condição de vida não nos era assegurado? A comissão fechava ouvidos a esses argumentos e tornava o exame médico dia a dia mais rigoroso e intransponível. Todos os órgãos eram cuidadosamente observados. Aparelho circulatório, respiratório, pressão sanguínea, visão, audição, controle do estado mental, exame de urina, reações de sangue, vacina contra varíola, tifo, paratifo, febre tifoide e difteria. Exames assim jamais foram exigidos em qualquer época, na seleção de imigrantes. Daí, após algumas semanas, das dezenas de milhares de candidatos a povoarem as terras férteis e sonhadas do Brasil, restavam apenas algumas centenas. Exigiam-nos, ainda, radiografias de pulmão e coração. Todos nós éramos obrigados a submeter a tais exames, desde crianças de meses até os velhos avós. Quantas e quantas vezes um ancião era cortado na tarefa de seleção e uma família inteira desistia da viagem por que nada deste mundo a faria desistir de um pedaço sagrado da família representado por aquele velho. Somos apenas as folhas – dizíamos. Íamos com a oração nos lábios para aquele exame de terror. Bastaria que uma pessoa não estivesse em perfeita saúde para que toda família considerasse desfeita a possibilidade de emigrar. E então a vida já lhe seria outra. Um sonho a menos, uma esperança, sombrias perspectivas.

(parágrafo) Se vencêssemos, entretanto, a barreira da comissão brasileira, não significava a plenitude do sonho que era a vossa América. As autoridades militares deveriam estudar minuciosamente, através dos registros do Serviço Secreto e da polícia política, o assentimento para a entrada no Brasil de cada pessoa. Se em seu passado contatasse ter pertencido à organização nazista ou pertencido à extrema-esquerda, bastava para que o candidato fosse sumariamente cortado<sup>216</sup>.

<sup>215</sup> Com certeza, esse imigrante não se referia à complacente ação selecionadora do Dr. Artur Hehl Neiva, que nos mandou, naquela primeira leva, a fina flor da ociosidade europeia e agora realiza conferências para justificar-se, inutilmente. (nota de esclarecimento presente no próprio artigo).

<sup>216</sup> NASSER, David. Drama dos Sem-Pátria. *O Cruzeiro*. Edição 0034. Rio de Janeiro. 12/06/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 10, 11, 12, 13 e 14.

Tal relato é representativo por uma série de questões. A principal delas é o alcance que tais ponderações tinham em esfera nacional pela grande circulação do *Cruzeiro* e a imagem positiva que, neste momento, buscava se criar em relação aos *displaced persons*, tendo como ponta de lança suas aptidões profissionais e sua saúde, diferentemente das levas que haviam sido selecionadas sob a chefia de Hehl Neiva, ainda que utilizassem do mesmo argumento. Nesse sentido, a revista monta um quadro de severa e profissional seleção dos DP's, destacando assim que chegavam ao Brasil pessoas aptas, tanto do ponto de vista profissional quanto de saúde, afinal eram submetidos a “rigorosíssimos” exames. Em outras palavras, tentavam criar condições de maior aceitação da chegada destes ao Brasil, ponto nunca unânime.

Representativo desta recusa que muitas vezes se fazia presente no país é a sessão “Com a palavra nossos leitores”, da revista *Careta*<sup>217</sup>. Nesta, um autor anônimo criticava que no Brasil existiam várias escolas técnicas, de onde saíam diversos diplomados em várias especialidades, mas quando no mercado de trabalho não conseguiam uma colocação profissional. Criticava esse leitor tanto a manutenção destas escolas por parte do governo quanto à inexistência de órgão específico para a colocação destes nos setores que se qualificam, diferentemente dos auxílios destinados aos “imigrantes que se encontravam na Ilha das Flores”. Toda essa crítica recaía após a leitura de uma das chamadas veiculadas nos jornais à classe patronal, como se tudo a eles fosse destinado, enquanto os nacionais não recebiam a atenção devida. Assim, terminava a carta: “Diante disso, só me resta a esperança de que venha o Brasil a ser administrado por algum brasileiro capaz e patriota, que faça algum dia algo em benefício dos ‘técnicos da casa’”<sup>218</sup>.

A questão do anticomunismo esteve sempre presente nas reportagens dos periódicos. O oposicionista *Correio da Manhã* chamava atenção, em outubro de 1948<sup>219</sup>, da presença de um espião russo da NKVD a bordo do navio General Black que trazia nova leva de refugiados para o Brasil. O espião supostamente fora identificado por um dos refugiados que o conhecera nos *displaced camps* em Salzburg, na Áustria. O jornal alertava, enfatizando a fala deste refugiado, de que ações de espionagem eram empreendidas pela Rússia para além de seus domínios, alertando que em próximas levas poderiam haver a presença de novos espiões russos. Ao chegar ao Brasil, tal espião fora preso pela polícia marítima.

---

<sup>217</sup> Sessão: Com a palavra nossos leitores. *Careta*. Edição 2126. Rio de Janeiro. 26/03/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 34.

<sup>218</sup> *Ibidem*.

<sup>219</sup> O Espião Russo vinha entre os Deslocados. *Correio da Manhã*. Edição 17037. Rio de Janeiro. 01/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

A composição desta leva estava marcada pela presença de técnicos. De todos eles o periódico faz um balanço, identificando dos 766 refugiados, 513 adultos, 253 crianças, 140 famílias, 75 casais sem filhos, 59 rapazes, 8 moças, 157 crianças de 6 meses a 10 anos e 92 de 12 a 18 anos. Tais perfis estavam de acordo com a política brasileira de aceitar, no momento da seleção, famílias numerosas, além da manifesta referência por estas a casais sem filhos ou mesmo solteiros<sup>220</sup>.

Na edição de outubro, o *Correio da Manhã*<sup>221</sup> sinalizava que o continente americano se vislumbra enquanto o destino que marcaria o recomeço da vida daqueles que sofreram os infortúnios da guerra em território europeu. Além de marcas visíveis na sociedade, a guerra acarretava também,

o desenraizamento do homem, o despedaçamento do seu cotidiano – o lar, os amigos, a namorada, a confiança, a esperança – encerra um dos mais dolorosos dramas que hoje acompanha os conflitos internacionais. O europeu é atualmente, por tudo isso, o homem que perdeu o apoio na terra, o homem sem amigos, o homem sem ambiente, mergulhado no caos, envolto no sombrio e pesado clima da desolação<sup>222</sup>.

Em vista de todas essas circunstâncias apresentadas, o Brasil enquanto membro da ONU aparece no periódico como um dos “destinos naturais” desses contingentes. A Hospedaria da Ilha das Flores, por conseguinte, é retratada como um momento de parênteses entre as realidades – de destruição do velho mundo e de adaptação à nova terra –, um ponto de calma dentro da turbulenta transição. Ali ficam, a contento, descansando, repousando, ou até mesmo, se assim desejarem, cooperando com a administração. Ao conversarem com um refugiado húngaro, o engenheiro Alexandre Loczv, trazia uma imagem viva dos sofrimentos e apreensões da nova vida, pois, até aquele momento, o Brasil era tão somente uma Ilha.

Ainda que essa edição do *Correio da Manhã* traga questões importantes sobre os refugiados e a própria Hospedaria, ao abordar um dos refugiados de origem russa, os argumentos que antes se ligavam à destruição da Europa, voltavam-se agora para a falta de liberdade da Rússia, inclusive a de ir e vir, em fragoroso contraste com as Américas. Utilizavam-se também de um diálogo pouco provável se termos em conta que o refugiado não falava nem o português nem o inglês, mas insistia a reportagem que haviam compreendido um

---

<sup>220</sup> O Espião Russo vinha entre os Deslocados. *Correio da Manhã*. Edição 17037. Rio de Janeiro. 01/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>221</sup> América – Derradeira Esperança para os Refugiados. *Correio da Manhã*. Edição 17063. 31/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>222</sup> Idem. P. 1



ao outro através de palavras inteligíveis. Afinal “os homens se podem entender, acima de quaisquer diferenças de raça, língua, religião, cor ou credo”<sup>223</sup>.

“O último conflito mundial”, destacava o *Diário da Noite*, “representou uma excelente oportunidade para o aproveitamento de cerca de um milhão de deslocados de guerra na Europa”, principalmente o aproveitamento pelos países sul-americanos, pois que esses estavam “necessitados de trabalhadores especializados”<sup>224</sup>. Em verdade, destacava também que o serviço de seleção e recepção estava grandemente atrasado, além que de, quase um ano após a saída de Hehl Neiva, indicava que os problemas na seleção persistiam, pois haviam selecionados “poetas, pintores e cantores em vez de trabalhadores técnicos para o país”<sup>225</sup>.

No referente à estrutura de recepção, a reportagem apontava que o centro de recepção existente na Ilha das Flores estava “muito bem aparelhado”, não lhes faltando “alimentação sadia e abundante, cigarros e liberdade de movimento dentro da Ilha”. E lembrando um pouco o artigo de Lacerda, destacavam que os DP’s tomavam “banho de mar a qualquer hora, se distraiam pescando ou palestrando sob frondosas árvores”. Não obstante, certo é que após os conflitos no continente europeu, e os problemas por ele gerado no imediato fim, encontrar um centro de acolhimento desse tipo era como “estar no paraíso”<sup>226</sup>.

Já em dezembro do mesmo ano, o diário destacava a chegada de mais uma leva de 827 DP’s através do navio General Black. Estes eram majoritariamente técnicos, tendo pedreiros, mecânicos, carpinteiros, marceneiros, engenheiros de minas, eletricitas e químicos; e tendo somente 152 agricultores. O então diretor do Departamento Nacional de Imigração (DNI) Carlos Viriato Saboya, salientava que todos os chegados seriam encaminhados à Ilha das Flores onde, além de serem acolhidos, seriam “reclassificados de acordo com suas profissões”<sup>227</sup>. Essa fala do ministro Saboya vai ao encontro da defesa desenvolvida por Hehl Neiva um ano antes, quando fora destituído de seu cargo. Afinal, e como apontado por Neiva<sup>228</sup>, dadas as condições adversas que a guerra infligia aos indivíduos, estes se reinventavam e buscavam novas maneiras de se sustentar dentro do quadro de destruição, ou mesmo eram levados de roldão a exercerem novas profissões, o que significa que ao chegar

<sup>223</sup> América – Derradeira Esperança para os Refugiados. *Correio da Manhã*. Edição 17063. 31/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>224</sup> Dos Campos da Ucrânia. *Diário da Noite*. Edição 04803. Rio de Janeiro. 12/11/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 6

<sup>225</sup> Idem. P. 6

<sup>226</sup> Idem. P. 6

<sup>227</sup> No Porto o “General Black”, repleto de deslocados de guerra. *Diário da Noite*. Edição 04832. Rio de Janeiro. 16/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 9

<sup>228</sup> NEIVA, Arthur Hehl. Deslocados. A verdade sobre sua seleção. Rio de Janeiro. Ed. A Noite, 1949.

ao Brasil apresentavam conhecimento para desempenhar mais de uma profissão. E a reclassificação, como destacada por Saboya, era salutar na Hospedaria.

Devemos estar atentos que todo esse período no qual estamos analisamos é fortemente marcado por três características nas páginas dos jornais, sendo estas, o anticomunismo, o eurocentrismo e o nacionalismo seletivo, estando este último, segundo Campos, “disposto a abrir mão do radicalismo patriótico sempre que os ventos políticos assim desejarem”<sup>229</sup>.

Em dezembro deste mesmo ano o governista *A Noite*<sup>230</sup> e *O Globo*<sup>231</sup> cobririam a chegada de mais uma leva de deslocados. Em verdade, o governo brasileiro em muitas ocasiões deu visibilidade à questão da recepção dos refugiados com reportagens e matérias em revistas e jornais. Como salienta Paiva, “observam-se artigos que versavam sobre as vantagens de se empregar DP’s especializados”<sup>232</sup>, quer dizer, a tônica era evidenciar as contribuições que os refugiados e deslocados especializados poderiam oferecer ao desenvolvimento nacional.

Em tais reportagens, era ressaltado que, no navio, além dos deslocados de guerra, estava o médico Afonso Gonzaga, um dos responsáveis pelo processo de seleção brasileira na Europa. Destaca *O Globo* que este foi de opinião que a escolha dos deslocados fora acertada e são os melhores imigrantes que o Brasil poderia desejar<sup>233</sup>. Trazidos pelo vapor General Black, eram mais de 800 deslocados que se destacavam pela formação técnica especializada, sendo as principais dentre eles: engenheiros eletricitas, químicos industriais, mecânicos e técnicos agrícolas. Tais informações seriam obtidas, de acordo com a reportagem, através da análise dos cartões individuais que os deslocados portavam. Destacamos que tal documento seria a “Ficha Consular de Qualificação”, importante mecanismo de identificação dos deslocados e refugiados. O documento era gerado pelos consulados na Europa, constando nele o nome, profissão, nacionalidade, estado civil, dentre outras informações relevantes aos olhos do governo brasileiro. Destacamos ainda que tal documento deveria ser entregue as autoridades dos portos que fizessem a visita ao navio assim que este atracasse no porto de chegada.

<sup>229</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 378

<sup>230</sup> Novos Deslocados de Guerra chegam ao Brasil. *A Noite*. Edição 13056. Rio de Janeiro. 16/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>231</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro. 20/12/1948. P. 7

<sup>232</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: A Influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. 2008. P. 5

<sup>233</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro. 20/12/1948. P. 7

Figura 17 - Modelo de ficha consular de qualificação

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL  
**Ficha Consular de Qualificação**

1567  
110169

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso ..... Alexander MULLER

Admitido em território nacional em caráter permanente especial nos termos do art. 10 do Decreto nº 7.967, de 1945.

Lugar e data de nascimento ..... Rússia ..... 8 / ..... 9 / ..... 1900

Nacionalidade ..... Apatrida ..... Estado civil ..... cas.

Filiação (nome do Pai e da Mãe) ..... Rudolf e Jekaterina

Profissão ..... Mestre eletricitista

Residência no país de origem ou procedência ..... Zona Americana Alemanha

NOME ..... IDADE ..... SEXO

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Título de viagem Nº 76-18 expedido pelas autoridades de Zona Americana Alemanha na data 16/6/1949 visado sob n. 4302, grátis de acôrdo com o art. 12, § 3º do Dec. No 7967.

ASSINATURA DO PORTADOR:  
*Alexander Muller*

NOTA-Esta ficha deve ser preenchida à máquina pela autoridade consular, sendo as duas vias em original



SÊLO CONS

Comissão de Seleção de Deslocados na Europa  
em ..... Napolé .....  
12 de ..... julho ..... de 1949  
O CONSUL *OFB*

Nota: Ficha Consular de Alexander Muller, 1949. Fundo: Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.  
Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Atentemos para o trecho “grátis de acôrdo com o art. 12 §3 do Dec. Nº 7.967” presente na ficha acima. O Decreto-Lei entrava em vigor a partir de 18 de setembro de 1945, e representaria um novo momento na política imigratória nacional. Todavia, na prática não se afigurou mudanças substanciais, fosse a partir da promulgação do Decreto-Lei ou mesmo com a mudança presidencial. De fato, parte significativa dessas permanências se devem a manutenção da estrutura e dos altos funcionários, de segundo e terceiro escalão, da política imigratória nacional, depositários de um discurso restritivo.

A entrada dos deslocados e refugiados em território nacional era regida a partir dos artigos 9, 10, 11 e 12 do Decreto-Lei supracitado. Começamos nossa análise pelos artigos destinados à concessão de visto permanente, ou seja, o necessário para que o estrangeiro permanecesse em definitivo em território nacional: o nono artigo do capítulo 1 previa que tal visto seria concedido ao estrangeiro que estivesse em condições de permanecer definitivamente no Brasil e nele pretendesse se fixar, porém, destacava o artigo 11 que tal visto não poderia ser concedido ao estrangeiro que,

- I. menor de 14 anos de idade, salvo se viajar em companhia de seus pais, ou responsáveis, ou vier para a sua companhia;
- II. indigente ou vagabundo;

- III. que não satisfaça as exigências de saúde prefixadas;
- IV. nocivo à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- V. anteriormente expulsos do país, salvo se a expulsão tiver sido revogada;
- VI. condenado em outro país por crime de natureza que, segundo a lei brasileira, permita sua extradição<sup>234</sup>.

Parte-se, logicamente, do pressuposto de que os DP's selecionados atendiam as demandas que ora se faziam presentes na Lei. Perceberemos, porém, que críticas à mesma se verificaram durante todo o período analisado, sobretudo em relação ao inciso III da lei, relacionado à saúde dos deslocados e refugiados.

Entendemos, porém, que ainda tais pontos fossem fundamentais para a chegada da imigração dirigida dos DP's, os artigos que mais diretamente relacionavam-se com eles era o 10 e 12. Entendemos isso, pois no 10º artigo estipulavam-se os parâmetros de concessão do visto permanente especial que além de estar de acordo com o previsto no 9º, previa que a concessão deste estava sujeita à prévia seleção e classificação por autoridade competente<sup>235</sup>. Além deste, e como consta no Cartão de Qualificação acima disposto, o artigo 12, a partir do parágrafo 3, estipula que será gratuita a concessão do visto permanente especial, com a apresentação do passaporte (ou documento que o valha) e prova de saúde<sup>236</sup>.

Em relação ao desembarque dos estrangeiros, no capítulo 3, os artigos 23 e 25 destacam que a entrada será realizada somente pelos portos onde houver a fiscalização necessária, como no porto do Rio de Janeiro, e que para os fins de fiscalização, todo estrangeiro obrigatoriamente deveria apresentar o passaporte e a ficha consular de qualificação<sup>237</sup>. Esta última, seguindo o artigo 80, era obrigatória e individual para todos os estrangeiros, com exceção dos turistas em listas coletivas, dos portadores de títulos permanentes e dos menores de idade<sup>238</sup>.

Em verdade, a questão dos refugiados e deslocados era tratada a partir da circunstancial aliança entre humanitarismo e interesse nacional, pois sabemos que não era qualquer pessoa presente nos *displaced camps* que interessava ao Brasil. De fato, como aponta Bravo<sup>239</sup>, os estrangeiros que interessavam eram aqueles que poderiam trazer uma contribuição para o nascente parque industrial brasileiro e para a colonização das grandes

<sup>234</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945.

<sup>235</sup> Idem. P. 2

<sup>236</sup> Idem. P. 2

<sup>237</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945. P. 4

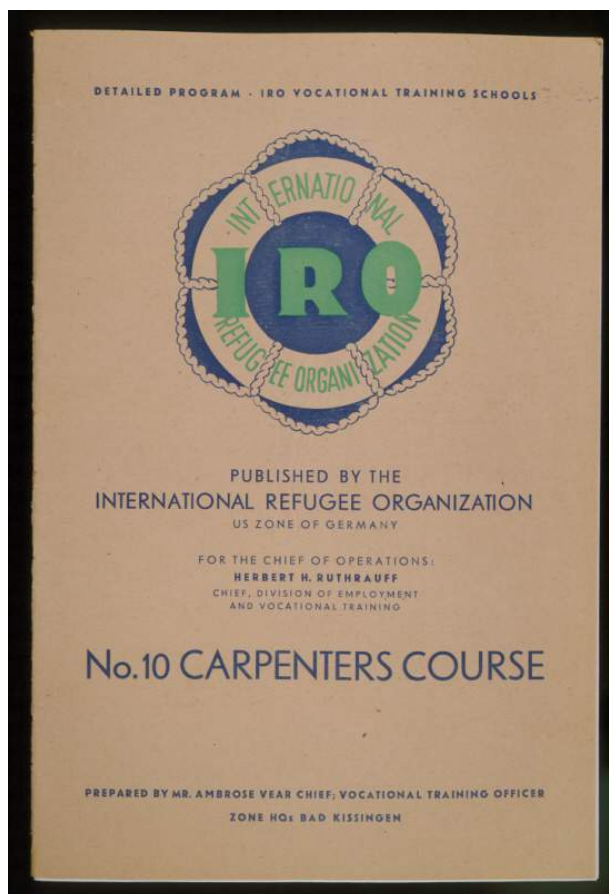
<sup>238</sup> Idem. P. 11

<sup>239</sup> BRAVO, André Luiz Zuzarte. O Milhão Restante, o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) para obtenção do grau de mestre. FGV/CPDOC, Rio de Janeiro, 2013.

áreas ainda despovoadas e carentes de braços. Não à toa, Hehl Neiva havia preparado uma lista, após análises in loco dos DP's mais aptos a imigrarem para o país, levando em conta três fatores estruturantes: a questão profissional, o poder de assimilação e o caráter ideológico, notadamente anticomunista, e previsto no inciso 4 do artigo 11 do decreto-Lei, como visto acima. Os selecionados deveriam ser dirigidos para o atendimento dos interesses econômicos, mas também raciais da Nação. Pois como destaca o artigo 2, “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia”<sup>240</sup>.

No que tange ao caráter profissional, é interessante observarmos que uma das políticas executadas nos *displaced camps* era a comprovação, assim como a formação técnica de muitos que ali se encontravam. Guias de estudo e formação estavam presentes nas zonas ocupadas, como o de marcenaria,

Figura 18 - Apostila treinamento vocacional das OIR



Nota: Apostila de treinamento vocacional para carpinteiros, publicada pela OIR na zona americana da Alemanha. USHMM - United States Holocaust Memorial Museum, courtesy of Mordecai E. Schwartz.

Fonte: Disponível em: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/pa1114127>

<sup>240</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945. P. 1

Já na questão ideológica, como pudemos perceber, e igualmente apontado por Campos<sup>241</sup>, a lista de imigrantes considerados indesejáveis aumentou durante o ano de 1948, sobretudo em sua segunda metade. Afinal, aqueles que desejavam imigrar para o país eram devidamente selecionados quanto às ideias políticas.

Em fevereiro de 1949 o *Diário da Noite*<sup>242</sup> fez a cobertura da chegada de mais uma leva, com cerca de 820 refugiados. Para além de todo o procedimento administrativo realizado, visita da polícia marítima, inspeção médico sanitária a bordo e encaminhamento para a Ilha das Flores, o periódico dos Diários Associados faz uma crítica à demora de encaminhamento destes em território nacional, o que traz implicações na recepção na Hospedaria. Afinal, com a demora na distribuição, levadas se sobrepõem a outras levadas de refugiados<sup>243</sup>, acarretando superlotação da instituição. Como vimos no primeiro ponto deste capítulo, a Hospedaria gozava tão somente de 1.400 leitos plenamente bons à hospedagem. Corroborar-se, ainda mais, que as obras que a todo o momento foram planejadas para o aumento da capacidade de recepção não se efetivaram em sua plenitude.

Além da crítica realizada pelo jornal dos Diários Associados, em 20 de fevereiro Carlos Lacerda, no segundo caderno do *Correio da Manhã*, chamava atenção para o longo período de ociosidade ao qual ficavam os DP's quando aqui chegavam, pois que após estarem alojados e acomodados, e já completadas as formalidades de chegada destes ao Brasil, nada mais lhes eram solicitados. Nesse caso, as únicas coisas certas que os aguardavam todos os dias era fazer a cama pela manhã e “conservassem limpos os seus teréns”<sup>244</sup>. Esse tempo de ociosidade era entremeadado por trabalhos desenvolvidos pelos DP's na Ilha que, de forma voluntária, auxiliavam na cozinha, consertavam telhados, mas que, em contrário, a maior parte dos que ali se encontravam ficavam deitados à praia ou mesmo dormindo. Porém, tais críticas não se direcionavam aos técnicos brasileiros que cuidavam da imigração, ao menos num primeiro momento, tanto que ao referir-se ao ministro Hélio Lobo o adjetivara de “infatigável e exemplar ministro”, e que tal clima de ausência de responsabilidade teria sido criada pelas autoridades da Ilha na melhor das intenções, afirmando que “o autor [Lacerda]

<sup>241</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 367

<sup>242</sup> 820 refugiados de guerra procedentes da Áustria. *Diário da Noite*. Edição 04873. Rio de Janeiro. 04/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>243</sup> A leva que fora sobreposta foi a que chegou ao Rio de Janeiro em 29/01/1949, através do navio “Charlton Sovereign” com 748 refugiados. Ver: Trouxeram mais de 1.400 Passageiros para o Rio. *Diário da Noite*. Edição 04869. Rio de Janeiro. 31/01/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 7

<sup>244</sup> LACERDA, Carlos. Tédio e esperança dos imigrantes. *Correio da Manhã*. Edição 17156. Rio de Janeiro. 20/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 01

insiste em que a conduta dessas autoridades, para com os DP, está acima de qualquer crítica”.<sup>245</sup>.

Trabalhando com a ideia da Ilha das Flores como um local paradisíaco, Lacerda destacava que aquele espaço oferecia aos imigrantes uma atmosfera mais agradável que em outros países, certamente voltado para o acolhimento, mas que o tempo ocioso acarretava grandes problemas de assimilação. Afinal, a ansiedade que carrega a viagem da Europa ao Brasil, com o desejo de reestabelecimento, de reconstrução da vida, da procura de emprego, funcionaria como catalisador desses anseios e assim, poderiam “cuidar da própria vida”. Todavia, Lacerda se preocupava que a falta de responsabilidades na Ilha poderia trazer aos deslocados uma acomodação na reconstrução de suas vidas, “pois que ali se preocupavam tão somente em comer, tomar banho de sol e dormir”<sup>246</sup>. Indo além, Lacerda propunha um programa de atividades que seria executado pelos DP’s durante o período de estada na Hospedaria da Ilha das Flores, destacando que

- (a) Maior utilização de líderes para recrutar elementos, não só como atualmente para fazer a limpeza, mas igualmente para tocarem adiante as várias atividades domésticas da vida na Ilha. Esse trabalho até agora tem sido feito pelos empregados do Departamento Nacional de Imigração, relativamente pouco numerosos, poderia ser complementado pelo considerável reforço dos próprios imigrantes;
- (b) Lições de português também seriam muito úteis. Muitos imigrantes já sabem algumas palavras e às vezes frases ao chegarem e têm grande ansiedade de aprender a língua do país;
- (c) Breve orientação sobre os costumes, a geografia e a Constituição do país também poderia ajudar muito. Filmes, publicações em língua estrangeira que venham da cidade, conversas e visitas pelos assistentes sociais do Rio seriam também utilíssimos<sup>247</sup>.

Essas indicações feitas por Lacerda, também foram sugeridas pelo escritório da OIR no Rio de Janeiro, como uma maneira de facilitar a adaptação dos selecionados ao país. Notadamente, parte das sugestões (b) e (c) seriam executadas a partir do próprio ano de 1949. Em entrevista a refugiada ucraniana Krystina Harasym salientava que filmes documentários eram transmitidos na Hospedaria sobre as principais regiões do país, com o intuito de mostrar o clima, a economia, o povo, e as potencialidades de cada local. Tanto que a escolha de sua mãe pelo estado do Paraná deveu-se também, pela presença de ucranianos e bálticos naquele

---

<sup>245</sup> LACERDA, Carlos. Tédio e esperança dos imigrantes. *Correio da Manhã*. Edição 17156. Rio de Janeiro. 20/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 01

<sup>246</sup> Ibidem. P. 03

<sup>247</sup> Ibidem. P. 03

estado<sup>248</sup>. Posteriormente, e fortemente a partir da década seguinte, seria implantado na Ilha das Flores a Escola Sesi que auxiliava no ensino da língua portuguesa e os costumes do país.

Em abril de 1949, o *Observador Econômico e Financeiro* em longa reportagem de sete páginas destacava que a chegada de imigrantes, sobretudo os de levadas dirigidas, eram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do país, de modo que o braço estrangeiro traria importantes contribuições no desenvolvimento da agricultura e da indústria. Porém, criticavam que se vivia um paradoxo na Hospedaria de Imigrantes: ainda que houvesse necessidade de braços, estes se acumulavam na Hospedaria da Ilha das Flores<sup>249</sup>. O problema de distribuição se fazia mais uma vez presente. Para esta questão, relatava a reportagem, estava em curso em Goiânia uma conferência promovida pelo CIC sobre a colonização do Brasil Central, tendo em vista a possibilidade de um fluxo mais intenso para a região de *displaced persons*<sup>250</sup>.

A equipe do *Observador* realizou uma visita na Ilha e, a partir desta, montou um quadro interessante sobre o funcionamento daquele espaço receptivo. Quando do embarque, presenciaram o abastecimento da lancha com víveres para a Hospedaria, contando com sacos de cenoura, engradados de chuchu, alface, abóbora, bananas, carnes e galinha<sup>251</sup>. Ao chegarem na Hospedaria, notaram que o aspecto físico daqueles que lá se encontravam era bom, dando a entender que a seleção que se desenvolvia na Europa estava sendo realizado com certo rigor.

Observaram, igualmente, que alguns desses DP's aproveitavam o tempo de ociosidade para progredir e aprender a língua portuguesa. Dentre aqueles que aprendiam, notaram a facilidade das crianças em aprenderem o português, pois através das brincadeiras e contato com filhos dos funcionários da Hospedaria assimilavam a nova língua. Dentre estes, inclusive, notaram que uma das crianças refugiadas, “um guri polonês”, cantarolava a marchinha “Chiquita Bacana”<sup>252</sup>.

Em relação a superlotação devido a morosidade no encaminhamento, a revista concordava com as críticas nesse sentido, pois mesmo após quatro anos não há capacidade estrutural para a pronta resposta administrativa. E, ainda que o regulamento fixe o prazo máximo na Hospedaria em sete dias, há pessoas que estavam há semanas e até meses. Ao fim,

<sup>248</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. São Gonçalo. 20/05/2016.

<sup>249</sup> Na Ilha das Flores com os DP. *O Observador Econômico e Financeiro*. Edição 159. Rio de Janeiro. Abril de 1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 28

<sup>250</sup> Ibidem. P. 29

<sup>251</sup> Na Ilha das Flores com os DP. *O Observador Econômico e Financeiro*. Edição 159. Rio de Janeiro. Abril de 1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 29

<sup>252</sup> Idem. P. 30



opinavam que “nos achamos muito longe de possuir um serviço de imigração e colonização com uma organização racional”<sup>253</sup>.

Após receberem críticas de revistas estrangeiras sobre a recepção no Brasil, *O Cruzeiro*, em companhia do diretor do DNI, Carlos Viriato Saboya, decidiu visitar a Hospedaria para que *in loco* verificassem a procedência destas<sup>254</sup>. Lá estando, constataram que todos dos DP’s eram saudáveis, ressaltando a seleção na Europa. “Deslocados, o próprio epíteto denuncia o caráter sinistro do regime que jogou populações inteiras de um extremo a outro da Europa, outros são refugiados, evadidos dos países que depois da guerra caíram sob domínio soviético”<sup>255</sup>, estes eram segundo a reportagem os motivos que levavam tais pessoas a buscarem “nas Nações democráticas” um abrigo para que, em troca de seu trabalho, encontrassem uma existência digna.

Na Hospedaria, a equipe jornalística encontrou refugiados e deslocados recém-chegados e outros que já aguardavam há semanas para o encaminhamento, havendo ali 2000 pessoas quando a capacidade da Hospedaria era de 1500. Ao ser questionado sobre a facilidade que representaria o desembarque dos selecionados nos postos dos Estados aos quais se destinavam e não sobrecarregar o serviço de recepção lá realizado, o diretor da Hospedaria, Paulo Fender respondeu

É impossível. Os imigrantes sob controle do DNI precisam passar pela Hospedaria a fim de realizarem nova inspeção médica, além de identificação e reclassificação profissional. Essa reclassificação que só recentemente tem sido feita, melhorou demasiadamente os trabalhos de colocação e escoamento dos imigrantes, pois muitas vezes estes não mais exerciam a profissão que estava estipulada no cartão do DNI. Assim, anotava-se a profissão antes, durante e depois da guerra<sup>256</sup>.

O DNI contava naquele momento, como destacado pela repórter Vera Jordão, com diversos Centros de Distribuição de Imigrantes, como o de Ponta Grossa-PR e Campo Limpo-SP. Destacava igualmente, que apenas saíam da Hospedaria aqueles que possuíam contratos de trabalho ou encaminhados às Hospedarias nos Estados, sendo possível que saíssem ao Rio de Janeiro somente quando solicitados pelas autoridades, pelo possível empregador, ou na busca de um emprego.

<sup>253</sup> Na Ilha das Flores com os DP. *O Observador Econômico e Financeiro*. Edição 159. Rio de Janeiro. Abril de 1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 37

<sup>254</sup> JORDÃO, Vera Pacheco. Trabalhadores para o Brasil. *O Cruzeiro*. Edição 0035. Rio de Janeiro. 18/06/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 57

<sup>255</sup> *Ibidem*. P. 56

<sup>256</sup> *Ibidem*. P. 58

A superlotação da Hospedaria, associada às críticas veiculadas na imprensa viriam a causar a suspensão das atividades de seleção que se desenvolviam na Europa. Por outro lado, a partir de 1949 se precipitam os debates em torno do encerramento da OIR. Em julho do mesmo ano o ministro Hélio Lobo seria informado que, através do decreto presidencial de 25 de junho o presidente Dutra havia suspenso a entrada de DP's no Brasil tendo como escopo as dificuldades financeiras pela qual o país passava e pela incapacidade da Ilha das Flores em absorver novos contingentes<sup>257</sup>.

Mais uma vez, agora em junho, o problema da distribuição dos deslocados pelo Brasil se tornava notícia. *O Globo*<sup>258</sup>, informava que haviam cerca de 2.500 agricultores e técnicos na Ilha das Flores aguardando colocação, além de que as estruturas ali existentes não conseguiam atender tamanha demanda. Para tentar minimizar o problema, o navio que iria logo aportar no Rio de Janeiro fora “adiado” para o mês de julho.

Em verdade, a questão imigratória e sua recepção sempre esteve em pauta na política nacional. Não à toa o governista *A Noite* destacava em junho que uma comissão composta por deputados e senadores visitaram a Hospedaria da Ilha das Flores com o intuito de vistoriar a estrutura de acolhimento além das capacidades dos *displaced persons* que lá se encontravam. Com um tom otimista, o diário aponta que todos os parlamentares saíram satisfeitos com os DP's, sua qualidade e capacidade profissional, e ressaltando a função primordial exercida pela Hospedaria como um espaço de adaptação e assimilação à nova realidade, um momento de adaptação ao clima, cultura, língua e realidade social do país<sup>259</sup>.

---

<sup>257</sup> BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 2014. P. 99

<sup>258</sup> *O Globo*. Rio de Janeiro. 20/06/1949. P. 2

<sup>259</sup> Senadores e Deputados em visita à Ilha das Flores. *Gazeta de Notícias*. Edição 132. Rio de Janeiro. 08/06/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

Figura 19 - Senadores e deputados visitam a Ilha das Flores



Fonte: *Gazeta de Notícias*. Edição 132. Rio de Janeiro. 08.06.1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

Todavia, *Observador Econômico e Financeiro* escreve em agosto deste ano uma nota editorial criticando a política imigratória brasileira e as más versações feitas pelos técnicos responsáveis na Europa. Tal nota, entendemos sua importância, encontra-se totalmente transcrita em anexo.

A documentação do Arquivo Histórico do Itamaraty dá conta que, de fato, as missões de seleção na Europa se encerraram em 17 de outubro, quando da dispensa dos funcionários<sup>260</sup>. Ainda que tais ações tenham sido postas em prática, a chegada dos refugiados e deslocados não findaram em 1949, pois que encontramos registros de suas chegadas em anos posteriores. Porém, entendemos que tais medidas representam ainda a complexa estrutura da política imigratória brasileira, instável ao sabor da política nacional.

Em setembro, *O Cruzeiro*, por seu turno, alertava que o não reestabelecimento da política imigratória poderia implicar um “atentado aos direitos humanos dos deslocados de guerra e às possibilidades de desenvolvimento econômico do Brasil”<sup>261</sup>. Ademais, ressaltavam que a política imigratória brasileira havia entrado em colapso, podendo causar a

<sup>260</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty. Série 80/2/11 – Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 79 de 20 de dezembro de 1949, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

<sup>261</sup> OLIVEIRA, Franklin. O Duplo Crime da Imigração. *O Cruzeiro*. Edição 0049. Rio de Janeiro. 24/09/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 61

perda do progresso material do país, além da queda do conceito internacional do país, fato que já se verificava desde o momento da adesão à Constituição da OIR e o não pagamento da parte que devia, motivadas por dificuldades financeiras. “Indefensável atitude”<sup>262</sup>, destacava a revista.

Em relação aos deslocados e refugiados que aqui aportavam, a revista questionava seus leitores se os DP’s seriam imigrantes comuns, que simplesmente procuraram outra terra porque fracassaram em sua natal, ou se mesmo carregavam consigo características das migrações tradicionais. E aí mais uma vez o sentimento anticomunista inspirava as respostas, pois, estes eram fugitivos dos comunistas que “impunham a planificação de cima para baixo, isto é, a redução do ser humano a zero”<sup>263</sup>.

A revista, que em outras matérias aqui já analisadas tecia críticas sobre as profissões dos *Displaced Persons*, agora questionava seus leitores

E o deslocado? Estará à altura de todo este drama que se criou às suas expensas no Brasil? Sua imigração representa um real benefício para o Brasil? Sim, este valor existe e se reafirma não só no terreno econômico, como no intelectual, no técnico, profissional, no étnico, no ético, sem esquecer o grande plano humano. Seis dimensões apresenta o DP e todas elas da maior importância para o Brasil<sup>264</sup>.

Ao término da reportagem, em tom assertivo, criticavam tal medida do governo, argumentando que muita coisa poderia ser escrita sobre o problema da imigração, daqueles que condenam a importação de técnicos intelectuais “como se no Brasil só a ignorância e a incultura pudessem falar”<sup>265</sup>. De fato, a política de recepção aos deslocados e refugiados prosseguiria nos primeiros anos da década seguinte.

Ainda que a busca de certa neutralidade tenha sido a tônica do meio jornalístico nos anos 50, e sendo um dos paradigmas para a institucionalização do jornalismo dito profissional, partimos do pressuposto que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra de formas variadas, dependendo de sua inserção social, os temas os quais ela elegeu como válido de chegar até o grande público<sup>266</sup>. Mais que isso, os primeiros anos dessa década guardam mais similaridades com a anterior que a afirmação deste novo paradigma, vendo-se

<sup>262</sup> OLIVEIRA, Franklin. O Duplo Crime da Imigração. *O Cruzeiro*. Edição 0049. Rio de Janeiro. 24/09/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional.. P. 66

<sup>263</sup> Ibidem. P. 66

<sup>264</sup> Ibidem. P. 66

<sup>265</sup> Ibidem. P. 70

<sup>266</sup> DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo. Contexto, 2008. P. 139

ainda linhas editoriais e reportagens onde se percebia claramente a orientação sobre a política imigratória adotada.

Por outro lado, ainda que compreendamos o jornal e revista enquanto campo privilegiado de disputas simbólicas, representando interesses e interpretações sobre o mundo, o alcance dos periódicos estão longe de ter capilaridade na sociedade brasileira. O maior destes motivos repousa nos altos índices de analfabetismo que ainda se fazia presente no Brasil, chegando a casa dos 50% na metade do século XX. Porém, a imprensa nos surge como representante da opinião pública brasileira e estruturadora de ações que podem, em maior ou menor alcance, refletir em alterações nas ações governamentais levadas a cabo. Afinal,

O fato inegável é que a imprensa-empresa disputava a preferência de um círculo diminuto de leitores, fonte não apenas de recursos, afinal parte da receita advinha das vendas que, por sua vez, atraíam ou afastavam os anunciantes, mas também de prestígio e legitimidade para as ideias defendidas em suas páginas<sup>267</sup>.

Em janeiro de 1950 uma leva com refugiados, sobretudo alemães e russos, chegava ao Rio de Janeiro e era recepcionada na Hospedaria da Ilha das Flores. Mais uma vez, e por isso destacamos também essa reportagem, os perfis dos selecionados se chocam ao percentual há muito estabelecido pelo CIC de 70% de agricultores e 30% técnicos. Nesta leva, haviam mestres especializados na indústria, com destaque a metalurgia, siderúrgica e eletromecânica<sup>268</sup>. Tais deslocamentos geravam demandas que, *pari passu*, a migração dos deslocados e refugiados vinha ao encontro. Ademais, quando da análise das profissões daqueles que chegavam ao Brasil refletiam o estágio de desenvolvimento da indústria brasileira à época, com ênfase na paulista, quer dizer, um parque “a caminho da industrialização pesada que caracterizaria o desenvolvimentismo da época JK com a implantação da indústria automobilística na década seguinte”<sup>269</sup>.

Porém, uma análise mais detida sobre a leva fora realizada pelo governista *A Noite*. No vespertino de 09/01/1950, o diário coloca centralizado em sua capa, além de reservar bom espaço na página 5 para concluir, a reportagem intitulada “Em Liberdade entre as Flores da

<sup>267</sup> DE LUCA, Tânia Regina. A Grande Imprensa na Primeira metade do Século XX. IN: DE LUCA, Tânia; MARTINS, Ana Luiza (org). História da Imprensa no Brasil. São Paulo. Contexto, 2015. P. 156/157.

<sup>268</sup> 942 Passageiros traz para o Brasil o “Duque de Caxias”. *Diário da Noite*. Edição 04653. Rio de Janeiro. 03/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 2

<sup>269</sup> Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial. Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia Bastos; Odair da Cruz Paiva; Roberta Guimarães Peres; Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO.

Ilha”<sup>270</sup>. O tema principal gira em torno da crítica ao regime comunista soviético. Havia na Hospedaria nesse momento mais de 500 imigrantes, vindos de terceira classe e em sua maioria técnicos e engenheiros (também chamados doutores em seus países de origem). As passagens destes foram pagas pelo Conselho Nacional de Imigração, diferentemente dos imigrantes que vieram de primeira classe. As causas da vinda dos alemães se convergem: alto custo de vida para os salários então vigentes, desestruturação das indústrias pesadas alemãs e a falta de emprego. Dentre os imigrantes que se propuseram a dar entrevistas, apenas a senhorita Carmen Gallip permitiu que o nome fosse revelado, os demais temem uma represália soviética a seus parentes que permaneceram na Alemanha. A Srta. Gallip, como os outros retratou os horrores cometidos pelos russos ao tomarem o território alemão. Realizando uma síntese, as entrevistas dos alemães giram em torno da crítica ao regime comunista soviético e à sua falta de liberdade que permeava os diferentes âmbitos da sociedade. Partindo da alimentação até as escolhas dos ingressantes na universidade. Sem contar as censuras das cartas e do pensamento e o privilégio da empregabilidade ser apenas para quem se declarasse comunista, não importando sua qualificação.

Em fevereiro, a *Revista da Semana*, por meio da reportagem de Armando Pacheco, analisava o perfil dos deslocados e refugiados que estavam na Ilha, e novamente, críticas a eles eram direcionadas. Acusava-os o jornalista de serem “rebotinhos do que sobrou de bom e de mau na Europa desgraçada pela guerra”<sup>271</sup>. A problemática que levou à suspensão dos serviços no ano anterior transbordava nesta reportagem, afirmando que o Brasil era uma terra infeliz e que tudo de ruim, de irremediável, de pior era prestigiado e aqui frutificava. A Ilha das Flores, ao contrário, era retratada como um lugar paradisíaco, pitoresco, mas que aqueles que gozavam dos bons serviços ali desenvolvidos assumiam sua malandragem, pois na verdade, ali tiravam férias de semanas, com refeições pagas pelo governo, enquanto os nacionais dedicavam-se aos labores cotidianos.

Ao que pese esta crítica, observamos que nos periódicos de grande circulação e influência social, se desenvolve um acirramento no discurso anticomunista e antissoviético em suas matérias sobre o tema. Notadamente, vivenciava-se o período de aprofundamento da Guerra Fria, vale lembrar que, no cenário nacional o presidente Dutra reprimia ferrenhamente os movimentos de esquerda, tanto que em 1947 o Partido Comunista do Brasil foi cassado e as relações com a União Soviética foram rompidas. Nos Estados Unidos em 1950 uma forte

---

<sup>270</sup> Em Liberdade entre as Flores da Ilha. *A Noite*. Edição 13382. Rio de Janeiro. 09/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 5

<sup>271</sup> PACHECO, Armando. A Vida está para os Felizardos... *Revista da Semana*. Edição 0007. Rio de Janeiro. 18/02/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 25

repressão aos comunistas foi verificada. Em escala global, foi em 25 de junho de 1950 que se iniciou a Guerra da Coreia.

Além da reportagem supracitada, mais uma vez o *A Noite* lança uma reportagem que o próprio título demonstrava seu posicionamento sobre os refugiados. “Evadidos do Inferno Vermelho”<sup>272</sup>, se intitula a mesma. A reportagem do Jornal foi à Ilha das Flores para entrar em contato com os imigrantes deslocados de guerra vindos para o Brasil dos acampamentos da Organização Internacional dos Refugiados. Entre os refugiados de guerra encontram-se tchecoslovacos, húngaros e ucranianos, perfazendo as profissões de químicos, mecânicos, artífices e agricultores. O repórter colheu informações e relatos dos imigrantes sobre como foi escapar do país de origem e dos horrores da guerra. Entre os refugiados encontrou-se um antigo comandante do Corpo de Pagens do Czar. A maioria dos refugiados possui esposa e filhos, os quais se apresentaram saudáveis e muito risonhos. Mantendo a linha governista, o diário finalizava sua análise destacando que o governo esperava que eles pudessem retribuir o acolhimento contribuindo para o progresso do país<sup>273</sup>.

As manchetes, como a verificada, cumpriam os objetivos centrais que marcaram a cobertura dos jornais sobre o tema, quer dizer, concomitantemente ao se afirmarem antissoviéticos e anticomunistas<sup>274</sup> o jornal carioca ressalta a importância de atrair “esses imigrantes ao país”, destacando que eram trabalhadores qualificados e saudáveis, ponto de intensa disputa entre os governistas e os críticos do governo Dutra. Na verdade, o jornal descrevia os deslocados como uma “verdadeira elite”, deslocados de seus países de origem “pelo curso dos acontecimentos, disposta a refazer suas vidas no Brasil”<sup>275</sup>.

Como salienta Campos,

O tom ufanista presente na matéria é semelhante ao discurso dos governantes à época, que buscavam acabar com a desconfiança gerada por setores da oposição e, em parte, dentro do próprio governo sobre os eventuais problemas que os refugiados trariam ao país, sendo um dos principais “o perigo comunista”. Desta forma, em quase toda a reportagem o cenário do “inferno vermelho” é contrastado com o fato de que esses imigrantes não só eram extremamente preparados profissionalmente, mas sobretudo que não seriam “agitadores” e “vermelhos”<sup>276</sup>.

<sup>272</sup> Evadidos do Inferno Vermelho. *A Noite*. Edição 13449. Rio de Janeiro. 30/03/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 13

<sup>273</sup> Ibidem. P. 13

<sup>274</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. *Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 380

<sup>275</sup> Evadidos do Inferno Vermelho. *A Noite*. Edição 13449. Rio de Janeiro. 30/03/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1 e 13

<sup>276</sup> CAMPOS, Gustavo Barreto de. *Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. P. 382

Figura 20 - Manchete anticomunista e antissoviética do A Noite



Nota: Manchete de capa destacando o posicionamento antissoviético e anticomunista do diário. Evadidos do Inferno Vermelho.

Fonte: *A Noite*. Edição 13449. Rio de Janeiro. 30/03/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

A chegada dos deslocados e refugiados da Segunda Guerra mobilizou, durante todo o período, os homens de Estado, seja pela sua defesa ou crítica. Não à toa, era comum a visita de autoridades governamentais ao espaço da Hospedaria para tomar ciência das atividades de recepção que ali se desenvolviam, bem como analisar as levadas que desembarcavam. Nesse sentido, a visita do presidente do Conselho de Imigração e Colonização, ministro Nilo Alvarenga, foi relatado pelo jornal *Diário da Noite*<sup>277</sup>, com enfoque em analisar a última leva que ali chegara, sendo esta composta por 350 pessoas de origens diversas, como italianos, tchecos, iugoslavos, romenos e búlgaros, além de percorrer todas as instalações da Hospedaria. Tais interesses por parte da classe política alinhava-se de algum modo, ao preceito da imigração dirigida enquanto elemento motriz de desenvolvimento nacional e interesse coletivo. Esses trariam consigo, as mais altas experiências civilizacionais europeias,

<sup>277</sup> Vieram iniciar nova vida no Brasil. *Diário da Noite*. Edição 05202. Rio de Janeiro. 24/10/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 15



além de costumes a novas tecnologias ao país, ainda que a oposição, certamente, realizasse intensas críticas sobre tal potencialidade trazida pelos “rebotinhos” de guerra.

A *Noite*, em matéria a 10 de janeiro e escrita pelo jornalista Carlos Buhr<sup>278</sup> vêm aludindo à vida que os selecionados nos campos na Europa desfrutavam na Hospedaria da Ilha das Flores. Lá, destaca Buhr, a maioria não é preguiçosa e, diferentemente da crítica de Lacerda, muitos já se dedicavam a aprender o português, através de documentários e transmissões de rádio, trabalhavam e participavam de programas informativos sobre o Brasil e recreativos. Além destas iniciativas, alude o repórter, o diretor da Hospedaria Paulo Fender instituíra alguns comandos para aqueles desejosos de ocupar seus tempos e ajudar na área policial, de saúde e higiene.

Na mesma reportagem, Carlos Buhr afirmava que todas as nações que necessitavam de braços e das experiências práticas e técnicas trazidas pela corrente migratória deveriam oferecer tratamento condigno, sobretudo por estes pertencerem a uma situação social mais elevada na Europa antes da Guerra. O Brasil, não fugiria a essa regra, pois que a Hospedaria da Ilha das Flores seria a “melhor e mais bem situada que existe”<sup>279</sup>. Afinal, ali encontravam uma hospedagem amigável, ainda que sem excessos, vivenciavam conforto e tranquilidade. Certamente, tais colocações de Buhr nos parecem uma propaganda positivada da Hospedaria, lembremo-nos que escreve no governamental *A Noite*, e que na mesma reportagem salienta que não havia alojamentos suficientes para que as famílias permanecessem juntas durante o período que ali ficavam.

Salientamos, igualmente, que uma prática utilizada pelo governo brasileiro, com maior ênfase a partir da década de 1950, é o lançamento na imprensa de notas e chamadas às classes patronais para que esta se dirigisse ao prédio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a fim de selecionar os deslocados e refugiados que ora se encontravam na Hospedaria da Ilha das Flores. Tais chamadas, entendemos, podem ser analisadas a partir de três vieses. O primeiro é concernente a uma visão mais pragmática, quer dizer incentivar a busca pela classe patronal de mão de obra qualificada para as suas empresas, e por conseguinte vicejar a política imigratória em curso; a segunda, a qualidade técnica daqueles que se encontram na Hospedaria não despertava o interesse da classe patronal de modo que era necessário ao governo mobilizar tais ações via imprensa; e terceiro, como desdobramento possível das duas anteriores, um interesse do governo em dar uma rotatividade maior àqueles

---

<sup>278</sup> BUHR, Carlos. Para os Imigrantes é assim que os Dias vão Passando. *A Noite*. Edição 13383. Rio de Janeiro. 10/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 01 e 13

<sup>279</sup> BUHR, Carlos. Para os Imigrantes é assim que os Dias vão Passando. *A Noite*. Edição 13383. Rio de Janeiro. 10/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 13

que passam pela Hospedaria da Ilha das Flores tendo por objetivo evitar que superlotações ocorram em vista, e como já demonstramos, dadas as dificuldades estruturais vivenciada na Hospedaria.

Como exemplo do que destacamos acima, inserimos uma dessas chamadas à classe patronal no jornal *Diário da Noite*. Atentemos às profissões descritas nessa chamada, onde a profissão de agricultor surge apenas como uma das tantas outras ali presentes, com maior presença das aptidões técnicas. Tais inserções são interessantes de serem observadas, pois nos possibilitam atentar as diversas estratégias lançadas pelo governo com o intuito de atrair o interesse pelos deslocados e refugiados que lá se encontram. O destaque dado à seleção realizada pela “Comissão de Seleção de Imigrantes da Europa” não é à toa, cumpre essa função de trazer um caráter profissional e legal, além de qualitativo das pessoas que se encontravam nas dependências da Hospedaria naquele momento.

É interessante notarmos que, a despeito das orientações emitidas pelo Conselho de Imigração e Colonização (CIC) em relação aos percentuais de 70% de agricultores e 30% técnicos, as seleções voltavam-se mais para as pessoas que detinham alguma formação técnica, seja na agricultura ou na indústria. Ainda assim,

A política imigratória brasileira do pós-guerra caracterizou-se pela inserção de trabalhadores com perfil majoritariamente voltado para as atividades urbanas e industriais e, em São Paulo, pela modernização do parque industrial, tanto na capital como em diversas regiões do estado. Evidenciam esse processo o crescimento de novos ramos da indústria automobilística, eletroeletrônica, química, farmacêutica, etc, além de investimentos em projetos agrícolas<sup>280</sup>.

Certamente, a maior justificativa para a imigração dirigida no imediato pós-guerra era a crescente demanda de braços qualificados para uma lavoura que tentava sua modernização, bem como para a indústria em expansão, sobretudo no estado de São Paulo.

---

<sup>280</sup> Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial. Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia Bastos; Odair da Cruz Paiva; Roberta Guimarães Peres; Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO. P. 12

Figura 21 - Chamada às classes patronais



Fonte: *Diário da Noite*. Edição 05228. Rio de Janeiro. 26/11/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 22

A discussão sobre a profissão e a capacidade técnica dos selecionados pela Comissão Brasileira nos campos da OIR sempre estiveram presentes. Dez dias após a chamada nos jornais à classe patronal, o periódico *A Noite* em sua edição matutina noticiava a chegada de mais uma leva, todavia, com especial ênfase a profissão dos selecionados. O próprio título já deixava essa ênfase clara “Dos 191 imigrantes apenas 71 são agricultores”<sup>281</sup> destacava o jornal. Dentre as profissões existiam aquelas consideradas urbanas e que não traziam “benefícios à Nação”, tais como barbeiros, pedreiros, jardineiros e “até lenhador”, todos com a passagem custeada pela OIR, como parte constituinte do acordo com o Brasil. Dos 191 imigrantes, 189 eram ingressantes a partir, como bem destaca o periódico, no 10º artigo do Decreto Lei de Imigração 7.967 de dezembro de 1945 e 2 pelo artigo 9. Vale lembrar que no

<sup>281</sup> Dos 191 apenas 71 são agricultores. *A Noite*. Edição 13962. Rio de Janeiro. 06/12/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 4

9º artigo deixava-se claro que o visto permanente seria concedido apenas àqueles que tivessem as condições de permanecer em definitivo no país e nele pretendesse se fixar. Já no 10º artigo estipulavam-se os parâmetros de concessão do visto permanente especial que além de estar de acordo com o previsto no 9º, previa que a concessão deste estava sujeita à prévia seleção e classificação por autoridade competente<sup>282</sup>.

Já no dia 10 de dezembro o próprio *A Noite* continua a analisar o perfil dos DP's selecionados e que como orientação adotada “aos grupos até hoje desembarcados, o de agora foram levados diretamente para a Ilha das Flores, onde ficarão algum tempo sob o regime de adaptação”<sup>283</sup>. O início da reportagem já é emblemático, afinal o jornal reafirma que tem acompanhado a chegada de vários grupos e em sua maior parte são constituídos de “elementos absolutamente desnecessários ao nosso país”<sup>284</sup>, seja esta em relação a idade já avançada ou a característica profissional, não correspondente as necessidades do país. Entre os recém-chegados de várias nacionalidades, salientam, chamavam a atenção o excesso de profissionais “inúteis”, realizando detalhadamente o perfil destes, como se segue:

Havia uma senhora desempenada trajando com apuro o que na fila para a competente identificação, com olhares de cima para baixo, soltava umas baforadinhas hauridas da graciosa piteira, habilmente jogada como por pessoa acostumada a comparecer às altas rodas sociais. Tem o nome de Sonja Waligore, 29 anos, natural da Polônia.

Mas não ficou só nisso. [...] Eis alguns nomes e respectivas profissões, bem como as idades: Frantisek Kucera, cozinheiro tcheco de 45 anos; Sonja Waligore, cozinheira polonesa de 29 anos; Karl Hoverka, açougueiro tcheco de 30 anos; Abraham Kolender alfaiate; Franz Koch, cabelereiro austríaco de 25 anos; Stefan Chromik, confeitiro tcheco de 28 anos; Josef Herr, comerciante austríaco viúvo de 51 anos; Pawel Dudek, padeiro polonês de 37 anos; Maissa Eugene François, cozinheiro francês de 50 anos; Luigi Tonizo, polidor de metais iugoslavo de 28 anos;; Juan Chrobak, sapateiro polonês de 51 anos; Jenoe Szabo, açougueiro húngaro de 46 anos e Franz Zupau, padeiro. E, muitos outros alfaiates, costureiras, padeiros, pedreiros, açougueiros, sapateiros, cozinheiros, estão inclusos na lista desse numeroso grupo de imigrantes, que seria enfadonho mencionar nominalmente<sup>285</sup>.

Optamos por citar a reportagem em sua integralidade por dois motivos básicos. Primeiro, como sabemos o jornal *A Noite* filiava-se ao situacionismo do governo Dutra e do futuro presidente, já decorrida as eleições de Getulio Vargas, e ainda assim, tecia imponentes críticas aos métodos adotados na seleção dos DP's, afinal “viajaram configurados no artigo 10, considerados portanto, dirigidos e selecionados”; o segundo motivo é observarmos um

<sup>282</sup> BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945.

<sup>283</sup> Uma Cosinheira Alinhadíssima e uma Porção de Açougueiros, Alfaiates, etc. *A Noite*. Edição 13965. Rio de Janeiro. 10/12/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 11

<sup>284</sup> Ibidem. P. 11

<sup>285</sup> Ibidem. P. 11

padrão em todo o período de chegada dos deslocados e refugiados de guerra, ou seja, os percentuais de trabalhadores técnicos especializados, com raras exceções, se sobrepuseram ao de agricultores, ainda que o CIC tivesse estipulado o contrário. Certamente, em todas as levas havia a presença de deslocados que tinham nas profissões urbanas seu ganha pão, e fora um dos fortes motivos para o desligamento de Artur Hehl Neiva como delegado da Comissão de Seleção na Europa ainda no ano de 1947. Tal reportagem, 4 anos após sua destituição, reforça ainda mais suas acusações ao CIC de sabotagem dos trabalhos desenvolvidos nos *displaced camps* e a falta de clareza e segurança institucional à delegação por parte deste organismo. Pois, como se percebe, as acusações que sobre Hehl Neiva incidiam, ainda se faziam presentes.

Como citado em ambas as reportagens, é fundamental termos em mente que no Brasil da década de 1940 e 50 não existia legislação específica para refugiados, fato que veio a ocorrer apenas em 1997 através da Lei 9.474. Desse modo, a legislação que regia o ingresso de imigrantes no país, sendo estes dirigidos ou espontâneos, era o Decreto Lei 7.967/45, decreto este anteriormente já analisado.

No ano final de nossa análise, 1952, selecionamos quatro reportagens que são as mais representativas daquele ano. A bem da verdade, este ano representa uma ruptura nas relações bilaterais fragilmente mantidas entre a OIR e o Brasil, qual seja, o encerramento das atividades do escritório da Organização Internacional para Refugiados (OIR) na cidade do Rio de Janeiro, com a despedida de seu representante D. Stansby. Tal fato, não temos dúvidas, refletiu na entrada de deslocados e refugiados no país. Não obstante, a ruptura não ocorreu de uma hora para outra, mas vinha se desenrolando como em um processo há alguns anos. Como nos aponta Bravo<sup>286</sup>, ainda que o Brasil reconhecesse os esforços da organização e celebrava a aprovação da Constituição da OIR no Congresso Nacional, sempre relutou ao pagamento da parte devida aos trabalhos a serem desenvolvidos, ainda que o ministro Hélio Lobo tenha elaborado outros planos, como o conhecido Plano Lobo.

“A Hospedaria da Ilha das Flores, destinada aos imigrantes nos seus primeiros dias de permanência no Brasil. Por lá passaram muitos técnicos e agricultores, mas no momento abriga açougueiros, modistas e cozinheiros”<sup>287</sup>. É com essa chamada que o jornalista Jorge Leal, do *O Cruzeiro*, inicia sua matéria. A questão da seleção voltava à tona mais uma vez,

---

<sup>286</sup> BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 2014

<sup>287</sup> LEAL, José. Imigrantes de Luxo. *O Cruzeiro*. Edição 0012. Rio de Janeiro. 05/01/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 50

em que esta não havia sido correta e satisfatoriamente resolvida, a despeito de todas as críticas direcionadas a ela pela imprensa. Isto se deve, de acordo com Leal, a desorganização dos órgãos responsáveis pela questão imigratória, como por exemplo o CIC que tão somente estuda, analisa, planeja e observa a política imigratória, mas com pouca efetividade na prática. Chamavam ainda a atenção que Hehl Neiva havia sido desligado do cargo exatamente por esses motivos em 1947, mas que os mesmos erros ainda eram presentes, sendo ainda que “ninguém, absolutamente ninguém procurou corrigir os erros anteriores”<sup>288</sup>.

Em 21 de fevereiro deste ano, o *A Noite* realizava uma reportagem com certo destaque à Ilha das Flores e os DP's que li se encontravam com o título “A Ilha da Esperança”<sup>289</sup>. E logo entendemos o porque da escolha deste título, uma vez que logo abaixo deste os deslocados e refugiados aparecem como aqueles que “batidos pelos vendavais da sorte”, haviam escolhido o Brasil como sua segunda pátria, e a Ilha das Flores, como esse local de entrada, representava a esperança de construção de uma nova vida. Porém, a ida da objetiva do *A Noite* a Ilha dava-se por conta de uma denúncia de superlotação, tendo em vista que a hospedaria tinha capacidade de alojar, segundo a denúncia 600 imigrantes e naquele momento haviam nada menos que 2000, o que trazia importantes prejuízos aos cofres públicos para alimentá-los e lhes proporcionar toda espécie de assistência.

Em contato com o presidente do Departamento Nacional de Imigração, Sr. Costa Miranda, a equipe jornalística havia sido convidada a estar na Ilha. Ao chegarem à Hospedaria, os imigrantes dirigidos tinham sua documentação conferida, seguindo-se a da bagagem, eram fotografados, recebiam vacinação contra febre amarela e a partir daí era feito um cartão com todas as informações da pessoa. Além disso, a todos seria entregue um impresso grafado na língua de origem sobre o regulamento da hospedaria, o que era permitido e o que era proibido. Já alojados, separados por gênero, eram convidados os homens de 15 a 50 anos a iniciar uma rotina que assim define o *A Noite*

Trabalhando em turmas alternadas, três vezes por semana, sendo: os da letra A a K às segundas, quartas e sextas; os da L a Z, às terças, quintas e sábados a executarem os serviços de limpeza em geral, ajudar na copa, cozinha, lavanderia, oficinas mecânicas, polícia sanitária, eletricitas, carpinteiros e outras atividades. As mulheres só cuidam da arrumação dos quartos e lavagem das próprias roupas. Também no escritório prestam serviço como intérpretes, ajudantes de secretaria, controladores de saída para o continente, dentre outras.

<sup>288</sup> LEAL, José. Imigrantes de Luxo. *O Cruzeiro*. Edição 0012. Rio de Janeiro. 05/01/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 52

<sup>289</sup> A Ilha da Esperança. *A Noite*. Edição 14026. Rio de Janeiro. 21/02/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 01 e 13

Na escola da Ilha nos dias alternados com o trabalho (folga), o imigrante deve frequentar o posto social que o SESI ali mantêm, dando a todos aulas de português em duas turmas: uma pela manhã e outra à tarde, diariamente, sendo o horário das aulas ministrados por 6 assistentes sociais daquela entidade, das 10 às 12 e das 13 as 15 horas<sup>290</sup>.

Tal destaque dado pelo diário nos faz refletir que as críticas elaboradas por Lacerda, durante os anos e como vimos, foi se sedimentando em ações práticas na Hospedaria com o intuito de adaptar melhor aqueles que lá desembarcavam e possibilitando-lhes a oportunidade de novos empregos com maior domínio da língua. Em relação a este último, a reportagem ainda destaca que àqueles que desejam contar com empregados qualificados poderão colocar seu desejo em prática, bastando apenas comparecer ao Escritório Oficial de Colocação, situado no Ministério do Trabalho. Ali obteriam permissão de ter na Ilha encontro e entrevista com o imigrante desejado e firmando acordo sobre salários, tipo e tempo de serviço, o contratar.

Figura 22 - *Displaced Persons* na escola SESI



Nota: Flagrante dos DP's na Escola SESI. A Ilha da Esperança.  
 Fonte: *A Noite*. Edição 14026. Rio de Janeiro. 21/02/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 1

<sup>290</sup> Idem. P. 13

Outro fato interessante de se observar e tratado na reportagem é o tempo de permanência. Existe uma grande variação deste, dado que flutua de acordo com alguns condicionantes, como profissões difíceis ou muito especializadas, grau de instrução do imigrante, dificuldade na compreensão da língua portuguesa, dentre outros. Verificaram que a saída pode ocorrer, assim, logo após a identificação ou perdurar até mesmo 2 meses. Durante esse período, gozavam de plena alimentação fornecida pelos agentes do SAPS sob orientação de nutricionistas daquele departamento, muito em contraste com a parca e rala sopa fornecida nos *displaced camps*. Tomando como base um cardápio de fevereiro de 1952, as refeições eram compostas por

Desjejum: pão com manteiga, chocolate e laranja;  
 11 Horas – almoço – Salada de vegetais, arroz, feijão com lombo, bife, banana assada, café e pão;  
 Lanche: pão com manteiga, chocolate e bolo taboleiro;  
 17 Horas – jantar – Sopa de fubá, arroz, carne assada, suflé de legumes, laranjas a francesa, pão e café<sup>291</sup>.

Sobre a denúncia que havia originado a visita à hospedaria, o diário fornece as informações, assim como todas as observadas acima, fornecidas pelo então diretor da instituição, Sr. Évio Bustamante. Afirma ele que a capacidade de recepção não é de 600, mas na verdade 2200 pessoas e que naquele momento ali se encontravam 1.553 pessoas em busca de colocação na sociedade<sup>292</sup>. Todavia, esse apontamento não é factível, sobretudo se atentarmos a capacidade da própria hospedaria, como trabalhada no primeiro capítulo. Além disso, nenhum outro dado é fornecido na própria reportagem que corrobore tal afirmativa.

Em julho, na sessão “Palavras Oportunas”<sup>293</sup> da Revista *Careta*, uma senhora denominada Nini Miranda, presidente da Associação das Donas de Casa publicou uma carta. Ela criticava a diferença que se verificava no tratamento entre os nacionais e os elementos estrangeiros por parte do governo. Enquanto estes últimos eram recepcionados e abrigados na Ilha das Flores, tinham seu roteiro traçado e “as bênçãos de nossas autoridades”<sup>294</sup>, os nordestinos “viviam a Deus dará”, sendo que, para ela, os nacionais deveriam ser protegidos assim como os estrangeiros assim o são.

<sup>291</sup> A Ilha da Esperança. *A Noite*. Edição 14026. Rio de Janeiro. 21/02/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 13

<sup>292</sup> Idem. P. 13

<sup>293</sup> Palavras Oportunas. *Careta*. Edição 2298. Rio de Janeiro. 12/07/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 17

<sup>294</sup> Idem. P. 17



A reportagem supracitada pode ser pensada enquanto um indício de como se processava as notícias sobre a recepção dos DP's na Hospedaria. Ainda que esta fosse perpassada de dificuldades, como analisamos aqui, muitos se colocavam contra a chegada destes, ainda que já decorridos 7 anos de política dirigida junto a OIR. Um cenário de tensão e fortes disputas.

Por fim, outra reportagem que nos chamou a atenção no ano de 1952 também é pertencente ao jornal *A Noite*. Datado de 10 de outubro, destacavam o retorno a terras europeias do “primeiro grande grupo de imigrantes inadaptáveis”<sup>295</sup>. Estes seriam gregos da Macedônia que não conseguiram se adaptar à realidade brasileira no interior do país, visto que na Europa eram pastores de ovelhas e não agricultores. Ainda que o Departamento Nacional de Imigração (DNI) buscasse coloca-los em diferentes Estados, os líderes das seis famílias exigiam que ficassem juntos e realizassem tão somente suas aptidões. “Na impossibilidade de satisfazer tal exigência”<sup>296</sup>, diz o jornal, as autoridades imigrantistas realizaram os contatos com o cônsul para o retorno deste à pátria de origem. Essa matéria salta aos olhos, pois durante todo o período analisado, e a despeito de todas as críticas direcionadas aos DP's, essa foi a primeira leva de retornados à Europa por inadaptação.

Decerto, todo o processo de seleção, chegada e recepção dos deslocados e refugiados ao Brasil, e mais especificamente à Ilha das Flores, foi acompanhado de perto pela imprensa. Como pudemos perceber nesse capítulo, diversas críticas e elogios foram dirigidos, tanto às qualidades técnicas dos DP's quanto à capacidade e estrutura da hospedaria para a plena assistência destes. Como exemplo das disputas de influência e a complexidade da política imigratória brasileira, pudemos verificar igualmente que as críticas direcionadas ao primeiro delegado da comissão brasileira de seleção, Arthur Hehl Neiva e que acabaram sendo fundamentais para seu afastamento, permaneceram em pauta, mesmo após a sua saída, assim como as justificativas dadas por Hehl Neiva em sua defesa foi posteriormente usada, para outros fins, pelos ideólogos da política imigratória.

Outrossim, entendemos que todo esse processo esteve baseado em uma tênue relação estabelecida entre o Brasil e a Organização Internacional de Refugiados. O ano de 1949 é fundamental para a compreensão desta, tendo em vista que representou uma importante ruptura nessa relação. Nesse sentido, como bem aponta Bravo, após incessantes tentativas por parte do delegado brasileiro na OIR Hélio Lobo de conseguir a ratificação à Constituição da

---

<sup>295</sup> Queriam Pastorear Ovelhas e Cabras. *A Noite*. Edição 14221. Rio de Janeiro. 10/10/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional. P. 14

<sup>296</sup> *Ibidem*. P. 14

OIR, a morosidade política no Congresso e a discussão iniciada em março deste ano sobre o fim da Organização, fato que veio ocorrer apenas 3 anos depois, foram forças fundamentais para a não adesão do Brasil à organização. Afinal, o delegado brasileiro receberia a notícia de que através do decreto presidencial de 25 de junho de 1949, Dutra havia suspenso a imigração em massa de refugiados por tempo indeterminado. As razões estavam ligadas as questões financeiras e as dificuldades apresentadas na Ilha das Flores para a absorção de novos contingentes<sup>297</sup>.

Por fim, tais disputas resultariam no fim das missões brasileiras na Europa, por meio da decisão de 17 de outubro, todos os funcionários foram dispensados<sup>298</sup>. Todavia, a decisão tomada em junho daquele ano, de suspender o recebimento de deslocados e refugiados de fato não veio a se concretizar. Ainda que não houvesse se tornado membro efetivo da organização, o Brasil continuou recebendo levas na Ilha das Flores até princípios da década de 1950. Por outro lado, pudemos perceber através da imprensa que ainda haviam funcionários brasileiros que ficaram responsáveis pela seleção destes na Europa.

---

<sup>297</sup> BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro. 2014. P. 99

<sup>298</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/11 – Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 79 de 20 de dezembro de 1949, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

### 3 “A ILHA DAS FLORES É UM PARAÍSO”: MEMÓRIAS DOS REFUGIADOS E DESLOCADOS DE GUERRA

Nesta etapa do trabalho temos por objetivo analisar as memórias daqueles que vivenciaram o processo de refúgio, ou como consta na legislação brasileira imigração dirigida. Analisar os discursos de tais agentes históricos que não se enquadram como grandes ícones da história do Brasil, tampouco mundial, mas exemplos de pessoas comuns trazem a primeiro plano leituras e lembranças de tempos difíceis, de mudança e readaptação a uma nova realidade que ficaria quase inalcançáveis de outro modo.

Nesse sentido, nossa análise não se poderia querer equilibrada se não nos colocássemos enquanto ouvintes dessas vozes. Ademais, Pollack<sup>299</sup> nos chama a atenção de que tais vozes se fazem acessíveis em momentos de sobressaltos históricos, intensas transformações na conjuntura histórica na qual tais vozes se apresentam. Ainda que nossa motivação para esta análise não esteja submetida a problemática atual, não podemos negar que esta nova conjuntura de refúgio traz sensibilizações que nos fazem refletir sobre momentos pretéritos. Sem dúvidas, o momento presente é marcado por rupturas e sentimentos, se não análogos ao imediato pós-guerra, com alguma similaridade no que tange aos processos de deslocamentos forçados e o crescente número de refugiados. Números estes que já se fazem superiores ao período que aqui nos propomos a analisar.

Essa “memória subterrânea”<sup>300</sup> acessada nesses momentos específicos faz submergir novas luzes explicativas a processos que, ainda que se queiram explicar de modo estrutural, ou seja, refúgios que possuem a Segunda Guerra Mundial e suas conseqüentes transformações como pano de fundo, carregam igualmente elementos que singularizam as experiências de deslocamento e refúgio. Apesar da passagem de anos, ou mesmo décadas, é interessante observar a vivacidade com que tais relatos são testemunhados. Dentro dessa experiência, certamente, a recepção no país de acolhimento guarda certo espaço reservado na memória.

De outro modo, podemos classificar a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores como um espaço de memória, tal qual definido por Nora<sup>301</sup>, afinal, a história daquele aparato de recepção ainda possui reminiscências de memória, que não mais vivida, passa a ser

---

<sup>299</sup> POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. IN: Estudos Históricos, vol.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989. P. 4

<sup>300</sup> Ibidem. P. 4

<sup>301</sup> NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. IN: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10. Dezembro de 1993.

registrado e analisado após uma ruptura com o tempo vivido. Mas ainda assim sacraliza, comemora-se e reconhece-se o espaço. Ademais, inscrita na dialética da lembrança e do esquecimento, a memória se baseia em imagens e passagens que trazem consigo elementos mobilizadores das emoções pelas quais os agentes históricos passaram. Não duvidamos que a recepção quando do momento da chegada ao Brasil tenha sido um desses momentos que potencializou a memória dos deslocados e refugiados.

Segundo Odair Paiva<sup>302</sup>, os deslocamentos podem ser analisados a partir de dois matizes, o macroestrutural e o singular. O primeiro se refere às determinações e conjunturas econômicas e políticas, depreendido que tais elementos, e razões para se deslocarem, fogem dos limites dos imigrantes. De outra forma, tais deslocamentos não são consequências apenas de tais determinações, podendo estes estarem imersos na subjetividade, no cotidiano daquele que imigra. Em outras palavras, faz-se emergir uma nova luz explicativa ao fenômeno imigrantista.

Porém, antes de analisarmos as memórias sobre o espaço receptivo da Hospedaria da Ilha das Flores, faz-se necessário compreendermos como se desenvolveu todo o percurso que culminou na chegada ao Brasil, suas motivações e sentimentos. Não obstante, as rupturas da guerra, as perdas e os percalços marcaram uma memória positivada da Hospedaria, como pretendemos demonstrar. Para este momento, utilizaremos uma estratégia analítica em estreito diálogo com a antropologia e conceitos mobilizados pelo intelectual Arnold Van Gennep<sup>303</sup>.

### 3.1 Trajetórias e Ritos: a longa caminhada da Europa à Ilha das Flores

Os alemães invadiram aquela parte da Ucrânia e mandaram todo mundo sair de suas residências e deram meia hora de prazo e foram levados, como quem leva boiada. A minha mãe embrulhou cada uma de nós numa colcha, pôs no carrinho de bebê, pegou uma sacola com um pouco de roupa e uma sacolinha com mantimento e saíram para nunca mais voltar<sup>304</sup>.

É com essa lembrança que a refugiada Krystyna Harasyn se recorda dos momentos em que sua região fora invadida pelas tropas nazistas. Medo, fuga, opressão, são alguns

<sup>302</sup> PAIVA, Odair da Cruz. Ensino e Memória. Histórias da (I)migração: Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo, Arquivo Público do Estado, 2013. P. 9 e 10

<sup>303</sup> VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013.

<sup>304</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasyn ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 20/05/2016.

elementos que marcariam o primeiro processo de desenraizamento de sua terra natal, ou, utilizando a conceitualização proposta por Van Gennep, foi o primeiro rito de passagem, neste caso de separação, pelo qual passava.

Em vista de uma primeira citação, compreendemos que este seria o momento ideal para delinear o que, para Van Gennep, seriam as categorias especiais dos ritos de passagem. Tal divisão, entendo que se deve enquanto mecanismo analítico, possibilita observar as múltiplas variações que um extenso processo pode abarcar. Assim, o autor divide em três as categorias de passagem, quais sejam, os *ritos de separação*, os *ritos de margem* e os *ritos de agregação*<sup>305</sup>.

Um outro depoimento, fornece igualmente subsídios interessantes quando do processo de saída de seu local de origem. Neste sentido, dadas as diferenças que marcam as experiências individuais, Irina Popow destaca que em 1943 no momento de retirada do exército alemão de Stalingrado após sua derrota, ela e sua família foram levados para a Alemanha e, conseqüentemente, colocados em campos de trabalho forçado. Segundo seu relato, insígnias marcavam sua condição de “inferioridade” perante o povo alemão, ou melhor, da representação auto criada pelo Terceiro Reich. Nesse sentido, a utilização das insígnias a marcou exatamente pela simbolização ao qual ela se referia, afinal, “nós que éramos do leste usávamos uma insígnia azul vazado no branco e onde estava escrito *ost*, que quer dizer: leste. E leste era um palavrão. Então nós eramos o próprio palavrão, filhos do leste”<sup>306</sup>.

É interessante observarmos que, dada a complexidade do tema, as condições de transitoriedade já marcavam as experiências dessas pessoas antes mesmo de se iniciar o processo imigratório propriamente dito. Uma condição forçada, é bem verdade, mas que subjacente possui referências que irão, posteriormente, marcar sua relação com o país de acolhida.

Por outro lado, a condição transicional, temos isso por hipótese, pode ser igualmente verificada dentro de seu próprio território, sem que tenha havido um deslocamento. Nesse sentido, a fala de Ana Toncic<sup>307</sup>, refugiada eslovena, nos serve como exemplo dessa categorização que pretendemos analisar brevemente. Natural de uma região historicamente disputada, e por conseguinte, conturbada, ela nos lembra que desde antes da Primeira Guerra

---

<sup>305</sup> VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013. P. 29/30.

<sup>306</sup> Entrevista concedida pelas irmãs Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

<sup>307</sup> Entrevista concedida pela senhora Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 19/07/2009.

Mundial aqueles que ali viviam serviam aos interesses do Império Austro-Húngaro; quando da capitulação deste, os italianos enxergaram uma possibilidade de anexação territorial, fato este ocorrido até o fim da Segunda Guerra. Após o conflito, mais uma vez, sua região passa a ser dominada pelas forças de Josip Tito, ditador Iugoslavo.

Dada as condições acima referidas, a descontinuidade de uma relação autônoma frente a outros povos, marcava a identidade daquela população e, mais do que isso, com as sucessivas mudanças de comando e, por tabela, as concorrentes disputas de criação de uma identidade nacional, de pertencimento, o não estabelecimento de referências duradouras, exceto talvez pela resistência- traço mais contínuo nesse processo de sucessivas dominações-, poderiam marcar esse grupo enquanto pessoas transicionais sem, necessariamente, terem se deslocado. Aqui, o poder simbólico, e os mecanismos de sua criação e manutenção, que sofrem os deslocamentos.

Dentro desse quadro, ficaria talvez difícil de mensurar quais os elementos que marcariam um primeiro rito de separação, ainda assim, entendemos que o acontecimento que marcaria uma perda de referências seria o domínio sérvio, mas cabe uma explicação. Nascida em 1924, ou seja, já então sob domínio italiano, Toncic teria enquanto horizontes de perspectiva o próprio referencial italiano, o que não quer dizer que automaticamente tenha se filiado ao fascismo, afinal, “todos sofreram muito com o domínio fascista”, segundo ela. Em sua fala, Toncic revela que a brutalidade dos sérvios em seu domínio, pois “eram duas as razões pelas quais deveria me decidir. Uma delas era que, na cidade vi muitos saindo porque ninguém gostava de ser submisso aos sérvios. Sentíamos humilhados...”<sup>308</sup>.

Assim, essas breves falas servem-nos ainda para avaliar as percepções trazidas por Van Gennep quando da afirmação de que a cada sucessão de etapas existem as respectivas cerimônias, cujo objetivo seria fazer o indivíduo passar de uma situação determinada a outra situação igualmente determinada. Aqui, através dos três exemplos supracitados, houve a passagem de uma situação determinada, ou seja, pertenciam a um Estado-Nação, com direitos, e passaram para uma igualmente situação determinada, a transitoriedade. Neste sentido, o ser transicional, seria a própria determinação das ações sofridas e que, de certa maneira, identificavam tais indivíduos. Aliás, o indivíduo modificou-se, porque tem atrás de si várias etapas, e atravessou diversas fronteiras.

Ainda assim, Van Gennep nos alerta para o quadro multifacetado que tais conceitualizações carregam consigo. Se se admite que existam, em teoria, *ritos preliminares*

---

<sup>308</sup> Entrevista concedida pela senhora Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 19/07/2009.

(*separação*), *ritos liminares (margem)* e *pós-liminares (agregação)*, o autor não escamoteia que poder-se-ia chegar através dos mesmos a uma classificação rígida<sup>309</sup>. Não obstante, tais modificações não deixam de “perturbar” a vida social e a vida individual.

Nesse sentido, a variabilidade na análise poderia ser marcada ainda pelas superposições que cada acontecimento pode ser interpretado. Quer dizer, ao passo que a utilização da insígnia marca o rito preliminar, de separação de uma situação precedente, pode ser identificado enquanto o rito de agregação a liminaridade, é o ingresso a nova condição de transitoriedade na qual o sujeito poderá ser identificado. Sucessivamente, a entrada dos sérvios definiria o rito preliminar, de separação de seus referenciais e vida, mas igualmente marcaria um dos ritos de agregação a uma nova situação, qual seja, de população anexada. Logo de transitoriedade.

Retomando a experiência de Toncic<sup>310</sup>, outros elementos marcariam ainda sua situação de “ser transicional”, ou como Van Gennep afirma, colocando-a na situação de “margem”. Assim, a negativa que seu marido sofrera por parte de alguns países que recebiam refugiados, fora acusado de ser comunista, marca igualmente sua situação de liminaridade, registrando um quadro em que não se encontra mais na situação anterior, mas também não a abre perspectivas de colocar-se enquanto o “vir a ser”, o indivíduo com outros horizontes. Todavia, já na situação de liminaridade, destacamos um rito pelo qual marcara suas lembranças. Na oportunidade de conversas com representantes brasileiros nos campos de refugiados, ouvira que sua chegada interessava ao Brasil porque, “queremos vocês lá para clarear a raça”<sup>311</sup>. Assim, tal momento reveste-se de simbolismos que ressaltam a condição de “ser transicional”, sua situação de estar colocada a margem. Não obstante, compreendemos ainda a falta de compreensão que a fala dos representantes brasileiros tenha gerado aos ouvidos de Ana Toncic, nesse caso, faltavam-lhe elementos que permitissem a sua compreensão, como a realidade do país que aceitava, naquele momento, a sua imigração e a de seu marido.

Acrescenta-se a esse pano de fundo, a situação vivenciada por Krystina Harasyn<sup>312</sup>, neste caso o rito liminar, que vivenciara em sua condição de “ser transicional”, seria o término da guerra e, conseqüentemente, a perda material e simbólica de sua pátria. Afinal, por um lado ela e sua família não eram alemães, e o país encontrava-se materialmente destruído, e por outro não daria para voltar para a Ucrânia, pois o “comunismo estava lá, Stalin apoderou-se

<sup>309</sup> VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013. P. 30

<sup>310</sup> Entrevista concedida pela senhora Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 19/07/2009.

<sup>311</sup> *Ibidem*.

<sup>312</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 20/05/2016.

de tudo aquilo, não dava para voltar”. Por outro lado, sentia a mudança pela qual o próprio local em que se encontrava passava, ou seja, a transformação de campos de trabalho forçado a campos de refugiados.

Experiência parecida seria relatada por Irene Popow<sup>313</sup>, imigrante ucraniana, pois, quando do término do conflito, permaneceriam - ela e sua família - nos mesmos campos, agora com designações diferentes. Ademais, agora quem controlava as atividades no interior desses locais eram, os países aliados e, posteriormente com sua criação, a Organização Internacional para Refugiados (OIR).

Conforme ressalta Van Gennep, os estrangeiros não conseguem ingressar diretamente no território de outras tribos, em nosso caso, em outra sociedade, sem que antes cumpra uma série de etapas que lhe consagram enquanto elemento a ser aceito. Neste sentido, tanto para grupos quanto indivíduos, os mecanismos de ingresso são sempre os mesmos, a saber: a parada, espera, a passagem, a entrada e a agregação. Compreendemos que, brevemente, conseguimos lançar algumas considerações acerca da parada e da espera, faz-se mister agora, elencarmos algumas situações e ritos que marcaram a passagem, aqui compreendidos enquanto a viagem, a entrada e, por fim, a agregação.

A viagem, no processo de deslocamento, seria aquela etapa comum a todos os refugiados, até mesmo pela obviedade imposta pelo Oceano Atlântico. A viagem marca nos relatos dos imigrantes um ponto central neste processo, que, apesar de possuir variações nas experiências vividas nos navios, poderiam ser compreendidas enquanto o momento da tomada de consciência de que se afastaria em permanente de sua terra natal. Segundo Pollak, esse quadro poderia ser caracterizado como marcos imutáveis dentro da memória, elemento que a constitui tanto quanto a flutuação e variabilidade marcada pelas experiências individuais<sup>314</sup>.

A esse quadro, acrescentamos a potencialidade das falas memoriais dos refugiados que, mesmo impelidos e levados a imigrar por uma conjuntura que se mostrava para além das simples escolhas individuais, tal potencialidade pode ser considerada um elemento positivo enquanto ação que reafirma sua posição de agente ativo no processo de constituição de sua identidade.

Ademais, utilizando as contribuições de Pollak, a memória e suas narrativas são fenômenos construídos social e individualmente podendo realizar, inclusive, uma relação “fenomenológica” estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Neste caso, a

---

<sup>313</sup> Entrevista concedida pelas irmãs Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

<sup>314</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricas, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992. P. 200-212.



identidade está fortemente ligada ao processo de transitoriedade no qual o sujeito se encontra. Assim, o próprio fenômeno de deslocamento constitui, por si só [somado as premissas que levaram ao deslocamento] um ato de contestação a uma ordem vigente que se vislumbra, tendo sua expressão no fundado teor, ou no da prática, perseguição política, social, religiosa. Enfim, quadros em que se verifica desrespeito e violações dos direitos humanos<sup>315</sup>.

Ainda segundo Pollack, a construção da memória e identidade passa pelas tensões envolvidas na relação indivíduo/experiência, fato este que marcará experiências individuais. Todavia, não é somente de rupturas e ineditismos que se constrói uma memória, mas igualmente por marcos imutáveis. Em nosso caso, a viagem, o deslocamento inter Atlântico, pode ser compreendido com um desses marcos imutáveis, ou seja, será momento comum nas lembranças desses indivíduos. Ainda assim, e justamente devido a estreita relação indivíduo/experiência, a viagem é experimentada de maneiras multifacetadas, tornando-a específica.

É interessante observarmos que, como salienta Van Gennep, os ritos de partida guardam em seus acontecimentos elementos cuja finalidade é fazer com que a cisão não seja brusca, e sim progressiva, do mesmo modo que a agregação é realizada<sup>316</sup>.

Tais ritos de partida podem ser representados por uma infinidade de objetos e situações que tenham, de certa forma, marcado uma nova etapa no estágio do “ser transicional”, como por exemplo um objeto familiar. Tendo a proximidade de embarque anunciada, Graziela Andreani<sup>317</sup> havia recebido um estranho embrulho de um desconhecido que afirmava ser um presente de sua avó materna. Segundo relata, essa avó se encontrava em local ocupado pelo comunismo, na região da Istria, e, por conseguinte não conseguiria obter meios de lhe enviar tal presente. O objeto em questão seria uma estola de lã angorá. Esta passagem é interessante pois a faz perceber a dualidade de mundos no qual encontra-se inserida, os laços com sua terra natal encontram-se presentificados pela estola, que a recorda a avó, e por outro lado, marca igualmente um processo de despedida, cisão.

No momento de passagem interterritorial o indivíduo encontra-se em uma situação especial, que em nosso caso não se assemelha com sua experiência vivida em sua terra natal, mas que guarda similaridades quando do momento do conflito global, fato este que gerou seus

---

<sup>315</sup> Tais objetivações encontram-se reunidas, para o caso dos deslocados, no documento que se configurou enquanto um marco na identificação deste: o Estatuto do Refugiado de 1951. Para mais detalhes ver: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1).

<sup>316</sup> VAN GENNEPP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013.

<sup>317</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

deslocamentos. Em outras palavras, esses indivíduos flutuam entre dois mundos, situação esta que se estende por tempo considerável<sup>318</sup>. Acrescenta-se, pois, que parte desse processo se desenvolve em uma espécie de zona neutra, zona que coloca o indivíduo frente a novas ações, sentimentos e anseios dentro de sua situação como “ser transicional”. Aqui, a viagem poderia ser compreendida enquanto parte dessa zona neutra.

Ainda nesta linha de pensamento, a fala de Toncic é interessante para observarmos essa nova torrente de sentimentos e anseios. Relata-nos que durante a viagem seu marido por diversos momentos chorava com a decisão tomada de imigrar. Entendemos aqui que tal sentimento não configura uma postura de arrependimento, mas simbolicamente denota um marco dentro do rito de passagem, como tomada de consciência dessa situação liminar, entre dois mundos. Soma-se a essa situação, agora sim, um sentimento de arrependimento por parte de Ana Toncic, quando questionava-se “o que eu fiz?”<sup>319</sup>. Todavia, tal postulação denota, assim como a de seu marido, uma tomada de consciência.

Por outro lado, “a nossa passagem pelo Equador era uma festa. Por exemplo, o nosso navio saiu de Gênova, em janeiro, um frio terrível. Quando passou pelo Equador, fez-se uma festa. Me lembro muito dessa festa, que era feita a bordo”<sup>320</sup>. Tal evento marcara a memória da refugiada italiana Graziela Andreani, que poderia, simbolicamente, ser dotada da mesma significação que os sentimentos de arrependimento marcavam a experiência de Toncic. Neste sentido, a tomada de consciência “na margem”, pode se desenvolver de diversas formas, negativas ou positivas, mas que por fim, atendem ao mesmo rito de passagem, da condição de estar entre dois mundos<sup>321</sup>.

Geralmente, o limite espacial, seja este territorial ou simbólico, é marcado por determinados objetivos que visam demonstrar o ingresso em uma nova realidade. Por assim dizer, esses marcos são comumente apresentados como postes ou pórticos. É interessante observar, na imagem a seguir, que no pós-guerra havia uma espécie de placa-lembrete na entrada do cais de desembarque, elemento este colocado pelo governo brasileiro em diferentes idiomas que, pressupomos, tinha por objetivo marcar o início de uma nova etapa, como quase que ritualística. Nesse pórtico lia-se: “*Você era um Estranho e o Brasil o acolheu*”. A partir

---

<sup>318</sup> TURNER, Victor. *Betwixt and Between: O período liminar nos “Ritos de Passagem”*. IN: \_\_\_\_\_. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. EdUFF. Niterói, 2005. P. 142

<sup>319</sup> Entrevista concedida pela senhora Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 19/07/2009.

<sup>320</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009

<sup>321</sup> TURNER, Victor. *Betwixt and Between: O período liminar nos “Ritos de Passagem”*. In: \_\_\_\_\_. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. EdUFF. Niterói, 2005. P. 142

de então, ao menos em teoria, o imigrante deveria identificar-se e ser grato a pátria que o havia acolhido.

Figura 23 - “Você era um Estranho e o Brasil o acolheu”



Nota: Cais Principal e a Placa de "recepção" aos refugiados. Ilha das Flores. Foto: Kurt Klagsbrunn. 1949.

Fonte: LISSOVSKY, Mauricio. *Refúgio do Olhar*. A Fotografia de Kurt Klagsbrunn no Brasil dos anos 940. Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2013.

Como ressalta Van Gennepp<sup>322</sup>, tais marcos poderiam ser encarados enquanto o limite entre o mundo estrangeiro e o mundo doméstico. Nesta acepção, a placa poderia ser encarada como a soleira, por ele indicada, que ao atravessar, o imigrante ingressava em um novo mundo. O autor ressalta ainda que tais ritos da soleira não representavam ritos de aliança, na verdade significavam ritos de preparação para a aliança. Entendemos, com isso, que representava um dos últimos ritos que marcariam a situação de *liminaridade*. Outro rito que poderia marcar a transição entre a *liminariidade* e a situação *pós-liminar* seria a assinatura e catalogação dos imigrantes nos livros de registro da Hospedaria, onde constaria as principais informações acerca do refugiado.

<sup>322</sup> VAN GENNEPP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013. P. 37

Igualmente importante é salientar a significação que o próprio termo genérico, “refugiados” ou mesmo “imigrantes”, representava. Segundo Turner, “no desenvolvimento do processo de passagem, a forma particular torna-se uma matéria mais geral: em muitos casos seus próprios nomes são retirados e cada um é chamado, exclusivamente, pelo termo genérico”<sup>323</sup>.

Por outro lado, a chegada na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores proporcionava diferentes reações aos refugiados. Irina Popow lembra que ao pisar no ancoradouro, sua mãe esquecera tudo que havia ouvido falarem sobre o Brasil, ajoelhou-se, “beijou a terra e disse assim: ‘daqui eu não saio. Aqui eu vou morrer.’”<sup>324</sup>.

Dentro desse quadro é interessante um elemento observado por Van Gennep quando da figura do estrangeiro e sua inserção em uma nova comunidade. Neste caso, o “protocolo de recepção” passaria pelo seu alojamento em uma espécie de casa comum. Em nosso caso, poderíamos tentar estabelecer uma analogia na qual a “casa comum”, neste caso entre os imigrantes, seria a própria hospedaria, sendo a mesma um dos elementos que compõem o protocolo de recepção do “ser transicional”.

Já ingressos na Hospedaria, um elemento em comum marca as diversas memórias e representações sobre o passado dos refugiados. Tal elemento passaria, fundamentalmente, pelo refeitório: a comida! Não à toa, a adaptação à comida seria uma das etapas pelas quais os refugiados deveriam passar. Harasym<sup>325</sup> nos relata que, por não estarem acostumados com a comida – o nosso arroz com feijão - sua família não comia o suficiente, sendo a mesma realizada em etapas, de maneira que cada vez conseguiam comer mais.

Fala bem parecida foi nos dada por Graziela Andreani quando da lembrança de seus pais. Afinal, “o arroz e feijão foi uma coisa terrível de enfrentar, porque imagina, é uma coisa muito diferente do macarrão, não é?”<sup>326</sup>. Ainda assim, uma das reações possíveis frente a comida seria a sensação de acolhimento e agregação. Neste sentido, Popow lembra que após anos de muita fome durante a guerra, para além do acolhimento, a lembrança mais viva em sua memória seria “dos panelões de arroz e banana”<sup>327</sup>.

<sup>323</sup> TURNER, Victor. *Betwixt and Between: O período liminar nos “Ritos de Passagem”*. IN. \_\_\_\_\_. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. EdUFF. Niterói, 2005. P. 141

<sup>324</sup> Entrevista concedida pelas irmãs Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

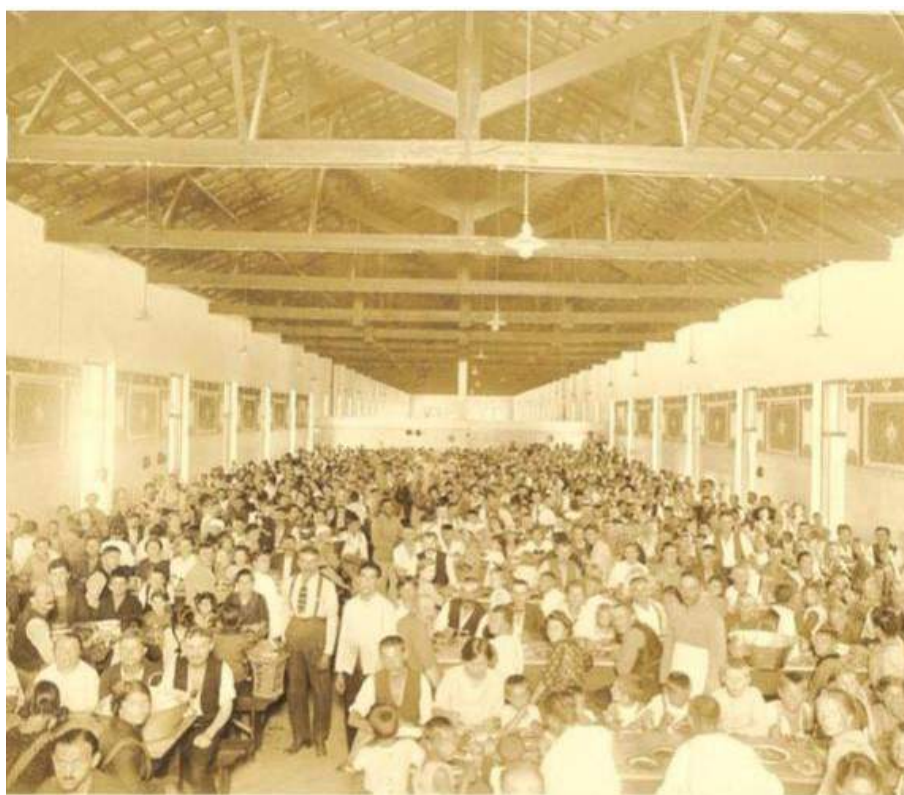
<sup>325</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores. 20/05/2016.

<sup>326</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

<sup>327</sup> Entrevista concedida pelas irmãs Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

Alinhando mais uma vez a teoria de Van Gennep com as falas dos refugiados, percebe-se que um dos ritos de agregação descritos pelo autor pode ser analogamente comparado ao refeitório da Hospedaria. Ao encontro das afirmações, Van Gennep ressalta que a comensalidade, o ato de comer e beber juntos, representava um importante momento na agregação deste novo membro a sociedade. Dessa maneira, “a comensalidade, ou rito de comer e beber em conjunto, é claramente um rito de agregação, de união propriamente material o que foi chamado um sacramento de comunhão”<sup>328</sup>.

Figura 24 - Refeitório da hospedaria



Nota: Refeitório da Hospedaria. Ilha das Flores. Sem data. Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.

Fonte: Acervo CMIIIF/UERJ

O processo de agregação à sociedade brasileira marcará também as memórias de alguns refugiados. Guerrino Andreani, nos relata que muitas pessoas que o conheceu não faziam ideia de que sua nacionalidade era italiana, pensavam que era nascido no Brasil. Sua explicação para tal fato é de que possui os mesmos defeitos e qualidades, as maneiras dos brasileiros, enfim, “tudo o que o brasileiro tem. [...] Eu peguei e assimilei”<sup>329</sup>. Ademais, Van

<sup>328</sup> VAN GENNEPP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013. P. 48

<sup>329</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

Gennepp destaca que um dos ritos de agregação mais importantes seria o símbolo da *naturae imitatio*<sup>330</sup>, quer dizer, o ato simbólico de imitar a natureza do outro, buscando elementos que o torne parecidos ou, ao menos visualmente, igualável àquele que é observado.

Todavia, entendemos que tais ritos de agregação não se desenvolveram sem choques culturais, muito pelo contrário. Graziella Andreani, por exemplo, lembra que o que atraía sua atenção na escola era que as crianças faziam fila no pátio para cantar o hino nacional, hino da bandeira, dentre outros. Mas a agregação à nova terra gerava também múltiplas estratégias, sendo uma delas, a busca de referências que lhe eram mais “comuns”<sup>331</sup>. Nesse sentido, Krystina Harasyn nos conta que seus pais decidiram fixar-se no Paraná porque, além do clima mais favorável, tinha uma colônia de ucranianos na cidade de Prudentópolis. Pois, “É pra lá que eu vou, porque se eu encontrar um ucraniano que me entenda, eu já tô no paraíso, né”<sup>332</sup>.

Por fim, a lembrança maior que se verifica em suas falas é a hospitalidade com a qual foram recebidos. Utilizam-se dos termos “hospitaleiros”, “integradores”, enfim, uma gama de adjetivações positivadas. Não obstante, entendemos ainda que, para além do processo de recepção ter sido bom ou não, tais afirmações encontram-se em estreito diálogo com a vivência e experiência pela qual passaram durante a Segunda Guerra Mundial. É o que pretendemos analisar a seguir.

### 3.2 “Como era bonita a Ilha das Flores”: memórias sobre a recepção

A memória é marca fundamental no processo de construção da identidade do indivíduo. Quando falamos em memórias de deslocamentos forçados, para além das boas lembranças que possam marcar a trajetória, rupturas e perdas marcam todo o processo de reconstituição pessoal, seja social (na condição de refugiado/deslocado) seja política (anticomunismo real/criado). Como observado acima, dentro de todo esse processo há marcos simbólicos que representam as rupturas e pontes que inserem as pessoas nos processos de deslocar-se, podendo ser elementos mais genéricos, como a viagem, ou como símbolos mais

---

<sup>330</sup> VAN GENNEPP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013. P. 46

<sup>331</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziella Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

<sup>332</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasyn ao Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores. 20/05/2016.

particulares, afetivos. Não temos dúvidas de que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores representa um desses marcos de memória.

Particularmente tratamos aqui de acontecimentos vividos que são constituintes da memória, ou seja, as memórias que estamos analisando foram de fato vivenciadas pelo enunciador, e não está ligada a uma memória de “vivência por tabela”, como insta Pollack<sup>333</sup>. Para além dos acontecimentos, a memória é constituída por outros dois elementos: pessoas e lugares. Este último, notadamente, se encontra o espaço de acolhimento dos DP's no Brasil.

A refugiada Ana Starman<sup>334</sup> se lembra exatamente do momento de sua chegada à Ilha das Flores, recorda-se que haviam mais de 300 pessoas com ela experimentando se não os mesmos sentimentos, emoções análogas. Logo na chegada já seria recepcionada por educados funcionários, dispostos a auxiliar em tudo que fosse possível. A seguir, seria encaminhada junto de seu esposo para quartos nos quais eles puderam permanecer juntos durante a estadia na Hospedaria. Tais espaços, certamente, foram constituídos com a construção do segundo pavimento da Ala Sul, como já analisado.

Segundo Starman<sup>335</sup>, eles permaneceram na Hospedaria pelo período de três semanas, sendo este um período muito agradável, muito bom. Ainda que quando da saída da Europa não soubessem que teriam esse espaço receptivo para acolhimento, ressalta que como havia se deslocado tanto de um lado para o outro, anos longe de suas casa e terra natal o período na Ilha não fora nada comparado. Afinal, ali contava com o bom tratamento dos funcionários e a ajuda de que necessitavam em um primeiro momento. Ainda que sua experiência com a comida lá servida não tenha sido a melhor, certamente dadas às diferenças culturais e culinárias dos países, ressalta ela que a comida levava muito coco e que não estava acostumada, fato que foi paulatinamente sendo superado.

Essa memória positiva da Hospedaria ganha uma nova luz quando é arguida sobre os motivos que levaram, ela e seu esposo, a saírem da Europa no imediato pós-segunda guerra. Respondeu ela “Que pergunta. Uma melhora de vida porque a gente estava sofrendo muito. Você não tinha nem lar, nem nada.”<sup>336</sup>. Nesse caso, a vinda para o Brasil, que se fortaleceu pela garantia de que havia emprego no país quando ainda estavam em campos de deslocados na Europa, encontrou na Hospedaria um momento quase que de interregno entre tantas mudanças, deslocamentos e rupturas, se convertendo em três semanas de adaptação a uma

---

<sup>333</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992. P. 202

<sup>334</sup> Entrevista concedida por Ana Starman ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 23/03/2010.

<sup>335</sup> Ibidem.

<sup>336</sup> Ibidem.

nova realidade, como a comida por exemplo, e construindo uma nova memória, agora mais positiva, de seu processo de deslocamento.

Como se pode perceber trabalharemos aqui com duas conceituações de memória, como tal propostas por Joel Candau<sup>337</sup>, sendo estas: a *memória propriamente dita* e a *metamemória*. A primeira, que também pode ser conceituada como de alto nível, é uma memória de recordação, de reconhecimento de lembranças e fatos autobiográficos<sup>338</sup>. É nessa etapa que se realiza a estreita ligação entre memória e esquecimento, mas sempre baseada no caráter da verossimilhança. Já a *metamemória* é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, quer dizer, o conhecimento que se tem delas e as filiações, positivas ou negativas, que se faz com essas lembranças.

Ademais, como destaca o autor, cabe ainda mais uma diferenciação entre as duas categorias de memória aqui mobilizadas. A *memória de alto nível* depende diretamente da faculdade da memória, da recordação e rememoração dos fatos, enquanto a *metamemória* é uma representação diretamente filiada a esta faculdade, uma análise feita a *posteriori*, a partir do presente no qual se recupera determinada característica de sua vida. Utilizamos do exemplo usado acima, da refugiada Ana Starman. A *memória de alto nível* está diretamente ligada aos fatos por ela narrados, como sua chegada a Ilha, a permanência na Hospedaria pelo período de três semanas em quartos familiares, e não em alojamentos separados por sexo; enquanto que sua percepção de que o período no qual permaneceram na Ilha foi muito bom, sendo muito bem tratado pelos funcionários está ligado as representações em torno de suas memórias sobre aquele espaço, daí mais próximo a *metamemória*.

As contingências do momento, como lembra o refugiado iugoslavo Giorgio Bonguardo<sup>339</sup>, foram fundamentais para a saída de sua família da Europa e sua consequente escolha do Brasil. Destaca que, ainda que em 1951, ano que vieram para o Brasil, a guerra já tivesse acabado havia seis anos, via e vivia-se ainda vestígios dos tempos de conflito, o que

---

<sup>337</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 22 e 23

<sup>338</sup> Nos cabe aqui fazer uma observação. Candau ainda divide a memória em mais uma classificação: a *protomemória*. Esta ligada aos saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas por membros de uma sociedade, uma espécie de memória social compartilhada. Seria nesta etapa, por exemplo, que estaria introjetada as rotinas, a linguagem, costumes que nem sempre são questionados, mas que de algum modo se diferencia de automatismos. Todavia, entendemos que tal dimensão não comporta elementos basilares para a análise que aqui nos propomos, tendo em vista que nosso olhar se torna mais individual através da percepção que cada deslocado e refugiado teve de sua trajetória, com marcas e elementos que singularizam movimentos que muitas vezes são analisados de maneira mais genérica. Por assim dizer, optamos por termos em horizonte a memória de alto nível e a metamemória como parâmetros de nossas análises. Ver mais: CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 23

<sup>339</sup> Entrevista concedida por Giorgio Bonguardo ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 31/08/2009.



acarretava em um estilo de vida marcado por grandes dificuldades. Por outro lado, a ida para o Brasil, a busca por um recomeço marcava um fio de esperança em sua família, que havia sido recusada em outros países pelo fato de seu pai ter ido à guerra como soldado.

Ao ser questionado o que a vinda para o Brasil representava, a palavra “esperança”<sup>340</sup> se apresenta como epíteto de um discurso. Esperanças afinal haviam passado por grandes dificuldades na Europa, e vendo-se sem emprego seu pai se virava como podia, vendendo bolsas de linha de nylon para fábricas, toda a família auxiliava inclusive Giorgio ainda criança, todos em casa sem muitos momentos de distrações. Em contraste, as lembranças dos vinte e um dias passados na Hospedaria, a despeito de seu pai que ia à cidade em busca de emprego, são marcados por brincadeiras, pescarias de “cocorocas” nas águas da Baía de Guanabara, banhos de mar e as peladas (partidas de futebol) que as crianças sempre faziam na Ilha.

As brincadeiras somam-se a excelente acolhida que tiveram na Hospedaria. Detalhe que diferentemente da experiência de Ana Starman, Giorgio se recorda que ficara em um alojamento junto de sua mãe e irmãs, enquanto seu pai ficara nos alojamentos destinados aos homens adultos. Tudo isso após passarem por todos os procedimentos de registro, preenchimento da papelada e exames realizados pelo médico da Hospedaria.

Outro fato que viria marcar a vivência do jovem Giorgio nos primeiros dias no Brasil foi o passeio que os funcionários da Hospedaria realizou com as crianças que ora se encontravam na Ilha das Flores. Além da exposição em si, o tamanho da cidade havia chamado sua atenção, haja vista que sua cidade natal não tinha mais que 800 pessoas. Ao fim e ao cabo, nas lembranças e representação de Giorgio a Ilha das Flores era um lugar lindo.

Nas falas memoriais de Bonguardo<sup>341</sup> fica-nos clara a diferença entre as experiências vividas na Europa do pós-guerra, de dificuldades, poucas brincadeiras, auxílio ao seu pai, com a chegada e os vinte e um dias que passaram na Hospedaria da Ilha das Flores, marcado certamente por um desejo de recomeçar, notadamente na figura de seu pai que saía da Hospedaria para buscar emprego, mais sobretudo, marcada pelas brincadeiras, momentos de descontração e lazer que usufruiu naquele ambiente de acolhimento. Não surpreende que ao se recordar daquele espaço, lhe tenha vindo a palavra “lindo” a mente.

Como sabemos, a memória possui papel fundamental na formação da identidade do indivíduo, de modo que a construção do *eu* está estreitamente ligada as lembranças de seu

---

<sup>340</sup> Entrevista concedida por Giorgio Bonguardo ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 31/08/2009.

<sup>341</sup> Ibidem.

passado e às representações que no presente este realiza de seu pretérito. Por todos os condicionamentos, como bem aponta Fernando Catroga, a memória é seletiva. É em suas palavras a “retenção afetiva e ‘quente’ do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo”<sup>342</sup>. Em outras palavras, a memória é constituída por marcos importantes na vida e trajetória dos indivíduos, pontos de interesse afetivo sejam positivo ou negativo, que traçam certa linearidade e busca o futuro como projeto.

Como já começamos a perceber as lembranças afetivas em torno da recepção na Hospedaria são bastante positivadas, continuemos nossa análise. Os deslocados italianos Guerrino e Graziela Andreani<sup>343</sup> lembram bem de passagens no período enquanto estiveram na Hospedaria. Guerrino<sup>344</sup>, destaca que haviam chegado pela madrugada ao Rio de Janeiro e a Ilha das Flores, onde acompanharam o amanhecer do dia. Após o idílico quadro, se recorda dos alojamentos e as regras que se seguiam para o alojamento, onde as crianças de até 15 anos, masculinas, permaneciam com suas mães e após essa idade ficavam na Ala masculina, “não tinha problema nenhum, tudo muito organizado”<sup>345</sup>. Ademais, se recorda também dos processos administrativos que lá se desenvolviam, como o registro dos imigrantes assim que desembarcavam na Ilha das Flores, onde constavam as aptidões técnicas de cada um e suas profissões, elementos importantes, segundo ele, tendo em vista que muitas pessoas iam a Hospedaria atrás de mão de obra especializada. Talvez a memória de Guerrino esteja mais voltada para a questão do trabalho, dada as dificuldades que seu pai encontrara na Itália no pós-guerra para se empregar e manter a família e o retorno positivo que tiveram por representantes brasileiros de que a formação técnica que seu pai possuía pela FIAT auxiliaria sobremaneira na busca de emprego para ele no país.

Por outro lado, Graziela<sup>346</sup> que ainda era criança em fase de transição a adolescência quando passara pela Hospedaria volta sua atenção para outros detalhes, diferentes de Guerrino. A primeira coisa ao se recordar da Ilha é que era um lugar muito bonito, cheio de plantas, flores e pássaros que fazia muito calor, mas que ao final da tarde sempre chovia para refrescar. Lembra dos alojamentos, que assim como a experiência de seu esposo a família

---

<sup>342</sup> CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 20

<sup>343</sup> Guerrino e Graziela Andreani são casados, mas possuem diferentes experiências em suas trajetórias e memórias dos deslocamentos. Até virem para o Brasil suas famílias não se conheciam, tampouco esse contato se deu na Hospedaria da Ilha das Flores. Posteriormente, já estabelecidos no Brasil, suas famílias vieram a se conhecer, e a partir daí se iniciou a relação.

<sup>344</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

<sup>346</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

ficou separado, em alas masculinas e feminina/infantil, mas dois outros aspectos nos chamam mais a atenção. O primeiro se refere a alimentação e o segundo as brincadeiras.

No que se refere a alimentação, recorda da surpresa e do impacto, visual e gustativo, que o arroz com feijão causara em seus pais, inclusive destacando que sua mãe sofrera muito até se adaptar a comida na Hospedaria. Em contrapartida, ela enquanto criança, disse não se recordar de ter sofrido tanto, e que a adaptação a culinária se desenvolveu de maneira mais célere. Mas que, apesar dessa questão específica em torno da comida destacava que no período de recepção “não se vivia mal”.

Já em relação as brincadeiras, destaca que de modo geral o período que lá passou lhe marcou bastante pelas brincadeiras que participava, pois havia um amplo espaço para estas e, mais que isso, “podíamos brincar à vontade porque não tinha perigo nenhum”<sup>347</sup>. Tal fala, sem dúvida, está em perfeita sintonia a vivência que Graziela teve na Europa do imediato pós-guerra, um lugar ainda perigoso, com poucas liberdades, mesmo que para crianças, onde a tensão e vigilância ainda se faziam fortemente presentes. O contraste e a lembrança positivada da Ilha das Flores não poderia ser diferente.

Recorrendo às taxonomias propostas por Candau<sup>348</sup>, fica-nos claro que a entrevista concedida pelo casal de deslocados italianos permeia ambas as classificações tanto de memória de alto nível, sobretudo nas lembranças de Guerrino sobre a parte administrativa e a questão do emprego, quanto de *metamemória*, das percepções de Graziela sobre as dificuldades que sua mãe passou ao se adaptar a culinária, elemento este que talvez não tenha sido observado quando da vivência naquele espaço, mas uma análise e representação criada num momento posterior.

Decerto, as memórias da recepção estão ligadas às experiências vividas durante a Segunda Guerra e no imediato pós-guerra. A positivação dessas memórias, e até mesmo das percepções geradas posteriormente, como a destacada por Guerrino, na qual o brasileiro é muito acolhedor e facilita a “integração” da pessoa estrangeira à sociedade estão ligadas, como apontadas por Catroga<sup>349</sup>, na correlação existente entre a construção da memória pessoal com o processo de socialização. Deste modo, a formação do *eu*, do que se entende pelo mais subjetivo, é inseparável da maneira como a pessoa, no caso Guerrino, se relaciona com os valores da sociedade em que se situa. Para além, constrói e organiza a luz do pretérito

---

<sup>347</sup> Entrevista concedida por Guerino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

<sup>348</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 22 e 23.

<sup>349</sup> CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 20

o seu percurso como projeto. Como Guerrino mesmo diz, “ninguém acredita que sou italiano, todos pensam que sou brasileiro”<sup>350</sup>.

Ademais, fica-nos claro a partir da fala de Guerrino dos motivos que levaram sua família a escolherem o Brasil como país de destino, a perda de referências e da identidade de toda uma região, e conseqüentemente das pessoas que lá vivam. Afinal, a escolha pelo reassentamento em outro país se deveu a Guerra, pois “guerra é uma coisa que serve para nada, a única coisa que serve é para destruir os povos, mais nada. Aonde nós nascemos hoje em dia não é mais território italiano, e na época era”<sup>351</sup>.

Ao serem entrevistadas em 2010, Aurélia Cettina e Luciana Perna destacavam exatamente as vivências e dificuldades que presenciaram em território europeu. Mais que a vivência, a marca que tais eventos deixaram em suas memórias. Com especial ênfase em uma data, Luciana relatava que o dia 02 de novembro jamais sairia de sua memória, era o “dia dos mortos”<sup>352</sup>. O dia dos mortos, nesse caso, foi marcante dado que neste dia a região na qual ambas vivam sofreu forte bombardeio no período dos conflitos, de modo que “havia morto para tudo que é lado”<sup>353</sup>. O cenário era de total desolação e sentimento de perda, perda das cidades e suas construções em pedra e cal, perda de pessoas, vizinhos e amigos. Uma lembrança forte que marcaria definitivamente a memória de ambas refugiadas. Afinal,

Esse dia foi o mais triste. Bombardeavam tudo, casas, pessoas, tudo, tudo. Meu pai cansou de ver mulheres presas nas grades, jogadas pelo chão, nós víamos mesmo. Mortos, nós passávamos por cima deles, fugindo, para ir se esconder. Era muito triste, foi o primeiro grande bombardeio que a cidade sofreu. No porto em que meu pai trabalhava os bombardeios eram ainda mais fortes<sup>354</sup>.

Acreditamos ser importante contextualizarmos, ainda que brevemente, o momento em que estamos trabalhando aqui e a realidade europeia daquela época, que decerto influenciara as lembranças e percepção do acolhimento dos refugiados no Brasil. Como ressalta Judt<sup>355</sup>, a perspectiva da Europa após a Segunda Guerra Mundial era de desespero, miséria e desolação total, ressaltando ainda que os conflitos não se encerraram com a derrota da Alemanha

<sup>350</sup> Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

<sup>351</sup> Ibidem.

<sup>352</sup> Entrevista concedida por Aurélia Cettina e Luciana Perna ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 13/05/2010.

<sup>353</sup> Ibidem.

<sup>354</sup> Entrevista concedida por Aurélia Cettina e Luciana Perna ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 13/05/2010.

<sup>355</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 27 e 28

nazista, mas que veio a prosseguir durante um bom tempo no Leste Europeu e nos Bálcãs, locais de origem, se não de todos, da maioria dos refugiados ingressantes no Brasil.

Exatamente por ser a origem de parte significativa dos refugiados aqui chegados, acreditamos que um quadro daquela realidade é fundamental. É sabido que no leste e sudeste europeus as forças nazistas foram impiedosas com sua população, e não apenas devido a resistência interna. As consequências materiais<sup>356</sup> consequentes das ocupações nazista, soviética e das diversas resistências criou um quadro extenuante, onde a cidade de Kiev, por exemplo, era apenas uma grande ruína ardendo a fogo, a cidade de Minsk, na então Bielo-Rússia estava 80% destruída. Ademais,

A Iugoslávia perdeu 25% de seus vinhedos, 50% do gado, 60% das estradas, 75% das terras cultivadas e das pontes em vias férreas, uma em cada cinco residências, bem como a terça parte do limitado potencial da indústria do país – além de 10% da população que existia antes da guerra<sup>357</sup>.

A todo esse cenário, acrescenta-se o problema de alimentar, abrigar, vestir e cuidar dos sobreviventes. O povo padecia de fome e doenças, o problema decorria em parte da destruição das fazendas, bem como falhas no sistema de comunicação<sup>358</sup>. Brevemente, buscamos traçar assim o cenário de uma Europa pós-Segunda Guerra, vivenciada pelos refugiados que aqui analisamos suas lembranças e memórias. Retornemos a elas.

A escolha pela imigração é lembrada por Luciana Perna através da figura de seu pai, que segundo ela, havia decidido pelo reassentamento para o bem de toda a família. Interessante observar, porém, que o Brasil não fora a primeira opção de destino, sendo estes a Austrália e Nova Zelândia. Igual elemento é observado por Aurélia Cettina, destacando que a vinda para o Brasil se deveu ao elevado número de filhos que seus pais possuíam, tendo em vista que os demais países aceitavam casais com um ou dois filhos, enquanto o Brasil aceitava famílias mais extensas.

Quando da chegada em território brasileiro relembram que foi muito bom, muito prazeroso, e que o calor não as afetara muito, afinal como elas mesmas destacam, eram crianças e conseguiram se adaptar mais facilmente ao clima brasileiro.

---

<sup>356</sup> De forma alguma entendemos que as perdas materiais se sobrepuseram a humana durante a Segunda Guerra Mundial, a própria natureza e senso de humanidade nos leva a pensar o contrário. Estima-se que cerca de 36,5 milhões de vida sucumbiram durante este período da história contemporânea, a este fato temos ciência e devemos todo respeito e solidariedade as famílias que tiveram perdas nesse período. Nosso destaque as perdas materiais se direcionam as dificuldades mais objetivas encontradas pelos deslocados e refugiados quando da tentativa de reconstrução de suas vidas, optando de certa forma, ou sendo levadas por força das circunstâncias a recorrerem a ajuda da OIR e posterior reassentamento no Brasil.

<sup>357</sup> JUDT, Tony. Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008. P. 31

<sup>358</sup> Ibidem. P. 40

Figura 25 - Chegada de uma leva de refugiados à hospedaria



Nota: Chegada de uma das levas de refugiados à Hospedaria. Ilha das Flores. Década de 1940.  
 Autor desconhecido. Coleção Leopoldino Brasil.  
 Fonte: Acervo CMIIF/UERJ.

Quando falaram sobre a comida servida no refeitório da Hospedaria, destacaram que era muito bem servida e que comiam de tudo mas por serem crianças tal processo de adaptação fora facilitado, diferentemente dos adultos. Segundo Aurélia Cettina, seus pais passaram por grandes dificuldades nesse ponto, principalmente sua mãe que não se adaptava ao feijão com arroz<sup>359</sup>.

Para além da comida, as lembranças de crianças lhe trazem à memória a Hospedaria como um lugar belíssimo, com muitas árvores, flores, tudo muito limpo e organizado. Luciana lembra ainda que gostavam bastante de tomar banho de mar, mas que por haver muitos caranguejos na região dificultava o banho, mas que em compensação passavam todo o dia brincando livremente por toda a Ilha. Aurélia, para além das positavações observadas por Luciana com sua concordância, chamava atenção ainda para a Capela da Ilha, onde iam “rezar e cantar em latim e todos ficavam olhando”. Ao fim e ao cabo, toda a família ficou junta no dormitório durante os quinze dias que lá permaneceram.

Mais uma vez nos salta aos olhos a diferença entre as lembranças da Europa, notadamente devastada pela dor, pelo sofrimento dos bombardeios, pela morte; enquanto que a chegada ao Brasil e, mais especificamente o período na Hospedaria da Ilha das Flores, é relembrado sempre como um período de muitas brincadeiras e diversões, quando memórias

<sup>359</sup> Entrevista concedida por Aurélia Cettina e Luciana Perna ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 13/05/2010.

acessadas são de crianças, e de grande felicidade e deslumbre quando adultos. É o que observamos até aqui, essa oposição clara, e que compreendemos influenciar nas lembranças sempre positivadas daquele espaço receptivo.

Por outro lado, existe uma estreita e íntima relação entre memória, identidade, filiação e distinção, quer dizer, é importante termos em mente que no processo de rememoração cada indivíduo une momentos de sua trajetória em uma “espécie de linhagem contínua e finalística”<sup>360</sup>. Tal construção de narrativa possibilita perceber os desdobramentos que se verificam na própria reatualização do eu, podendo ser essa cultural, política, bem como de valores nacionais. Assim, em um espaço de recepção e acolhida para uma nova etapa de (re)construção de vida, fica-nos claro esse diálogo, como ressaltado por Catroga, “com passados comuns, mas que estranhando-se ou distanciando-se do que foi, o sujeito atualiza sem cessar a unidade do seu eu”<sup>361</sup>, constrói-se um itinerário biográfico que é dotado de um determinado sentido para a vida. Afinal, os deslocados e refugiados que foram entrevistados conseguiram se estabelecer e constituir suas famílias e vidas no Brasil, nesse sentido, lograram, de certa forma, a “busca por uma vida melhor”, ou a fuga de uma “Europa destruída”, marcada por perseguições, desnacionalizações e outros eventos. Por assim dizer, o período que passaram na Hospedaria marcaria o início desse reestabelecimento de valores, de reconstrução de suas vidas, fazendo com que mais um elemento influencie na positivação da memória daquele espaço.

Ademais, tendo a ideia de futuro<sup>362</sup> influência na formação da identidade do indivíduo, Catroga chama a atenção que esta última é um produto social criado, pensado, elaborado e relaborado na relação dialógica entre o *eu* e o *outro*, a própria predisposição que influencia determinado indivíduo escolher elementos de seu passado para rememorar, é ao mesmo tempo ter em primeiro plano que se lembra de fatos marcantes em sua vida, mas que também se tornaram marcantes pela simbologia criada pelo próprio indivíduo e que se quer ser conhecida pelo outro<sup>363</sup>. A ideia de futuro é compreendida como a projeção, no tempo presente, no tempo do depoimento, que igualmente interfere na memória. Aquilo que se projeta na vida, o que pensamos que pode vir a ser, interfere na forma como narramos o passado. Nesse caso, as memórias sobre a recepção são momentos que marcam o indivíduo, mas justamente os marcam por carregar uma carga simbólica de transição entre duas realidades completamente distintas, saia-se de um mundo em destruição, a Europa devastada pela guerra, e entrava-se

---

<sup>360</sup> CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 28

<sup>361</sup> Ibidem.

<sup>362</sup> Ibidem. P. 32

<sup>363</sup> Ibidem. P. 26

em outro, o Brasil, tendo a experiência da Hospedaria como primeira vivência nessa nova realidade.

Analisemos agora mais uma entrevista sobre as lembranças que se relacionam com as reflexões do pensador português. Maria Covacci, refugiada italiana, ao falar sobre a chegada ao Brasil afirma prontamente que se deu muito bem no Rio de Janeiro, a sua chegada a Ilha das Flores havia sido feita através de pequenas embarcações e, como ela mesma lembra, a Ilha era “maravilhosa, com aquelas vitórias régia por cima da água, porque não estava acostumada a ver, na Itália não existe”<sup>364</sup>. Além do mais, em sua percepção, a Ilha das Flores era linda, e no meio dela havia fincada uma placa que lhe chamara a atenção, com os dizeres “Tudo com amor perfeito – Ilha das Flores”<sup>365</sup>. Já sobre a recepção, lembra-se que foram recebidos, ela e seu esposo, muito bem pelos funcionários, e tudo era feito por intermédio do governo brasileiro através do Ministério do Trabalho. Lembra-se igualmente das refeições que lá realizou, sendo a primeira delas um feijão com arroz que lhe chamara atenção e estranheza, pois “nunca havia visto na minha vida”<sup>366</sup>.

Em contraposição, a saída de sua terra natal foi motivada pelas dificuldades de vida que a guerra trouxe em seu desenvolvimento. O cotidiano na Itália era “horrrível”, Covacci se lembra que andavam quilômetros atrás de agricultores, para trocar qualquer ouro que possuíssem por trigo, óleo, pois dinheiro de nada valia naqueles tempos, a vida tornara-se dura. Ela e sua mãe perfaziam quatorze, quinze quilômetros em busca de trocas para conseguirem sobreviver. Para além desse quadro de penúria, completa

Não tínhamos onde morar, então qualquer cantinho que encontrasse fora da cidade, a gente recuperava, por causa dos bombardeios. Tinha sirene e refúgios, assim por baixo dos prédios, debaixo dos parques de diversões e dos jardins públicos. Eu perdi a família de meu tio inteirinha, de seis pessoas<sup>367</sup>.

Acreditamos que à luz do conceito de “ideia de futuro” conseguimos compreender o motivo que leva Maria Covacci a afirmar, logo de primeira, que havia se dado muito bem no Rio de Janeiro, afinal ela e seu esposo chegaram a Ilha das Flores, receberam um colhimento durante dois dias e seu esposo sendo pedreiro foi selecionado para reformar o palacete de Silvério Turano, que possuía grande alfaiataria na Cinelândia, e foram morar na Tijuca. No momento de sua fala, Maria sabe dos eventos sucedâneos à sua chegada ao Rio de Janeiro, afinal por ela vivenciada, e coloca tais percepções na recuperação de uma memória anterior,

<sup>364</sup> Entrevista concedida por Maria Covacci ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 14/05/2010.

<sup>365</sup> Ibidem.

<sup>366</sup> Ibidem.

<sup>367</sup> Ibidem.



como a da recepção na Hospedaria, pois ali foi o ponto de partida para que “se desse muito bem no Rio de Janeiro”. Por outro lado, e também dentro da percepção da “ideia de futuro”, a comparação dos modelos de vida por ela salientados entre o momento da guerra e a chegada ao Brasil é marcante, e como esse fato vem, acreditamos, a colaborar para a “edificação” de suas lembranças sobre a recepção.

A refugiada italiana Mirela Tozin<sup>368</sup> chegada ao Brasil quando criança lembra que foram bem recepcionados quando desembarcaram na Ilha das Flores retratando os funcionários da Hospedaria como pessoas amigas e de muito bom trato e que uma das primeiras experiências, e a mais marcante do ponto de vista cultural e identitário, foi a comida. Marcadamente, o momento das refeições surge nas memórias dos deslocados e refugiados como símbolo de uma nova realidade, afinal como alerta Tozin, “a comida era gostosa, só que a gente não era acostumada a comer arroz e feijão, né. Feijão preto principalmente, na Itália não come assim.”<sup>369</sup>.

Ademais, se recorda do período de vinte dias que permaneceu na Hospedaria como um período de brincadeiras<sup>370</sup>. Se lembra fortemente de que suas tardes eram marcadas pelas brincadeiras com suas amigas que fizera no deslocamento e na Hospedaria. Além das brincadeiras, se recorda do banho de mar que tomavam, com a água cristalina e a tranquilidade da Baía de Guanabara. Lembra-se igualmente do momento em que saíram da Ilha no momento em que seus pais haviam conseguido emprego em Santa Catarina.

Não obstante, muita dessas boas lembranças denota também as dificuldades passadas no período da guerra. Segundo Mirela Tozin os bombardeios na cidade de Zara, sua terra natal, eram frequentes. O sentimento de medo e insegurança marcavam os dias de guerra, pois que aos barulhos dos canhões e da artilharia corriam rumo aos abrigos e refúgios que a cidade possuía. Não havia emprego para os chefes de família, sua mãe passou a trocar joias e ouro que possuía por alimentos a dar as suas filhas. Um cenário de total destruição, pois “as crianças não iam para a escola, não tinha Igreja, não tocava o sino. A gente não sabia se era segunda, terça, quarta, não sabia nem mais o dia, sabe. Não tínhamos calendário, não tínhamos nada”<sup>371</sup>.

Ainda assim, devemos ter em mente que tais representações engendradas sobre o passado vivido, a metamemória proposta por Candau, sofre variações a partir da percepção do indivíduo em seu momento atual, ou seja, das contingências que o levou a falar e da trajetória

---

<sup>368</sup> Entrevista concedida por Mirela Tozin ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 14/10/2010.

<sup>369</sup> Ibidem.

<sup>370</sup> Ibidem.

<sup>371</sup> Entrevista concedida por Mirela Tozin ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 14/10/2010.

existente atrás de si. É nesse sentido que afirma Catroga sobre a formação tensional da memória do indivíduo, que se encontra sempre em permanente construção “devido à incessante mudança do presente em passado e as consequentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito”<sup>372</sup>. Assim, as próprias percepções de dificuldades, sofrimento na Europa, em contraste com os momentos de brincadeiras e lazer na Hospedaria trazida por Mirela Tozin, procuram demarcar igualmente uma trajetória, em busca de uma vida melhor. A Hospedaria marcaria assim, um espaço de início a uma nova realidade, de reconstrução de valores e de vida, que de alguma maneira logrou êxito. Afinal, ela constituiu sua família no Brasil e aqui permaneceu.

Outro depoimento interessante foi o concedido pela senhora Elke Grunupp<sup>373</sup>, que no Brasil veio a se tornar conhecida pelo seu nome artístico Elke Maravilha. Como chegara ao Brasil ainda muito nova, possuía apenas quatro anos de idade, se lembra das histórias que seu pai havia lhe contado de como vieram parar no Brasil. Filha de George Grunupp, idealista russo e contrário ao regime soviético, lutara em diversos momentos contra sua terra natal, como na “Guerra de Inverno” quando a URSS invadiu a Finlândia para anexação de seu território. Lembra-se Elke, que seu pai fora identificado como traidor da pátria pelo governo russo de Stálin e assim se iniciava os ciclos de fuga pela Europa.

Sua vivência desde muito nova estava marcada pela perseguição e não fixação em nenhum território. Ainda assim, seu pai seria preso por duas oportunidades durante a guerra, sendo enviado para a Sibéria inclusive. Fugiria dessas prisões e decidira que levar a sua vida fugindo com sua esposa e filha pequena não era o modelo que desejara, decidindo-se pela saída da Europa, fato que viria a ocorrer após o término dos conflitos, em 1949 através da OIR e o governo brasileiro.

Não à toa, à luz dessas informações, Elke nos relata que a Hospedaria da Ilha das Flores era considerada por seu pai como o espaço de recomeço, denotando a esperança na construção de uma nova e melhor vida para a sua família, e que as diferenças culturais, sobretudo na questão alimentar, tornava-se pequena<sup>374</sup>. Para além, representava segundo nos relatou, um lugar de paz, onde seu pai conseguira encontrar tranquilidade para poder projetar o recomeço da vida de sua família. Ficariam na Ilha das Flores pouco mais que duas semanas, ao serem levados a Itabira para seu pai, que possuía formação em agronomia, ser zelador de uma fazenda.

---

<sup>372</sup> CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 16

<sup>373</sup> Entrevista concedida por Elke Grunupp ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 21/12/2009.

<sup>374</sup> Ibidem.

Esse depoimento tem ainda algo particular quando comparado aos demais que aqui já analisamos, ou que ainda serão. As memórias aqui analisadas não se referem a pessoa que relata tais fatos, no caso Elke Grunupp, mas lembranças que foram passadas a ela por seu pai, George. Tal ponto, porém, não desmerece as “memórias construídas” por George à Elke, afinal como destaca Pollack, a memória para além de ser um fenômeno construído social e individualmente, possui importantes imbricações com as “memórias herdadas”<sup>375</sup>. Também é desta última, entendida como a projeção de eventos e experiências não vividas ou lembradas por aquele que narra tais acontecimentos, que se estabelece uma relação entre as memórias, seus pontos constituintes, e o sentimento de identidade. Em outras palavras, e chanceladas por Pollack, “a memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa”<sup>376</sup>.

No depoimento que iremos analisar a seguir, das irmãs Irene e Ludmila Popow, mais uma vez a Ilha das Flores se mostra em seus relatos como um lugar de recomeço, de fartura, e também de muito carinho e simpatia. Este último aspecto, é por elas destacado ao se referirem a acolhida dos funcionários quando de sua chegada a Hospedaria, lembram-se que todos eram muito sorridentes e ajudavam aos refugiados de todas as maneiras que podiam. Esse fator “acolhimento” é constituinte na memória das irmãs, sobretudo quando temos em mente que sua família vivera por quatro anos nos *displaced camps*, mantidos pela OIR. Por mais auxílios que eram de fato prestados, percebe-se em seus discursos um certo tom de impessoalidade, pois as tropas chegavam nos campos com os donativos, e os distribuía rigidamente aos refugiados, apenas um par de sapato por pessoa, uma roupa e um fardo de “ração” que duravam alguns dias, é bem verdade que conseguiram ter uma pequena plantação durante os anos nos campos. O fato de recorrer a escambo dentro dos *displaced camps* tornava-se normal.

---

<sup>375</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricas, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992. P. 204

<sup>376</sup> Ibidem. P. 204

Figura 26 - Irene Popow em um *displaced camp*



Nota: Irene Popow em meio a pequena plantação de sua mãe no *displaced camp* N49.  
 Fonte: POPOW, Irene. Adeus Stálin. Memórias de uma menina que fugiu da guerra. Rio de Janeiro. Objetiva, 2011.

Notadamente podemos compreender a utilização da palavra espaço de reconstrução quando pensada a Hospedaria da Ilha das Flores. Depois de vividos quatro anos em campos de refugiados, aquele espaço de acolhimento simbolizava o “marco zero” da vida de sua família. Mais que isso, ao desembarcarem na Hospedaria receberia ainda, através do acordo entre Brasil e OIR, uma ajuda monetária para a manutenção da família nesses primeiros momentos no país. Mas é a sua memória da Ilha ligada a fartura que mais nos chama atenção. Esta memória estava ligada a refeição na Ilha, mas diferentemente dos apontamentos até aqui verificados, de dificuldades de adaptação ao arroz e feijão, as irmãs destacavam a fartura da seguinte forma:

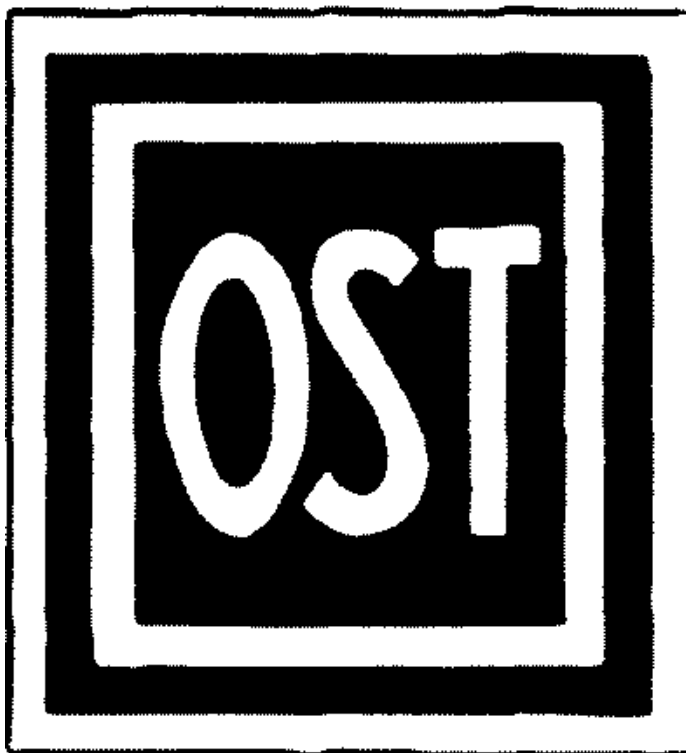
Como nós chegamos de tardinha, o nosso primeiro contato com a comida brasileira foi apenas no jantar. Tinham umas moças sorridentes que nos recebiam logo na recepção [do refeitório]. Um prato, uma caneca e os talheres de alumínio para cada um. Primeiro que o cheiro da comida era diferente, na Europa não se fritava o alho, a comida era farta, com carne, pão.. E quando nós vimos aquele arroz... brilhando tanto que pareciam pérolas<sup>377</sup>.

Simbólica e forte, tal memória também está diretamente ligada à vivência que as irmãs, e toda sua família experimentaram no período de guerra na Europa. Nascidas na Ucrânia stalinista, as irmãs vivenciaram o terror da guerra e suas consequências mais diretamente a partir de 1941, quando Hitler invadira a União Soviética. Com a derrota das tropas nazistas e a retirada destes, as irmãs seriam levadas, junto com a população da região,

<sup>377</sup> Entrevista concedida por Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

para os campos de trabalho forçado. Tais campos destinavam-se a população do leste, e para identificá-los, os nazistas colocavam em suas roupas um quadrado azul vazado no branco com a palavra *OST*, que “quer dizer leste, e leste era um palavrão, então nós éramos o próprio palavrão, filhos do leste. Ficamos nesses campos de 1943 a 1945”<sup>378</sup>.

Figura 27 - Símbolo utilizado nos campos de trabalho forçado



Nota: Símbolo utilizado pelas irmãs Popow nos Campos de Trabalho Forçado.  
Fonte: POPOW, Irene. Adeus Stálin. Memórias de uma menina que fugiu da guerra. Rio de Janeiro. Objetiva, 2011.

O período de três anos que permaneceram em tais campos foi de muitas dificuldades, sobretudo por terem vivenciado a fome e uma homogeneização com as demais pessoas “do leste” que beirava a perda de identidade individual. Não nos surpreende assim que, diferentemente das lembranças dos demais refugiados que aqui analisamos, a comida estava mais associada a fartura que a estranheza cultural. Não que esta última estivesse ausente, mas se resignificava perante a experiência precedente. Notável é a fala de Ludmila quando perguntada o sentimento de voltar a Ilha das Flores para dar o depoimento. Assim ela se

---

<sup>378</sup> Entrevista concedida por Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

colocava, “estamos muito emocionadas... Depois de muita fome durante a guerra, dos panelões de arroz e banana, além desse acolhimento..”<sup>379</sup>.

Esse recurso de realizar a entrevista no local da antiga Hospedaria foi utilizado justamente para suscitar as lembranças e memórias das vivências naquele espaço e daquelas que marcaram a trajetória até ali. Utilizando Catroga, seria uma espécie de representificação cuja experiência temporal está indissociável a espacialização da memória<sup>380</sup>. A Hospedaria, nesse sentido, possui para todos os refugiados cujas memórias verificamos uma importância simbólica, como ponto marcante, central em seu deslocamento, de uma situação determinada, fugindo das dificuldades mais pragmáticas da vida em uma Europa arrasada pela guerra, para uma outra igualmente determinada, a de refugiado em outro país e em busca de reconstruir suas vidas. Assim, segundo o teórico português, as ideias, valores e imagens que se plasmam na realidade física, se fragmentam em “lugares de memória”<sup>381</sup>. E a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, e o trabalho de acolhimento ali desenvolvido, é notadamente um lugar de memória.

Krystina Harasym, refugiada ucraniana, se recorda que a chegada ao Brasil estava-se mostrando prazerosa devido ao calor que sentiam nesse momento, pois haviam saído da Alemanha debaixo de neve e frio. Destacamos esses trechos pois, dos depoimentos colhidos talvez seja a única crítica ao acolhimento, afinal segundo Harasym não havia ventiladores nos alojamentos, que ficava insuportável na parte da tarde<sup>382</sup>.

Ainda assim, apesar dos percalços, Krystina destaca que a chegada a Hospedaria está vividamente presente em sua memória e traça quase que um roteiro a partir do desembarque,

Tinham duas escrivatinhas no cais principal. Formavam duas filas e anotavam o nome, quantas pessoas na família e tiraram fotos. Nos pediram para pegar nossas bagagens que nos mostrariam onde íamos dormir. Foi aí que fomos no alojamento, e como hoje me lembro que eu dormia na parte de cima na beliche e minha mãe em baixo com a Lídia, na outra dormia a Maria e a Verônica<sup>383</sup>.

As lembranças do período da Hospedaria tornaram-se positivas, pois relata que a Ilha era linda, havia locais onde se podia banhar ao mar, passar tardes de lazer, assim como assistiam filmes educativos, onde mostravam os estados brasileiros, recebiam aulas de

---

<sup>379</sup> Entrevista concedida por Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

<sup>380</sup> CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 23

<sup>381</sup> Idem. P. 23

<sup>382</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Ilha das Flores. 20/05/2016.

<sup>383</sup> Ibidem.

primeiros socorros, além de aprender o português (bom dia, boa tarde, onde fica). A Ilha sob esta perspectiva poderia ser representada como um lugar de aprendizagens e subsidiária de conhecimentos que seriam válidos para a reconstrução de suas vidas. Reconstrução de vidas pois, como destaca Harasym, ao final da guerra se encontravam sem rumo, sem pátria, pois não eram alemães, além do país estar totalmente destruído. Mas também “não queríamos voltar para a Ucrânia, Stálin tinha tomado conta de tudo por lá, não dava para voltar”<sup>384</sup>.

Essa maior ênfase da memória no conhecimento, acreditamos estar também relacionada à sua vivência na Europa, pois que levada forçadamente junto com sua família pelo exército nazista, “como quem leva boiada”<sup>385</sup> segundo ela, aos dois anos de idade, Krystina teve sua infância e primeira adolescência na Alemanha. Saíram de sua terra natal para nunca mais voltar. Na Alemanha iniciou seus estudos apenas aos seis anos, mas que fora rapidamente interrompido pela convocação de seu professor para a guerra. Os estudos seriam apenas retomados nos *displaced camps*, oferecidos por professores que também se encontravam na situação de refúgio, mas que se interrompia na medida que iam sendo selecionados.

Por fim, mas certamente não menos importante, analisaremos o depoimento e as memórias da senhora Ana Tonic. Quando da sua chegada ao Brasil se recorda de estar ainda muito deprimida, depressiva pela transformação de vida que ao lado de seu esposo Ivan decidira enfrentar, mas que ao desembarcar na Ilha das Flores, como ela mesma destaca, tudo parecia se transformar. Quando no cais, observara a estrutura e a paisagem que compunha aquele espaço de recepção e a emoção e felicidade pareciam ter tomado de si, pois era “tudo de bouganville florido, parecia caramanchão para todos os lados, cada folha tinha seu aroma, suas cores, como era bonita a Ilha das Flores.”<sup>386</sup>. Seu depoimento nos leva a pensar os contrastes pelos quais Ana Tonic estava passando, ao sair de sua terra natal por discordar das políticas lá desenvolvidas, logo tornara-se uma refugiada política; e a quase idealizada imagem da Ilha das Flores como um paraíso, florido, de paz e descanso, ou como ela mesma ressaltou o local era uma “Ilha de fantasia”<sup>387</sup>.

Associada a “grande” beleza da Ilha das Flores, se recorda que todos os funcionários a tratavam com respeito e gentileza, objetivando fazer com que realmente se sentissem acolhidos em seu novo lar. Afinal, a Ilha das Flores era a porta de entrada do Brasil, ali seria

---

<sup>384</sup> Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Ilha das Flores. 20/05/2016.

<sup>385</sup> Ibidem.

<sup>386</sup> Entrevista concedida por Ana Tonic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. São Gonçalo. 19/07/2009.

<sup>387</sup> Ibidem.

criada a primeira impressão sobre o país e que marcaria a trajetória e as lembranças dessas pessoas. Essa observação destacada sobre os cuidados dos funcionários com ela deve-se, em parte, ao fato de quando de sua chegada ao Brasil encontrava-se debilitada e na Ilha das Flores receberia o tratamento adequado.

Tais imagens de deslumbramento ao chegar a Ilha das Flores não devem estar dissociadas à sua experiência na Europa. Toncic relata que o conflito trouxe a toda a região na qual residia diversos problemas, indo de bombardeios a invasões. Mas seria no imediato pós-segunda guerra que sua memória se detêm, Trieste havia sido anexada, o lado esloveno, à República Socialista Federativa da Iugoslávia sob o comando de Josip Tito. Toncic nos relata, que isso trouxera muitos constrangimentos para sua região pois sentiam-se humilhados de estarem dominados, subjugados pelos sérvios, o sentimento de identidade se esvaziava e muitos eslovenos, como ela, não se viam representados naquela realidade que estavam inseridos. Segundo ela, “muitas etnias e culturas para um país só, queriam criar uma nação que não existia”<sup>388</sup>, que se queria grande através da centralização de Belgrado.

Nesse cenário de repressão e dominação, além da influência de amigas que haviam conseguido fugir para a Trieste italiana, Toncic junto de seu esposo fogem para a Itália em busca de refúgio e o recomeço de uma nova vida, o que viria a acontecer no Brasil. Tais elementos não significam, porém, que não houve algum tipo de arrependimento, esse viria a ocorrer no navio, durante a travessia do Atlântico. Por isso chegara a Ilha das Flores deprimida. Não à toa, a beleza do lugar e a receptividade por parte dos brasileiros vieram a chamar sua atenção.

Porém, não somente essas diferenças gritantes chamaram atenção de Toncic, se recorda bem dos serviços de alojamento. Recorda-se que haviam rígidas regras de moral, com uma austera disciplina, sem gritos e algazaras nos alojamentos, e que todas as normas, do que estava autorizado e proibido ser feito na Ilha era falado em diversas línguas. Falando em alojamentos, Toncic narra que ela e Ivan, ainda que fossem casados, acabaram ficando em alojamentos separados, enquanto ficara na Ala Sul da Hospedaria, próxima ao Cais de desembarque, Ivan ficara na Ala Norte, próximo à caixa d'água.

Assim como outros refugiados, Toncic se recorda de que a comida era sempre “rica incrivelmente farta”<sup>389</sup> que conseguiam se alimentar muito bem no período que lá estiveram. Além desta observação, se recorda de um caso no qual os refugiados lá acolhidos se

---

<sup>388</sup> Entrevista concedida por Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. São Gonçalo. 19/07/2009.

<sup>389</sup> Ibidem.



recusavam a comer a comida que lhes era servida no refeitório. Em um primeiro momento, tivera a impressão de que os demais se faziam de superiores perante a comida servida, mas aos poucos percebeu que a diferença cultural era a grande barreira na alimentação. Enquanto outros se recusavam a comer, ela foi questionar na cozinha do que se tratava, pois os demais recusavam-se a comer pois uns pensavam que era “bicho de pau” e outros até “lesma”. Tendo esclarecido que se tratava de banana cozida, com açúcar e canela, voltavam aos demais lhes explicando. Quando desta recordação, as gargalhadas foram inevitáveis, afinal, além de trazer para o centro do debate as diferenças e percepções culturais que formavam a Hospedaria da Ilha das Flores, pode ser percebido ainda como uma desconfiança dessas pessoas ao novo, ao que lhes davam, o que após um sangrento período conflituoso não é de se surpreender.

A Ilha das Flores também poderia ser definida como uma “Babel de etnias”, segundo a memória de Toncic. Ela nos relata que o mês que passou na Hospedaria havia pessoas das mais diversas origens, e eslovenos como ela haviam mais uns quatro, apenas. Havia ainda russos, italianos, espanhóis, eslavos. Esse também era um fato que lhe chamou a atenção, tantas e diferentes nacionalidades em busca de um recomeço, como por ela definido,

Começo da vida no continente americano. Quanto mistério naquela época ainda sobre o que iria acontecer. Eu achei muito linda a recepção. Sempre friso muito o termo “hospitaleiros” porque eles [brasileiros] nos receberam de uma maneira muito bonita, como a nossa alma precisava<sup>390</sup>.

Como se pode perceber, buscamos analisar aqui as memórias sobre a recepção na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Notadamente, e para além da simples memória, buscando observar de que maneira tais recordações foram e ainda são influenciadas por vivências precedentes, e assim mapear as diferentes recordações, ou pontos que foram monumentalizados por aqueles que recordaram; mas também de que maneira tais lembranças são entrelaçadas pela “ideia de futuro”, ou seja, da trajetória que se desenvolveu após o período na Hospedaria. É aquilo que Candau nos alerta sobre a alteridade da recordação, quer dizer, “não se pode recordar um acontecimento passado sem que o futuro desse passado seja integrado à lembrança”<sup>391</sup>.

Todos os que entrevistamos permaneceram no Brasil e, em suas visões, conseguiram construir uma vida melhor de quando deixaram a Europa e conquistar assim parte de seus desejos. Dentre eles não houve nenhum retornado a Europa, o que também ratifica a memória

<sup>390</sup> Entrevista concedida por Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. São Gonçalo. 19/07/2009.

<sup>391</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 66

positivada do primeiro ponto que tiveram, de fato, contato no Brasil. Imaginamos ainda que se analisássemos algum retornado suas memórias tenderiam a uma outra lógica. Tendo isso em mente, ressaltamos que o próprio presente histórico é um ponto de encontro das contingências do presente que se fala<sup>392</sup>. Ademais, toda evocação é permeada pelos quadros sociais da memória, e assim a *anamnese* dependerá daqueles que lhes são contemporâneos, ou seja, será oferecido uma visão dos acontecimentos passados em parte transformada pelo presente ou, mais especificamente, pela posição que essa pessoa, em nosso caso o refugiado, ocupa nesse presente evocativo<sup>393</sup>.

O próprio ato de rememorar e representar sobre suas lembranças, são traços constitutivos da identidade do indivíduo. Esta, como destaca Pollak<sup>394</sup>, se constrói aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se realiza através da negociação com o outro. Tais elementos foram igualmente observados na narrativa aqui analisadas. Por outro lado, mesmo não sendo nada sistemático, Candau aponta que o “otimismo memorial prevalece sobre o pessimismo”<sup>395</sup>.

Destacamos ainda, como o faz Pollak que os elementos constitutivos da memória, de maneira bem ampla, são os acontecimentos (vividos pessoalmente, ou indiretamente), as pessoas e os lugares<sup>396</sup>. Não duvidamos que a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores ocupa nas lembranças e evocações dos refugiados um “lugar de memória”.

---

<sup>392</sup> CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015. P. 18

<sup>393</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 75

<sup>394</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992. P. 202

<sup>395</sup> CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012. P. 74

<sup>396</sup> POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992. P. 202

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da imigração se constitui como importante campo de pesquisas nas ciências humanas e sociais, em sua multifacetada experiência, seja esta política, social, cultural, ou até mesmo jurídica. Todavia, notamos que ainda se fazem presentes lacunas, sobretudo quando o foco das análises recai sobre processos de recepção e acolhimento. Esta última pode ser compreendida desde a compreensão que motivou a constituição desses espaços, sua estrutura em pedra e cal, os trabalhos lá desenvolvidos ou até mesmo as representações sobre estes, que seriam em muitos casos, a porta de entrada do Brasil.

É justamente nessa lacuna que buscamos nos lançar, não com a ideia e objetivo de esgotar as análises sobre a recepção em hospedarias de imigrantes, afinal temos por princípio que tais experiências são extremamente diversificadas, tendo de levar em conta a estrutura desses espaços, e tantas outras questões. Aqui, especificamente, projetamos nosso olhar sobre a recepção e acolhimento em um momento que as políticas imigratórias, no Brasil e no mundo, passavam por intensas transformações. Buscamos analisar a recepção dos refugiados da Segunda Guerra Mundial na única hospedaria de imigrantes administrada pelo governo federal, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, entre os anos de 1946 e 1952.

De antemão, ressaltamos que as análises, argumentação e conclusões alcançadas a partir do trabalho desenvolvido nos três capítulos referem-se a problemáticas específicas do momento histórico em questão, naquela espacialidade, com enfoque nas experiências dos refugiados de guerra.

Para tanto, verificamos que as transformações que se realizaram na Hospedaria da Ilha das Flores visando a recepção dos refugiados esteve, desde o primeiro momento, atrelada às mudanças nas políticas imigratórias brasileiras. Vislumbrava-se a retomada dos fluxos migratórios no imediato pós-guerra, logo a estrutura oficial de recepção deveria estar suficientemente aparelhada e adaptada à nova realidade, nova realidade imigratória, bem como a nova realidade do perfil do imigrante que possuindo segundo os ideólogos brasileiros um nível de vida mais elevado, deveriam gozar de bom acolhimento ao chegar ao país.

Decerto, como vimos através do cotejo entre os relatórios do Departamento Nacional de Imigração e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio das imagens das estruturas da hospedaria e por parte da imprensa, nem todas as obras projetadas foram de fato executadas na hospedaria. Muitas intervenções acabariam ficando somente no projeto, todavia outras

saíram do papel com o intuito de oferecer uma boa acolhida àqueles que ora chegavam ao Brasil.

Tais debates sobre a reforma, que visavam uma melhoria qualitativa na recepção, ganhavam espaço nos espaços deliberativos do governo, como o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), e publicizado em sua Revista de Imigração e Colonização (RIC) a toda a sociedade brasileira. Tais debates nos indicam que de fato havia a preocupação sobre a maneira de se recepcionar os novos imigrantes dirigidos, tendo em vista a estrutura presente naquele momento.

Não temos dúvidas, que tais questões ressaltavam a importância do papel desempenhado pelas hospedarias no complexo fenômeno da imigração, especialmente dos refugiados. Afinal, aquele espaço destinava-se a receber, hospedar e assistir ao imigrante, de tal modo que a estrutura seria o último filtro entre o refugiado e a sociedade, sendo assim a porta de entrada do Brasil. Neste último aspecto, por exemplo, os trabalhos ali desenvolvidos teriam forte influência na reconstrução de vida dos refugiados no país. Em outras palavras, o auxílio recebido na hospedaria repercutiria em suas vidas para além do período que lá permanecessem, de modo que, tendo recebido instrumentos para a adaptação e assimilação no Brasil, aumentava-se a possibilidade de fixação destes no país.

Por outro lado, o reaparelhamento e adaptação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores estavam inseridos na peculiaridade deste fluxo migratório. Quer dizer, para além de suas atribuições mais tradicionais, de recebimento, auxílio e encaminhamento, a hospedaria funcionaria como um espaço de triagem, reunindo assim condições e meios para que os refugiados demonstrassem sua capacidade profissional. Este elemento, não duvidamos, estava diretamente ligado às diversas formações que os refugiados possuíam, ou mesmo direcionado a verificar as falsas declarações profissionais. Estas últimas, porém, compreendemos que ocorreram dada a realidade de destruição e pouca esperança então presente na Europa.

Desse modo, não nos restam dúvidas que as transformações, ou a ausência destas, impactaram nos serviços que lá se ofereciam, ou que se propunha desenvolver. Todavia, o debate sobre a reestruturação do equipamento de recepção denota, por si só, a importância desta na política migratória brasileira.

Ademais, o fenômeno dos refugiados e a sua recepção foram amplamente discutidos e noticiados pela imprensa da época. Parece-nos claro que os jornais eram o meio pelo qual o leitor se colocava em contato com o mundo. Com o desenvolvimento tecnológico e seu emprego no meio jornalístico, cada vez mais pessoas entravam em contato com as notícias do

cotidiano, fazendo o jornal um meio que conseguia se inserir “capilarmente” no meio social. Esta inserção produz, não temos dúvidas disso, representações e imagens sobre a política, economia e outros temas presentes na vida nacional, como a imigração.

Para a análise dos periódicos, devemos estar atentos àquilo que se tornou notícia, verificando as motivações que levaram a veiculação de determinado fato. Atentar a periodicidade com que determinados temas são tratados é fundamental. Nesse caso, pudemos verificar, as notícias acerca dos *displaced persons* ocuparam as páginas de jornais e revistas durante todo o período em que estes vieram para o Brasil, conferindo-lhes, em outras palavras, importância de tema a ser veiculado junto a sociedade.

No caso da imigração, se discutia qual o imigrante ideal, como deveria ser a recepção deste, a política que regia esse processo e, claro, a importância deste à Nação. São temas que visavam definir uma imagem “típica ideal” sobre determinada ação governamental e em relação às pessoas que imigravam.

Nesse sentido, observados fortes embates que envolviam o processo de seleção e chegada dos refugiados ao Brasil, ora os jornais colocavam-se favoráveis a chegada destes, pois que possuíam as características necessárias para auxiliar ao desenvolvimento do país, podendo estes serem agricultores com alta formação, ou imigrantes dotados de formação técnica que seriam fundamentais no processo de industrialização, tendo em vista o nascente parque industrial brasileiro.

Por outro lado, outras tantas críticas foram veiculadas justamente na contraposição do que acima está posto. Para além da crítica profissional, ou seja, de não possuírem formação que atenda as necessidades do país, críticas eram feitas sobre a seleção médica destes. As “seleções estranhas” foram responsáveis, segundo a crítica de alguns periódicos, pela entrada no país de imigrantes não desejáveis, como poetas, artistas de rádio, pintores e bailarinas.

Devemos observar que todo esse período no qual estamos analisamos é fortemente marcado por três características nas páginas dos jornais, sendo estas, o anticomunismo, o eurocentrismo e o nacionalismo seletivo. Em verdade, o governo brasileiro em muitas ocasiões deu visibilidade à questão da recepção dos refugiados com reportagens e matérias em revistas e jornais. Como aquelas que se direcionavam as vantagens de se empregar os refugiados, quer dizer, a tônica era evidenciar as contribuições que os refugiados e deslocados especializados poderiam oferecer ao desenvolvimento nacional.

Ainda acerca dos debates sobre o perfil dos refugiados publicizados pela imprensa, e também por ela discutido, um novo elemento surgia com muita força nas páginas dos periódicos, o caráter político no momento da seleção. Este devia estar direcionado ao

anticomunismo dos refugiados, que em muitas oportunidades, foram utilizados enquanto “propaganda viva” contra o comunismo, pois estes encontrariam a liberdade e a oportunidade de reconstruir suas vidas no Brasil.

Para além dos debates sobre o imigrante ideal, a imprensa debatia, igualmente, a recepção que se desenvolvia na Ilha das Flores aos refugiados de guerra. Assim, aquele espaço surgia com a função de, além de recepcionar e adaptar os DP's à realidade brasileira, funcionava também como espaço de reanálise e readaptação das profissões, tendo em vista que muitos além de serem agricultores possuíam também uma segunda profissão qualificada, podendo ser mecânicos, eletricitas, rádio técnico ou serralheiros. Já em relação às atividades mais tradicionais, como alojar e adaptar o refugiado a realidade brasileira, verificamos, igualmente, diversas propostas sobre como esta deveria se suceder naquele espaço. Nesse sentido, observamos sugestões de atividades e propostas ocupacionais para o período em que estes permaneciam acolhidos na hospedaria, tais como curso de língua portuguesa, informações sobre a cultura brasileira, a característica socioeconômica dos Estados brasileiros, de modo que auxiliasse, inclusive, no encaminhamento dos refugiados para fixação na sociedade.

Decerto que verificamos que tais debates era resignificados pelos leitores. Assim, conseguimos observar, por duas oportunidades, cartas escritas aos jornais com observações sobre os auxílios prestados aos refugiados que estavam na Ilha das Flores e a dicotomia, construído pelo leitor em sua carta, dos serviços prestados pelo governo ao nacional. Demonstrava assim as tensões que envolvia a política de recepção na Hospedaria da Ilha das Flores.

De todo modo, certo é que a chegada dos deslocados e refugiados da Segunda Guerra Mundial gerava intensos debates na sociedade brasileira, marcado pela ampla cobertura da imprensa, tanto de sobre seu perfil quanto à recepção destinada a esses. Ademais, a imprensa nos possibilita corroborar que a política imigratória e de recepção dos refugiados foram baseadas na circunstancial aliança entre humanitarismo e interesse nacional, pois sabemos que não era qualquer pessoa presente nos *displaced camps* que interessava ao Brasil. DP's mais aptos a imigrarem para o país, levando em conta três fatores estruturantes: a questão profissional, o poder de assimilação e o caráter ideológico, notadamente anticomunista.

A chegada dos refugiados e a política de recepção destes tornou-se, de fato, matéria de interesse a ser publicizada e discutida pela imprensa. Dentre tantos assuntos, a política imigratória ocupava posição importante na cobertura jornalística da época.

Por fim, procuramos analisar a memória dos refugiados sobre a recepção. Notadamente, verificamos que as narrativas memoriais sobre o período que permaneceram alojados na Hospedaria da Ilha das Flores é absolutamente positivado. Palavras como, “ilha de fantasia”, “ilha dos sonhos”, esperança, outras destacando a beleza daquele espaço, bem como a paz e tranquilidade que vivenciaram por lá marcam as memórias dos refugiados de guerra.

Argumentamos que tais construções estão intimamente ligadas às experiências que viveram no cenário de guerra na Europa. A construção das narrativas é permeada, positivamente, na Ilha das Flores, justamente pelas ausências que marcaram suas lembranças na Europa. Em verdade, entre tantas mudanças, perdas, destruição e rupturas, os refugiados encontraram na hospedaria um momento de calma. Pois, que, a perspectiva da Europa após a Segunda Guerra Mundial era de desespero, miséria e desolação total, ressaltando ainda que os conflitos não se encerraram com a derrota da Alemanha nazista, mas que veio a prosseguir durante um bom tempo no Leste Europeu e nos Bálcãs, locais de origem, se não de todos, da maioria dos refugiados ingressantes no Brasil. É sabido que no leste e sudeste europeus as forças nazistas foram impiedosas com sua população, e não apenas devido a resistência interna. Decerto que as memórias tendem a ser positivadas.

Como sabemos, a memória possui papel fundamental na formação da identidade do indivíduo, de modo que a construção do *eu* está estreitamente ligada as lembranças de seu passado e às representações que no presente este realiza de seu pretérito. Por todos os condicionamentos, entendemos também que a memória é seletiva. Em outras palavras, a memória é constituída por marcos importantes na vida e trajetória dos indivíduos, pontos de interesse afetivo sejam positivo ou negativo, que traçam certa linearidade e busca o futuro como projeto.

Por outro lado, existe uma estreita e íntima relação entre memória, identidade, filiação e distinção, quer dizer, é importante termos em mente que no processo de lembrança cada indivíduo une momentos de sua trajetória em uma espécie de linhagem contínua e finalística. Tal construção de narrativa possibilita perceber os desdobramentos que se verificam na própria reatualização do eu, podendo ser essa cultural, política, bem como de valores nacionais. Assim, em um espaço de recepção e acolhida para uma nova etapa de (re)construção de vida, fica-nos claro esse diálogo, constrói-se um itinerário biográfico que é dotado de um determinado sentido para a vida. Afinal, os deslocados e refugiados que foram entrevistados conseguiram se estabelecer e constituir suas famílias e vidas no Brasil, nesse sentido, lograram, de certa forma, a “busca por uma vida melhor”, ou a fuga de uma “Europa destruída”, marcada por perseguições, desnacionalizações e outros eventos. Por assim dizer, a

recepção que experimentaram na Hospedaria marcaria o início desse reestabelecimento de valores, de reconstrução de suas vidas, fazendo com que mais um elemento influencie na positividade da memória daquele espaço.

Ademais, tal construção memorial deve levar em conta que todos os refugiados que foram entrevistados se estabeleceram no Brasil, constituíram suas famílias e, de algum modo, conseguiram alcançar o objetivo de reconstruírem suas vidas. Acaso tivéssemos acesso a memórias de algum repatriado, acreditamos que a memória da recepção certamente se diferenciaria desta positivada.

Por fim, entendemos que a recepção, e como a fazer, aos refugiados na atualidade é ponto de debate na sociedade. Sabemos que não existem mais aparatos públicos destinados a esse fim, como existira no passado. Nos dias atuais, ONG's, grupos religiosos, dentre outros procuram colaborar para que a chegada dos refugiados ao país seja a menos sofrida possível. No passado, observamos que existiam debates, discussões, adaptação de estruturas para a recepção, além de debates sobre como esta deveria se processar.

Concluimos, assim, que a recepção na Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores era parte fundamental no amplo fenômeno da imigração dos refugiados pós-guerra para o Brasil. Seja pelos debates que engendrou no interior do governo pela reestruturação daquele espaço, seja pela ampla cobertura que a imprensa realizou, pontuando falhas, realizando elogios, esteve sempre como pauta constante nos principais jornais do Rio de Janeiro. Sobretudo, percebemos os impactos e a influência que a recepção e acolhimento tem na memória daqueles que vivenciaram a experiência histórica de refúgio.



## REFERÊNCIAS

ACNUR. A Situação dos Refugiados no Mundo: cinquenta anos de acção humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2000.

ACNUR. *Conference of plenipotentiaries on the status of refugees and stateless persons: summary record of the twenty-second meeting*. jan. 1970. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/textis/vtx/print?tbl=PROTECTION&id=3ae68cde10>>. Acessado em: 08/05/2016.

ACNUR. Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados. In: \_\_\_\_\_. *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o estatuto de refugiado*. Lisboa: ACNUR, 1996.

ARENDDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.

ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, José Fischel de. Direito Internacional dos Refugiados. Evolução Histórica (1921 – 1952). Rio de Janeiro. Renovar, 1996.

ANDRADE, José Fischel de. O Brasil e a OIR (1946- 1952). Rev. Bras. Polit. Int, 48 (I): 60-96, 2005.

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900 – 2000. Mauad X. Rio de Janeiro, 2007.

BRAVO, André Luiz Morais Zuzarte. O Milhão Restante: o Brasil e a evolução da proteção internacional a refugiados (1946-1952). Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2014.

CAMPOS, Gustavo Barreto de. Dois Séculos de Imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Cidadão do Mundo: O Brasil diante do holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948). São Paulo. Perspectiva, Fapesp, 2010.

CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

- COSTA, Julianna Carolina Oliveira. Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883-1907). Dissertação apresentada ao PPGHS/UERJ para a obtenção do título de Mestre. São Gonçalo, 2015.
- DE LUCA, Tânia Regina. A Grande Imprensa na Primeira metade do Século XX. IN: DE LUCA, Tânia; MARTINS, Ana Luiza (org). História da Imprensa no Brasil. São Paulo. Contexto, 2015.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. 2ªed. São Paulo. Contexto, 2008.
- DURAND, Jorge; LUSSI, Carmen. Metodologia e Teorias no Estudo das Migrações. Jundiaí. Paco Editorial, 2015.
- Estatuto do Refugiado de 1951.  
[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1).
- FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento e SILVA, Henrique Mendonça da. Ilha das Flores e de Histórias. IN: FERNANDES, RUI Aniceto Nascimento; ARAÚJO, Marcelo; MOURA, Rogério (Org.). São Gonçalo em Perspectiva: ensaios de histórias gonçalenses. São Gonçalo: UERJ/FFP. 2012.
- GARCIA, Eugênio Vargas. O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro. Contraponto, 2011.
- GROPPO, Bruno. Os Exílios Europeus no Século XX. Diálogos, DHI/UEM, v.6. 2009. Imigrantes internacionais no Pós-Segunda Guerra Mundial. Maria do Rosário Rolfsen Salles; Sênia Bastos; Odair da Cruz Paiva; Roberta Guimarães Peres; Rosana Baeninger (Org.). Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO.
- JUDT, Tony. Pós- Guerra: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro. Objetiva, 2008.
- KOIFMAN, Fábio. Imigrante Ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2012.
- KOIFMAN, Fábio. Quixote nas Trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro. Record, 2012.
- LAFER, Celso. A Reconstrução dos Direitos Humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados 11, (30). 1997.
- LISOVSKY, Mauricio. *Refúgio do Olhar*. A Fotografia de Kurt Klagsbrunn no Brasil dos anos 1940. Casa da Palavra. Rio de Janeiro, 2013.
- MOREIRA, Julia Bertino. MOREIRA, Julia Bertino. A Questão dos Refugiados no Contexto Internacional (de 1943 aos dias atuais). Dissertação mestrado. Programa San Tiago Dantas, 2006.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. IN: Projeto História. São Paulo: PUC, n.10. Dezembro de 1993.

Organização das Nações Unidas. Direitos Humanos e Refugiados. Ficha Informativa nº 20. Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos, 1995-2004.

PAIVA, Odair da Cruz. Ensino e Memória. Histórias da (I)migração: Imigrantes e Migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo, Arquivo Público do Estado, 2013.

PAIVA, Odair; Moura, Soraya. *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. Migrações Internacionais Pós-Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. 8 a 12 de setembro de 2008.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. IN: Estudos Históricos, vol.2, n.3. Rio de Janeiro, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Vol.5, n.10, 1992.

POPOW, Irene. Adeus Stálin. Memórias de uma menina que fugiu da guerra. Rio de Janeiro. Objetiva, 2011.

REZNIK, Luís; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores. *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014.

REZNIK, Luis; FERNANDES, Rui Aniceto. “Imigração: documentação, política e história”. In: CANCINO, Hugo et al. (Org.). *Miradas desde la Historia social y la Historia intelectual*. America Latina en sus culturas: de los procesos independentistas a la globalización. Córdoba, Argentina: Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti, 2012.

SALLES, Maria do Rosário. Os Deslocados de Guerra e a política imigratória brasileira no pós segunda guerra mundial- uma leitura dos artigos dos Boletins e da Revista de Imigração e Colonização. 31º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, Mg. Outubro de 2007.

Seyferth, Giralda. Povoamento, alienígenas, eugenia e a política imigratória no Brasil (1808-1950). IN: SANTOS, Miriam; PETRUS, Regina e LOUREIRO, Anita (orgs). Recortes interdisciplinares sobre migrações e deslocamentos. Rio de Janeiro. Léo Christiano Editorial, 2014. P. 13-52.

TURNER, Victor. Betwixt and Between: O período liminar nos “Ritos de Passagem”. IN: \_\_\_\_\_. Floresta de Símbolos: Aspectos do Ritual Ndembu. EdUFF. Niterói, 2005.

VAN GENNEP, Arnold. Os Ritos de Passagem. 4 ed. Petrópolis. Vozes, 2013.

VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel. Do Depósito à Hospedaria de Imigrantes: gênese de um 'território de espera' no caminho da emigração para o Brasil. *História, Ciência e Saúde*. Rio de Janeiro, vol. 21, nº 1. Jan/mar. 2014.

## **FONTES**

### **Estatuto**

ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Disponível em: [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1). Acessado em: 05/01/2016.

### **Ofício**

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 3 de 8 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício de 27 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 4 de 18 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Série 80/2/10 - Organização/Delegação Brasileira. Ofício n. 4 de 18 de agosto de 1947, de Hélio Lobo ao ministro das relações exteriores do Brasil, Raul Fernandes.

### **Livro**

LOBO, Hélio. *A Organização Internacional para os Refugiados e o Brasil*. Rio de Janeiro, Serviços de Publicações/MRE. 1948.

NEIVA, Artur Hehl. *Deslocados de Guerra. A verdade sobre sua seleção*. Rio de Janeiro, 1949.

ONU. *Yearbook of the United Nations (1946-1947)*. New York: Department of Public Information, United Nations, 1947.

### **Relatório**

ALMEIDA, MIGUEL Calmon Du Pin e. *Relatório apresentado ao Presidente dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1908.

BRASIL, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Departamento Nacional de Imigração. *Resumo das ocorrências mais importantes na Ilha das Flores, desde o ano de 1939*. Rio de Janeiro, 1944.

FIGUEIREDO, Morvan Dias de. Relatório referente ao ano de 1947 apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1948.

### **Periódico**

14 mil imigrantes que o Brasil recebeu nos últimos quatro anos. *A Noite*. Edição 13155. Rio de Janeiro, 16/04/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

1.500 Imigrantes Italianos. *A Noite*. Edição 12233. Rio de Janeiro, 11/04/1946. P. 19. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

298 Refugiados de Guerra para o Brasil. *Correio da Manhã*. Edição 16876. Rio de Janeiro. 25/03/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

820 refugiados de guerra procedentes da Áustria. *Diário da Noite*. Edição 04873. 04/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

850 deslocados de guerra estão desembarcando na Ilha das Flores. *Diário da Noite*. Edição 04594. Rio de Janeiro. 10/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

860 Imigrantes no “General Sturgis”. *Diário Carioca*. Edição 05790. Rio de Janeiro, 15/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

942 Passageiros traz para o Brasil o “Duque de Caxias”. *Diário da Noite*. Edição 04653. Rio de Janeiro. 03/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional..

A Chegada do Transporte de Guerra Norte-Americano “General Sturgis” – conduz os primeiros imigrantes “deslocados de guerra” para o Brasil. *A Noite*. Edição 12566. Rio de Janeiro. 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

A Disposição das Classes Patronais. *Diário da Noite*. Edição 05228. Rio de Janeiro, 26/11/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

A Ilha da Esperança. *A Noite*. Edição 14026. Rio de Janeiro. 21/02/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

ALMEIDA, João Martins de. Hospedarias de Imigrantes. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano XII, nº2. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Segundo semestre de 1951. Acervo Biblioteca Nacional.

América – Derradeira Esperança para os Refugiados. *Correio da Manhã*. Edição 17063. 31/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

A Primeira Leva de Imigrantes Dirigidos. *A Noite*. Edição 12567. Rio de Janeiro. 17/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

A Readaptação da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *A Noite*. Edição 13141. Rio de Janeiro, 30/03/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

A Segunda Leva dos “Deslocados de Guerra” – chegarão depois de amanhã 900 imigrantes. *A Noite*. Edição 12591. Rio de Janeiro. 14/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

BAN, Eva. Veio ao Brasil Mostrar a Realidade sobre a URSS. *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

BARRETO, Castro. Imigração no Após-Guerra. *Revista de Imigração e Colonização*, ano IV, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1943. Acervo Biblioteca Nacional.

BUHR, Carlos. Para os Imigrantes é assim que os Dias vão Passando. *A Noite*. Edição 13383. Rio de Janeiro. 10/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Defende-se o Ex-Chefe da Comissão de Seleção na Europa. *A Noite*. Edição 12719. Rio de Janeiro. 11/11/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Dos 191 apenas 71 são agricultores. *A Noite*. Edição 13962. Rio de Janeiro. 06/12/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Dos Campos da Ucrânia. *Diário da Noite*. Edição 04803. Rio de Janeiro. 12/11/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Ecos e Novidades. O Problema Imigratório. *A Noite*, 25/05/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Eles virão a bordo do Duque de Caxias. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11/04/1946.

Em Liberdade entre as Flores da Ilha. *A Noite*. Edição 13382. 09/01/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Estão Chegando os Imigrantes. *A Noite*. Edição 12566. Rio de Janeiro. 16/05/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Estudos e reportagens - O Brasil precisa de Imigrantes?. *Revista do Comércio*. Nº8. Volume II, Ano II. Rio de Janeiro, Julho de 1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Eu Acuso a URSS. *Diário da Noite*. Edição 04596. Rio de Janeiro. 12/05/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Evadidos do Inferno Vermelho. *A Noite*. Edição 13449. Rio de Janeiro. 30/03/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Famintos e Magros – a segunda leva de imigrantes desembarcou ontem, nenhum agricultor, “deslocados de guerra” que procuram refazer a vida. *A Noite*. Edição 12593. Rio de Janeiro. 17/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

FISCHLOWITZ, Estanislau. O Problema Internacional das Migrações e a Paz Futura. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1944. Acervo Biblioteca Nacional.

HAEGGER, Charles. Dezenas de Milhares de Imigrantes para o Brasil. *Jornal A Noite*. Edição 12246. Rio de Janeiro, 26/11/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Imigração Intensiva para o Brasil. *Gazeta de Notícias*. Edição 00031 (1). Rio de Janeiro, 06/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

JORDÃO, Vera Pacheco. Trabalhadores para o Brasil. *O Cruzeiro*. Edição 0035. Rio de Janeiro. 18/06/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

LACERDA, Carlos. Na Tribuna da Imprensa. *Correio da Manhã*. Edição. Rio de Janeiro. 07/11/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

LACERDA, Carlos. Na Tribuna da Imprensa. *Correio da Manhã*. Edição 16292. Rio de Janeiro. 10/12/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

LACERDA, Carlos. Tédio e esperança dos imigrantes. *Correio da Manhã*. Edição 17156. Rio de Janeiro. 20/02/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

LATOUR, Jorge. Displaced Persons. *Revista de Imigração e Colonização*, Ano VIII, nº 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1947. Acervo Biblioteca Nacional.

LATOUR, Jorge. Memorandum. *Revista de Imigração e Colonização*, v. 8, nº1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1947. Acervo Biblioteca Nacional.

LEAL, José. Imigrantes de Luxo. *O Cruzeiro*. Edição 0012. Rio de Janeiro. 05/01/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

MACHADO, Dulphe Pinheiro. Meios e Processos de Atrair Imigrantes Desejáveis. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 3. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Setembro de 1944. Acervo Biblioteca Nacional.

MACHADO, Ney. Braços para o Brasil. *Revista da Semana*. Edição 00025. Rio de Janeiro. 21/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Mais 900 Imigrantes Selecionados. *A Noite*. Edição 12592. Rio de Janeiro. 16/06/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

MEDEIROS, Mauricio de. Imigrantes Indesejáveis. *Diário Carioca*. Edição 5857. Rio de Janeiro, 01/08/1947. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Medidas Urgentes para Fomentar a Imigração. *A Noite*. Edição 12426. Rio de Janeiro, 26/11/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Na Ilha das Flores com os DP. *O Observador Econômico e Financeiro*. Edição 159. Rio de Janeiro. Abril de 1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

NASSER, David. Drama dos Sem-Pátria. *O Cruzeiro*. Edição 0034. Rio de Janeiro. 12/06/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

NASSER, David. Para Dutra ler na cama – Imigrantes Grã-Finos. *O Cruzeiro*. Edição. 0047. Rio de Janeiro. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

No Porto o “General Black”, repleto de deslocados de guerra. *Diário da Noite*. Edição 04832. Rio de Janeiro. 16/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Novos Deslocados de Guerra chegam ao Brasil. *A Noite*. Edição 13056. Rio de Janeiro. 16/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

O Espião Russo vinha entre os Deslocados. *Correio da Manhã*. Edição 17037. Rio de Janeiro. 01/10/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

*O Globo*. Rio de Janeiro. 13/05/1947.

*O Globo*. Rio de Janeiro. 20/12/1948.

*O Globo*. Rio de Janeiro, 14/02/1949.

*O Globo*. Rio de Janeiro. 20/06/1949.

OLIVEIRA, Franklin. O Duplo Crime da Imigração. *O Cruzeiro*. Edição 0049. Rio de Janeiro. 24/09/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

PACHECO, Armando. A Vida está para os Felizardos... *Revista da Semana*. Edição 0007. Rio de Janeiro. 18/02/1950. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Palavras Oportunas. *Careta*. Edição 2298. Rio de Janeiro. 12/07/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Problemas Demográficos da América Latina no Após-Guerra. Noticiários. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano V, nº 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1944. Acervo Biblioteca Nacional.

QUEIROZ, Rachel. Indesejáveis. *Diário de Notícias*. Edição 07635. Rio de Janeiro. 14/09/1947. “Suplemento Letras, Artes e Ideias Gerais”. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Queriam Pastorear Ovelhas e Cabras. *A Noite*. Edição 14221. Rio de Janeiro. 10/10/1952. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Recepção de Imigrantes. *Diário de Notícias*. Edição 06828. Rio de Janeiro, 25/01/1945. P. 4. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Salte e outros... pulos. *Correio da Manhã*. Edição 16366. Rio de Janeiro. 12/03/1948. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Senadores e Deputados em visita à Ilha das Flores. *Gazeta de Notícias*. Edição 132. Rio de Janeiro. 08.06.1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.



Sessão: Com a palavra nossos leitores. *Careta*. Edição 2126. Rio de Janeiro. 26/03/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

TENÓRIO, Oscar. Os Apátridas à luz do direito brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano IV, nº 1. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Março de 1943. Acervo Biblioteca Nacional.

Trouxeram mais de 1.400 Passageiros para o Rio. *Diário da Noite*. Edição 04869. 31/01/1949. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Uma Cosinheira Alinhadíssima e uma Porção de Açougueiros, Alfaiates, etc. *A Noite*. Edição 13965. Rio de Janeiro. 10/12/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

VASCONCELOS, Henrique Dória de. Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano III, Ns3 e 4. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. Dezembro de 1942. Acervo Biblioteca Nacional.

Vem aí 400 trabalhadores italianos. *A Noite*. Edição 12282. Rio de Janeiro. 10/06/1946. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

Vieram iniciar nova vida no Brasil. *Diário da Noite*. Edição 05202. Rio de Janeiro. 24/10/1951. Hemeroteca Digital Brasileira/ Acervo Biblioteca Nacional.

### **Legislação**

BRASIL, Decreto-Lei 7.967 de 18 de Setembro de 1945.

BRASIL, Decreto-Lei 25.796 de 10 de Novembro de 1948.

### **Entrevista**

Entrevista concedida por Guerrino e Graziela Andreani ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 15/06/2009.

Entrevista concedida pela senhora Ana Toncic ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 19/07/2009.

Entrevista concedida por Giorgio Bonguardo ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 31/08/2009.

Entrevista concedida por Elke Grunupp ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 21/12/2009.

Entrevista concedida por Ana Starman ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 23/03/2010.

Entrevista concedida por Aurélia Cettina e Luciana Perna ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 13/05/2010.

Entrevista concedida por Mirela Tozin ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 14/10/2010.

Entrevista concedida pelas irmãs Irene e Ludmila Popow ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 06/06/2011.

Entrevista concedida por Maria Covacci ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. 14/05/2010.

Entrevista concedida por Elke Grunnupp ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores/UERJ. 2012.

Entrevista concedida por Krystina Harasym ao Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. São Gonçalo. 20/05/2016.